

UNIVERSIDADE DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS MEGAEMPREDIMENTOS EM
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DE CAETITÉ – BA**

SIMONE ALMEIDA DE SOUZA

Itapetinga – Bahia
Agosto - 2021

UNIVERSIDADE DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS MEGAEMPREDIMENTOS EM
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DE CAETITÉ – BA**

Autora: Simone Almeida de Souza
Orientador: Prof. Dr. Rubens Jesus Sampaio

"Dissertação apresentada, como parte das exigências para obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Área de concentração: Meio Ambiente e Desenvolvimento"

Itapetinga – Bahia.
Agosto - 2021

FICHA CATALOGRÁFICA

305.896081 Souza, Simone Almeida de.
S718r Responsabilidade Socioambiental: uma análise da atuação dos megaempreendimentos em territórios quilombolas de Caetité – BA / Simone Almeida de Souza. – Itapetinga-BA: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2021.

119fl.

Dissertação apresentada, como parte das exigências para obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Área de concentração: Meio Ambiente e Desenvolvimento. Sob a orientação do Prof. D. Sc. Rubens Jesus Sampaio.

1. Quilombolas - Conflitos Socioambientais - Bahia, Brasil. 2. Cartografia social. 3. Quilombo – Empresas – Conflitos Socioambientais. I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. II. Sampaio, Rubens Jesus. III. Título.

CDD(21): **305.896081**

Catálogo na fonte:
Adalice Gustavo da Silva – CRB/5-535
Bibliotecária – UESB – Campus de Itapetinga-BA

Índice Sistemático para Desdobramento por Assunto:

1. Quilombolas - Cartografia social – Bahia - Brasil
2. Conflitos Socioambientais - Caetité – Bahia, Brasil
3. Quilombolas – Empreendimentos - Responsabilidade

A grama só existe entre os grandes espaços não cultivados. Ela preenche os vazios. Ela brota entre as outras coisas. A flor é bela, o repolho útil, a tulipa endoidece. Mas a grama é transbordamento, é uma lição de moral.

Deleuze - Diálogos

*Aos meus antepassados, irmãos de cor.
Aos que caminham comigo e aos que estão por vir.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Jeová, meu Deus, por Sua presença constante em minha vida. Os caminhos que trilhei para chegar até aqui, foram, por muitas vezes, sinuosos, íngremes, mas, Jeová me concedeu força, coragem, paciência e persistência para trilhar o meu caminho.

Agradeço ao meu pai, João Batista, pelo apoio de sempre e à minha mãe, Santana de Almeida, por me encorajar a acreditar em minhas potencialidades.

Ao meu esposo, Juscelino Soares, por ser minha base, meu porto seguro. Sem o seu apoio, carinho, proteção e entrega eu não conseguiria chegar até aqui.

Às minhas avós Ana (*in memoriam*) e Lôra pelo exemplo de luta.

Aos meus irmãos Léo, Sidney e Edinéia pelo incentivo e sobrinhos João e Enzo.

Aos tios, primos, sogro, sogra e cunhados pela torcida.

Ao meu orientador, Rubens Jesus Sampaio, por me apresentar novos caminhos, por todo aprendizado, paciência, amizade, escuta e pelo senso de humanidade.

Às amigas Wânia, Delma, Lívia, Josy e Carol pelas palavras de incentivo e amizade, e aos amigos que o mestrado me trouxe - Érica, Alan e Janiny - por tornar a caminhada prazerosa e alegre e ao amigo Lucas pelas contribuições para construção dessa dissertação.

Ao meu professor Euclides Bittencourt que me ensinou, acima de tudo, a acreditar em meu potencial.

Aos professores. Todos eles. Desde à infância. Eterna gratidão por me ensinar a caminhar.

À banca pelas riquíssimas contribuições.

À Prefeitura de Caetité pelo investimento em mim e aos colegas pelo apoio e por entender a necessidade do meu isolamento para a escrita da presente dissertação, principalmente na fase final.

À Universidade do Sudoeste da Bahia pela oportunidade, aos colegas de curso e funcionários do PPGCA pela partilha e convivência.

Agradeço, em especial, aos meus parentes quilombolas, amigos/companheiros quilombolas e coordenadores dos conselhos quilombolas pelo aprendizado, pela luta e por tornar possível a realização dessa pesquisa. Obrigada pelo acolhimento, amizade, contribuição e, principalmente, por viabilizar e motivar a construção desse instrumento de defesa.

Aos meus ancestrais, “*mi dupe ayeraye*” (a minha eterna gratidão!)

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 18 |
| 1.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA..... | 21 |
| 1.1.1 Rede rizomática..... | 22 |
| 1.2 PERCURSO DA PESQUISADORA..... | 28 |
| 1.3 CAMPO DA PESQUISA..... | 39 |
| 1.4 ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO..... | 40 |
| 2 QUILOMBOS..... | 41 |
| 2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS..... | 41 |
| 2.2 RESSIGNIFICAÇÃO | 45 |
| 2.3 CONFLITOS..... | 52 |
| 2.4 QUILOMBOS DE CAETITÉ..... | 57 |
| 2.4.1 Formação..... | 58 |
| 2.4.1.1 Características físicas e ambientais..... | 56 |
| 2.4.2 Territorialidade..... | 58 |
| 2.4.3 Reconhecimento..... | 61 |
| 3 CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO | 64 |
| 3.1 A MINA DE URÂNIO..... | 66 |
| 3.1.1 Dissonâncias..... | 70 |
| 3.2 PROJETO PEDRA DE FERRO..... | 74 |
| 3.2.1 Contradições | 75 |
| 3.3 COMPLEXO EÓLICO..... | 76 |
| 3.3.1 Incongruências | 78 |
| 3.4 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL..... | 80 |
| 4 CAMINHOS QUE SE CRUZAM..... | 86 |
| 4.1 UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO..... | 86 |
| 4.2 OS “NÓS” DA REDE | 88 |
| 4.3 APARANDO “ARESTAS” | 93 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 98 |
| REFERENCIAS..... | 100 |
| APÊNDICES..... | 106 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

ANM - Agência Nacional de Mineração

APA- Área de Proteção Ambiental

BBC- British Broadcasting Corporation

BDG – Base de Dados Geodésicos

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAR- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CBHSF- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

CBPM – Companhia Baiana de Pesquisa Mineral

CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CMMAD- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNEM - Comissão Nacional de Energia Nuclear

COELBA -Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

CPISP (Comissão Pró-Índio de São Paulo

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRIIRAD -Comissão de Pesquisa e Informação Independente sobre Radioatividade

CRQs - Comunidades Remanescentes de Quilombos

CS - Cartografia Social

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FCP - Fundação Cultural Palmares

FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz

FIOL – Ferrovia de Integração Oeste- Leste

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IBRAM- Instituto Brasileiro de Mineração

INB – Indústrias Nucleares do Brasil

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INGÁ -Instituto de Gestão das Águas e Clima

ISA – Instituto Socioambiental

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MPF- Ministério Público Federal

OMS - A Organização Mundial da Saúde

PBQ - Programa Brasil Quilombola

PIB – Produto Interno Bruto

RIMA- Relatório de Impacto Ambiental

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEMA/BA – Secretária Estadual de Meio Ambiente da Bahia

SEPPIR - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial

SIGABI – Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade

SINDMINE - Sindicato dos Mineradores de Brumado e Microrregião (Sindmine)

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UESB- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UESC- Universidade Estadual de Santa Cruz

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNACON- Unidade de Alta Complexidade em Oncologia

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

URA – Unidade de Concentração de Urânio

WNA - World Nuclear Association

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1- Estrutura metodológica da pesquisa..... | 25 |
| Figura 2- Hodosmetalogia..... | 36 |
| Figura 3 - Regularização de quilombos pelo governo federal (2005-2018) | 46 |
| Figura 4- Reforma ministerial do governo de Jair Bolsonaro..... | 48 |
| Figura 5 – Localização das comunidades quilombolas de Caetité – Bahia..... | 61 |
| Figura 6 – Mapa de localização da extração de urânio das INB em Caetité..... | 67 |
| Figura 7 – Unidade de Concentração de Urânio – URA/ CAETITÉ..... | 68 |
| Figura 8 – Mapa da localização da nascente Pedra de Ferro..... | 72 |
| Figura 9- Mapa de localização dos aerogeradores no município de Caetité..... | 77 |
| Figura 10 – Aerogeradores do parque eólico em Caetité- Bahia..... | 78 |
| Figura 11- Sociograma representando atores que atuam em comunidades quilombolas. As linhas representam a existência de ligações e as cores da linhas os tipos de relações entre os componentes da rede..... | 91 |
| Figura 12 – Mapa da localização das comunidades e dos megaempreendimentos (INB, BAMIN, Complexo Eólico) | 92 |
| Figura 13- Atuação da INB em territórios quilombolas de Caetité | 94 |
| Figura 14 - Atuação da Bahia Mineração em territórios quilombolas de Caetité..... | 95 |
| Figura 15- Atuação do Complexo eólico em territórios quilombolas de Caetité..... | 96 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Orçamento para a regularização fundiária de terras quilombolas dos últimos 10 anos..... | 47 |
| Quadro 2 - Conflitos com quilombolas no estado da Bahia..... | 54 |
| Quadro 3 - Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (crqs)..... | 60 |
| Quadro 4 - Principais eventos da mineração de Urânio em Caetité 1970 – 2019..... | 69 |
| Quadro 5 - Possíveis impactos econômicos, sociais e ambientais do projeto Pedra de Ferro no município de Caetité – Bahia..... | 74 |
| Quadro 6 - Práticas de (Ir) Responsabilidade Socioambiental das INB..... | 81 |
| Quadro 7 - Práticas de (Ir) Responsabilidade Socioambiental da Bahia Mineração..... | 83 |
| Quadro 8 - Práticas de (Ir) Responsabilidade Socioambiental do Complexo Eólico..... | 84 |
| Quadro 9 – Percepção das lideranças quilombolas sobre seus respectivos territórios, por eixos temáticos..... | 86 |
| Quadro 10 - Ação dos agentes públicos, privados, tradicionais e institucionais não governamentais Caetité..... | 89 |
| Quadro 11 - Classificação dos impactos socioambientais relativos à implantação dos megaempreendimentos sobre os meios físico e biótico dos territórios quilombolas..... | 94 |

.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Número de conflitos por unidade federativa segundo levantamento da FIOCRUZ .51 | 51 |
| Gráfico 2 – Atividades geradores de conflitos na Bahia.....52 | 52 |
| Gráfico 3 - Populações mais atingidas por conflitos socioambientais na Bahia.....53 | 53 |

RESUMO

O estudo teve por objetivo analisar a tessitura das relações entre as comunidades quilombolas e os megaempreendimentos implantados no município de Caetité- Bahia nos últimos vinte anos, bem como, a forma de atuação desses megaprojetos em cada território quilombola, a partir da interpretação dos laços sociais que se constituem nos processos de vivências, por vezes, imbricados, mas não explícitos numa rede de interações. O vislumbre de perceber como se constitui a relação entre os sujeitos com as empresas investigadas, parte do interesse em ampliar a compreensão sobre as vulnerabilidades em que estão expostos os remanescentes de quilombolas e a influência da inserção de grandes empreendimentos em seus territórios. Com olhar centralizado nos sujeitos, nas suas falas, inquietações, ações, silêncios, impressões o estudo cuja metodologia utilizada foi inspirada na abordagem da Cartografia Social, visa demonstrar as questões implícitas nessa teia de relações, através da identificação dos “nós” (pontos de conexão: atores ou organizações) e suas “arestas” (linhas: relações, interações, afetações). O estudo contrastou a forma de atuação dos megaempreendimentos nos territórios quilombolas, revelando que mesmo com o discurso de desenvolvimento sob a propositura da geração de emprego e renda, muitos impactos negativos são deixados nas comunidades, inclusive a ausência de oportunidades profissionais para os quilombolas. Sobre o meio físico e biótico os impactos reconhecidos no estudo, provocados pelas empresas, são referente ao uso dos recursos hídricos, alteração da paisagem, degradação ambiental, disputas por terras, contaminação do solo e da água, entre outros. O estudo apontou também que, além das empresas, outros atores atuam nos territórios e de diferentes formas, afetando significativamente a dinâmica territorial. A identificação dos atores e seus posicionamentos revelam que as atuais configurações nos territórios quilombolas são espólios de um período escravagista que orientam posicionamentos para a manutenção de invisibilidade desses povos e negação de direitos. Durante o percurso, foi possível constatar que as necessidades materiais e imateriais dos sujeitos, os colocam em posição de vulnerabilidade frente as disputas e negociações.

Palavras-chave: Cartografia. Conflitos Socioambientais. Quilombolas. Rede.

ABSTRACT

The study aimed to analyse the weaving of relations between the quilombola communities and the mega-enterprises implemented in the municipality of Caetité-Bahia, as well as the way in which these projects operate in each quilombola territory, from the interpretation of the social ties that are formed in the processes of living, sometimes intertwined, but not explicit in a network of interactions. The glimpse of how the relationship between the subjects and the companies investigated is constituted arises from the interest in broadening the understanding of the vulnerabilities to which the Quilombola communities are exposed and the influence of the insertion of large undertakings in their territories. Focusing on the subjects, their speeches, concerns, actions, silences, impressions, the study, whose methodology was inspired by the Social Cartography approach, aims to demonstrate the issues implicit in this web of relationships, by identifying the "nodes" (points of connection: actors or organizations) and their "edges" (lines: relationships, interactions, affections). The study contrasted the way in which mega-developments act in quilombola territories, revealing that even with the discourse of development under the proposition of generating employment and income, many negative impacts are left in the communities, including the lack of professional opportunities for the quilombolas. Regarding the physical and biotic environment, the impacts recognised in the study, caused by the companies, are related to the use of water resources, landscape alterations, environmental degradation, land disputes, soil and water contamination, among others. The study also pointed out that in addition to the companies, other players are active in the territories and in different ways, significantly affecting the territorial dynamics. The identification of the actors and their positions reveal that the current configurations in quilombola territories are the spoils of a slavery period that guide positions towards the maintenance of invisibility of these peoples and the denial of rights. During the course, it was possible to verify that the material and immaterial needs of the subjects put them in a position of vulnerability in the face of disputes and negotiations.

Keywords: Cartography. Socioenvironmental Conflicts. Quilombolas. Network.

RESUMEN

El estudio tuvo como objetivo analizar el tejido de relaciones entre las comunidades quilombolas y los megaemprendimientos implantados en el municipio de Caetité-Bahia, así como la forma en que estos proyectos operan en cada territorio quilombola, a partir de la interpretación de los lazos sociales que se forman en los procesos de convivencia, a veces entrelazados, pero no explicitados en una red de interacciones. La mirada sobre cómo se constituye la relación entre los sujetos y las empresas investigadas surge del interés por ampliar la comprensión de las vulnerabilidades a las que est n expuestas las comunidades quilombolas y la influencia de la inserción de grandes emprendimientos en sus territorios. Centrándose en los sujetos, sus discursos, preocupaciones, acciones, silencios, impresiones, el estudio, cuya metodología se inspira en el enfoque de la Cartografía Social, pretende demostrar las cuestiones implícitas en esta red de relaciones, identificando los "nodos" (puntos de conexión: actores u organizaciones) y sus "bordes" (líneas: relaciones, interacciones, afectos). El estudio contrastó la forma en que los megadesarrollos actúan en los territorios quilombolas, revelando que aún con el discurso del desarrollo bajo la propuesta de generar empleo y renta, muchos impactos negativos quedan en las comunidades, incluyendo la falta de oportunidades profesionales para los quilombolas. En cuanto al medio físico y biótico, los impactos reconocidos en el estudio, causados por las empresas, est n relacionados con el uso de los recursos hídricos, la alteración del paisaje, la degradación ambiental, las disputas por la tierra, la contaminación del suelo y del agua, entre otros. El estudio también señala que, además de las empresas, hay otros actores que actúan en los territorios y de diferentes maneras, lo que afecta significativamente a la din mica territorial. La identificación de los actores y sus posiciones revelan que las configuraciones actuales en los territorios quilombolas son el botón de un período de esclavitud que orienta las posiciones hacia el mantenimiento de la invisibilidad de estos pueblos y la negación de derechos. Durante el curso, se pudo comprobar que las necesidades materiales e inmateriales de los sujetos los colocan en una posición de vulnerabilidad frente a las disputas y negociaciones.

Palabras clave: Cartografía. Conflictos socioambientales. Quilombolas. Red.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa, que ora se apresenta, aborda aspectos intrínsecos do relacionamento entre as comunidades quilombolas de Caetité – BA com os megaempreendimentos implantados no município nos últimos vinte anos e busca evidenciar a atuação desses megaprojetos nos territórios quilombolas.

Nesta dissertação, os *megaempreendimentos*, também chamados de megaprojetos, são conceituados como os empreendimentos e/ou atividades econômicas de grande porte, com capacidade de provocar uma maior incidência geográfica de impactos socioambientais negativos sobre um determinado território (REIS, 2020).

Os territórios quilombolas são os espaços construídos por grupos que possuem uma trajetória histórica própria, com costumes singulares e uma relação com a natureza reforçada pela memória ancestral. Neste sentido, os territórios quilombolas representam mais que a formação de um grupo social em que os sujeitos estão ligados devido as suas características similares, o conceito atravessa todo um percurso histórico que exprime uma formação social impulsionada pela defesa do direito à vida.

A importância de realizar estudos em quilombos remanescentes se dá pela oportunidade de ampliar a compreensão sobre as vulnerabilidades em que estão expostos os remanescentes de quilombolas. A questão aqui evidenciada é referente ao efeito que é gerado em comunidades tradicionais com a entrada de grandes empreendimentos em seus territórios, ensejando em mudanças estruturais significativas na organização coletiva desses espaços, como a alteração do uso e ocupação dos recursos naturais, devido à poluição, contaminação ambiental, desmatamento etc., culminando no desaparecimento de espaços de memórias que ameaçam a manutenção da vida nesses espaços.

Embora realize um resgate histórico desse contexto emblemático, o recorte geográfico abrange a localidade de Caetité, município baiano situado no território de identidade Sertão Produtivo e que vem se despontando como um polo regional de produção mineral, entre eles, recebem destaque o ferro, a ametista, o granito, o manganês, a argila, os cristais e o urânio (SILVA, 2007). A região possui a única mina de urânio em operação em toda a América Latina, onde se encontram reservas estimadas em 100 mil toneladas do material radiativo, que responde pelo suprimento das usinas de Angra 1 e Angra 2, situadas no Rio de Janeiro. Tendo a

capacidade para ser explorada por pelo menos 30 anos (INB, 2019). Além disso, o município de Caetité sedia o projeto Mina Pedra de Ferro, operado pela empresa BAMIN, com capacidade de produção de até 42 milhões de toneladas de minério, sendo eles de dois tipos: hematita (1/3) que possui alto teor de ferro (cerca de 65%) e itabirito (2/3) (BAMIN, 2021). Sedia também, juntamente com os municípios de Pindaí e Igaporã, o Complexo Eólico. O Complexo Caetité possui capacidade instalada de 90MW no total, distribuída entre os três parques, que possuem 15 aerogeradores cada (NEOENERGIA, 2021).

Levando em consideração a minha proximidade com o campo de estudo por se tratar de um território de vivência, busquei adotar uma metodologia que me possibilitasse prestar atenção na configuração do território existente, através de um olhar mais atento. Durante o percurso, entreguei-me a pesquisa sem a necessidade de seguir um roteiro pré-arquitetado. Dei-me a chance de descobrir, de experimentar, de afetar e ser afetada. Apenas segui o fluxo, mas sem perder a atenção. Capturando cada gesto, cada fala, cada silêncio. “Buscando um tónus atencional que evita dois extremos: o relaxamento passivo e a rigidez controlada” (KASTRUP, 2007, p. 7).

O campo processual onde se delinea a pesquisa se forma a partir das interações e interesses de sujeitos que se conflituam pelo direito de uso e ocupação de determinado território, em um movimento complexo e contraditório de forças que se modificam ao longo do tempo. Dessa forma, iniciei a pesquisa isenta de grandes pretensões, sem metas preestabelecidas, sem seguir regras metodológicas, como propõe a abordagem cartográfica. Deixei na porta de entrada as informações, expectativas e saberes; ativei uma atenção sensível para habitar um campo virtual, que embora não fosse conhecido, ele já estava lá.

Considerando a importância de identificar imperativos sociais nas comunidades de influência, busquei nesse estudo analisar a atuação dos megaempreendimentos em comunidades quilombolas no município de Caetité, para isso o primeiro passo foi analisar as ações de responsabilidade socioambiental das empresas investigadas, bem como, identificar os atores que atuam nos territórios e as influências que estes exercem sobre ele. Seguindo pelo levantamento dos impactos ambientais, sociais e econômicos que a chegada dos megaempreendimentos em Caetité provocam nos territórios, para então, verificar o posicionamento dos quilombolas acerca da atuação das empresas.

Para ampliar a compreensão, o estudo buscou responder as seguintes questões específicas: Quais sujeitos exercem influência nos territórios quilombolas? Qual a forma de atuação desses sujeitos? Quais as implicações dos megaempreendimentos para a manutenção do patrimônio histórico, cultural e territorial dessas comunidades?

A pesquisa é regida pela resolução 466/2012 do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), visto assim, o projeto está aprovado pelo Comitê sob CAE de nº 37738820.5.0000.0055.

1.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade que enriqueça de modo contínuo sua relação com o mundo.

FELIZ GUATTARI

O escopo do trabalho de dissertação que escolhi desenvolver no curso de mestrado em Ciências Ambientais delineia uma forma peculiar de pesquisa, devido à metodologia que a sustenta, ou seria a “não-metodologia”? Ou melhor, a *Hodosmetalogia*? Sim! Partindo da ideia de que, primeiro se inicia o percurso e depois se define a direção entre as múltiplas possibilidades, como propõe Felix Guattari e Gilles Deleuze (1960). Dessa forma, inverte-se o significado etimológico da palavra “metodologia” que quer dizer: *metá* (direção) + *hódos* (caminho) + *logia* (estudo) e usa-se *hódos* + *meta* + *logia*, com o entendimento de que “o voo é primeiro em relação ao destino do pouso” (VEIGA, 2015, p. 1)

Assim, alicerçamos esse estudo no método cartográfico, originalmente, desenhado por Guattari e Deleuze na década de 1960, cuja finalidade foi “contrapor os modelos de pesquisas disponíveis à época, de cunho eminentemente demonstrativos-representacionais, que não se adequavam e nem conseguiam dar conta do teor processual do objeto dos seus estudos” (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p 812). No Brasil, as práticas de Cartografia Social ganham força a partir de 1990 como a dinâmica de politização das apropriações do território (ACSERALD, 2010). Concomitante ao processo de amplificação dos movimentos sociais e à dilatação neoliberal sobre o mercado de terras.

Trata-se de um campo de atuação, onde se estabelecem relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território (ACSERALD, 2010, p. 9)

Dentro da perspectiva do estudo cartográfico, o uso de técnicas e métodos predefinidos não são incorporados a priori, isso porque, seguindo os princípios do *rizoma* – modelo emprestado da botânica por Deleuze e Guattari - a cartografia apresenta inúmeras entradas, sendo assim, não se considera um único caminho a ser percorrido. À medida que a pesquisa avança, conforme as imprevisibilidades vão aparecendo, múltiplos percursos e direções vão se estabelecendo e o cenário da pesquisa se reconfigura.

Visando nortear a atenção do cartógrafo e ajudá-lo a compor um caminho possível, Kastrup (2007) propõe quatro variedades da atenção, que conduzem a elaboração da pesquisa: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento. Essas variedades são primordiais, pois auxilia a abertura da atenção do cartógrafo, visto que, quando um cartógrafo entra em campo, ele é exposto a inúmeras informações, que parecem convocar a atenção. Porém, boa parte delas não passam de dispersores, que direcionam o cartógrafo a um desvio sucessivo do foco atencional.

A atenção a si é, neste sentido, concentração sem focalização, abertura, configurando uma atitude que prepara para o acolhimento do inesperado. A atenção se desdobra na qualidade de encontro, de acolhimento. As experiências vão então ocorrendo, muitas vezes fragmentadas e sem sentido imediato. Pontas de presente, movimentos emergentes, signos que indicam que algo acontece, que há uma processualidade em curso. Algumas concorrem para modular o próprio problema, tornando-o mais concreto e bem colocado. Assim, surge um encaminhamento de solução ou uma resposta ao problema; outras experiências se desdobram em micro-problemas que exigirão tratamento em separado. (KASTRUP, 2007, p.8)

Sem intenção de fugir dos objetivos traçados por Kastrup, segui meu caminho sem me sentir na obrigação de aguardar o seu aparecimento total, as pistas que segui não foram submetidas a uma regra linear (SAMPAIO, 2016).

Compartilhando experiências da pesquisa com uma amiga pesquisadora, Erica Paraguai, fui convidada por ela a assistir uma aula virtual de Análise de Redes Sociais, então, após conhecer o conceito de rede, vislumbrei-me em correlacionar com a ideia que eu já vinha trabalhando sobre rizoma, sendo que os conceitos se aproximam à medida que se pensa na rede como um grande entrelaçado entre os atores, que os ligam por linhas de intensidades invisíveis, mas permeadas de desejos, de devires (FERREIRA, 2008). À vista disso, pensei em constituir o meu trabalho tendo por base a conexão desses dois conceitos.

1.1.1 Rede rizomática

Os sistemas em rede expõem a fundamental relação onde tudo se conecta a tudo, tudo afeta e é afetado, contrapondo a visão de que somos seres independentes, autossuficientes, desligados do mundo. A gênese do conceito de rede evidencia uma contradição em relação à sua construção que foi desenvolvida em torno de correntes marcadamente distintas.

Na matemática, a geometria euclidiana, formulada por volta do ano 300 a.C, definiu que por um único ponto passam infinitas retas, que numa reta, bem como fora dela, há infinitos pontos, mas que dois pontos distintos determinam uma única reta. Em um plano e também fora dele, há infinitos pontos[...]. O conceito de rede – pontos unidos por linhas –, portanto, traz na sua essência elementos primitivos da ciência que permitiu construir e consolidar as habilidades de perceber o real e atribuí-lhe significado. (VERMELHO et al. 2015, p.3).

Musso (2004) aborda que a visão de rede aparece na mitologia a partir do ideia da tecelagem e do labirinto. Já na antiguidade surge na medicina de Hipócrates, ao conjecturar que todas as veias do corpo humano formam uma rede por serem ligadas entre si. Não obstante, o termo rede ressurgiu na França, no século XII, sendo definida como: “redes de caça ou pesca e tecidos, uma malhagem têxtil que envolve o corpo” (MUSSO, 2004, p.18). Mais tarde, no século XVII, a palavra rede foi sendo incorporada pela medicina para se referir a composição do corpo humano pelos seus vasos sanguíneos e fibras. Aos poucos, a ideia de rede externa (fora do corpo) e rede interna (dentro do corpo) foram se fundindo, e só mais tarde durante a transição do século XVIII ao século XIX, o termo rede assume uma nova conceituação:

A rede não é mais apenas observada sobre ou dentro do corpo humano, ela pode ser construída. [...] De natural, a rede vira artificial. De dada, ela se torna construída. [...] A rede pode ser construída, porque ela se torna objeto pensado em sua relação com o espaço. Ela se exterioriza como artefato técnico sobre o território para encerrar o grande corpo do Estado-Nação ou do planeta. [...] “A rede sai do corpo e torna-se um artefato superposto a um território e anamorfoseando-o” (MUSSO, 2004, p. 18, p. 20, p. 22)

Partindo dessa interpretação, a rede que se estrutura das relações sociais se concebe com a conexão entre atores, onde os sujeitos são analisados a partir de sua relação de interdependência com outros, sem isolar qualquer tipo de interação. (DEGENNE; FORSÉ, 1999).

Guattari e Deleuze (1995) apresenta uma nova lógica de estruturação do conhecimento que penso que se aproxima ao modelo de rede, o *rizoma*:

Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos, são rizomas. Plantas com raiz ou radícula podem ser rizomórficas num outro sentido inteiramente diferente: é uma questão de saber se a botânica, em sua especificidade, não seria inteiramente rizomórfica. Até animais o são, sob sua forma matilha; ratos são rizomas. As tocas o são, com todas suas funções de hábitat, de provisão, de deslocamento, de evasão e de ruptura. O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. (GUATTARI; DELEUZE, 1995, p. 14).

O rizoma se contrapõe ao sistema arbóreo, enraizado. “Um rizoma não começa e nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança” (DELEUZE; GUATTARI, 2009, P.37) Isso significa que o rizoma não possui uma centralidade, mas é constituído por diversas linhas, diversos caminhos que se entrelaçam, em que qualquer ponto pode e deve ser interligado a qualquer outro. “Cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas.” (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p.15).

A conexão é um princípio fundamental na estruturação de uma rede, precisa haver uma conectividade com todos os âmbitos da vida do sujeito, com muitos elementos em diversos aspectos, sua história e a do coletivo, suas relações múltiplas, o envolvimento com os modos de produção maquínicos “diferente da mecânica, máquina num sentido lato, como máquinas teóricas, sociais, estéticas – produtoras de desejo” (NOBRE; BERNARDI, 2021, p.1)

O funcionamento de uma rede rizomática exige a exposição do todo sobre um plano de exterioridade, onde se coloca sobre uma mesma paragem: os “acontecimentos vividos, determinações históricas, conceitos pensados, indivíduos, grupos e formações sociais” (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p.17-18). Partindo desse entendimento, para que uma rede seja constituída não pode haver um ponto central, um significante ou algo que estabeleça um poder entre os atores envolvidos.

A constituição da rede rizomática precisa partir de diversos pontos, assimilar e legitimar outros pontos de vista. Caso isso não ocorra, a rede, por sua vez perde a sua significação e assume a estrutura arbórea, enraizada, que paralisa toda a produção que ocorre e suas multiplicidades, construindo uma unidade que não é suficiente na construção do mundo,

contrapondo a noção de rizoma, em que contesta a existência de uma verdade única, um único caminho.

Em suma, o rizoma pensado por Deleuze e Guatarri faz uma reflexão a respeito do conceito das redes, onde o rizoma seria a expressão da multiplicidade, determinados por seis princípios norteadores: 1º e 2º - Princípios de conexão e heterogeneidade, que parte da ideia de que todos os pontos tem a possibilidade de se conectar; 3º - Princípio da multiplicidade, “Inexistência, pois, de unidade que sirva de pivô no objeto ou que se divida no sujeito” 4º - Princípio de ruptura a-significante, expressa a possibilidade do rizoma de se expandir, romper ou retornar o seu processo; 5º e 6º- Princípio de cartografia e decalcomia, o rizoma é justificado como um modelo transformacional e subjetivo, passível de gerar inúmeros decalques com infinitas representações. “Ele é estranho a qualquer ideia de eixo genético ou de estrutura profunda” (DELEUZE; GUATARRI, 1995, p. 15, p. 20).

Para a demonstração das redes - constituídas das interações entres os atores - foi utilizado o software GEPHI que é uma plataforma *open source* para a visualização e manipulação de grafos dinâmicos e hierárquicos, incluindo todos os tipos de redes e sistemas complexos. “Sua principal função é servir como método de análise de dados, elaboração de hipóteses, descoberta de padrões sociais e de comportamento e isolamento de estruturas importantes dentro de redes hierarquizadas. Também é largamente utilizada na visualização de redes de relações entre indivíduos e dos conteúdos que (re)produzem” (MARQUEZ et al., 2013, p.3).

Para classificar os tipos de impactos incididos sobre os territórios quilombolas pelos megaempreendimentos, fiz uso de uma metodologia conhecida e de ampla aplicação em estudos de impactos ambientais para diversas atividades não agrícolas, a matriz de Leopold (LEOPOLD et al., 1971). A matriz de Leopold original consiste em uma listagem bidimensional, composta de indicadores versus fatores de impacto, e que permite atribuir valores de grau e de importância de impacto para cada item analisado (ALMEIDA; BASTOS, 2004).

Para análise das práticas de responsabilidade socioambiental desenvolvidas por cada megaempreendimento busquei os princípios da Norma Internacional ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social - que fornece orientações para todos os tipos de organização, independentemente de seu porte ou localização.

Para a construção dos mapas foi utilizado o programa Quantum GIS 3.16 e a base cartográfica digital, cedida e disponível nos *sites* da SEMA/BA, IBGE e INCRA. E através das visitas em campo do qual utilizei o aplicativo OsmAnd, que uma aplicação de navegação livre

com acesso a uma ampla variedade de globais OpenStreetMap (OSM) de dados. Para a construção dos mapas pode contar com o apoio da colega de mestrado, engenheira ambiental Lorena Silva (Silva, L.S).

O estudo bibliográfico foi realizado em motores de busca acadêmica como Scopus, Scielo, Web of Knowledge, Periódicos Capes, entre outros, bem como, em livros, teses e revistas especializadas.

Os dados foram coletados através de diário de campo, atas de reuniões, dados demográficos, dados de sites institucionais das empresas, áudios gravados, publicações científicas, técnicas, jornais de circulação local, regional e nacional, arquivos de mídia e ações jurídicas.

Também foi aplicado um questionário com trinta e seis (36) questões abertas para os presidentes das associações de cada comunidade. O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

O método adotado para aplicação dos questionários foi o de amostragem não-probabilísticos, que é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo (MATTAR, F.1996).

"Uma razão para o uso de amostragem não probabilística pode ser a de não haver outra alternativa viável porque a população não está disponível para ser sorteada. [...] Outra razão para usar amostragem não probabilística se refere às limitações de tempo, recursos financeiros, materiais e " pessoas" necessários para a realização de uma pesquisa com amostragem probabilística". (MATTAR. F. p. 157).

O questionário foi dividido em três eixos temáticos: 1. **Território quilombola** - social, político e ambiental; 2. **Vivência quilombola** – educação, emprego e renda; 3. **Megaempreendimentos**.

Para a validação dos dados foi usada a técnica de saturação teórica dos resultados, que consiste em um processo de validação objetiva em pesquisas que adotam métodos, abordam temas e coletam informações em setores e áreas onde é inviável ou desnecessário o tratamento probabilístico da amostra. Nessa técnica o pesquisador identifica os tipos de respostas e anota as repetições. Quando nenhuma nova informação ou nenhum novo tema é registrado, identifica-se o ponto de saturação (GLASER, STRAUSS, 1967; DENZIN, LINCOLN, 1994)

O propósito de se adotar métodos de validação conforme o objetivo de cada pesquisa consiste em uma perspectiva integradora, cujo intuito é alcançar uma proposta holística de validade, resguardando as pesquisas de caminhos e resultados equivocados. (OLLAIK E ZILLER .2015).

Para determinar o alcance da saturação teórica nas fontes primárias, foram seguidos cinco passos procedimentais, sendo eles (FONTANELLA et al. 2011):

Passo 1- Registro de dados brutos (fontes primárias): no total, foram aplicados 14 questionários para os coordenadores de associações.

Passo 2 - Imersão nos dados: realizou-se leitura flutuante dos dados obtidos por meio dos questionários.

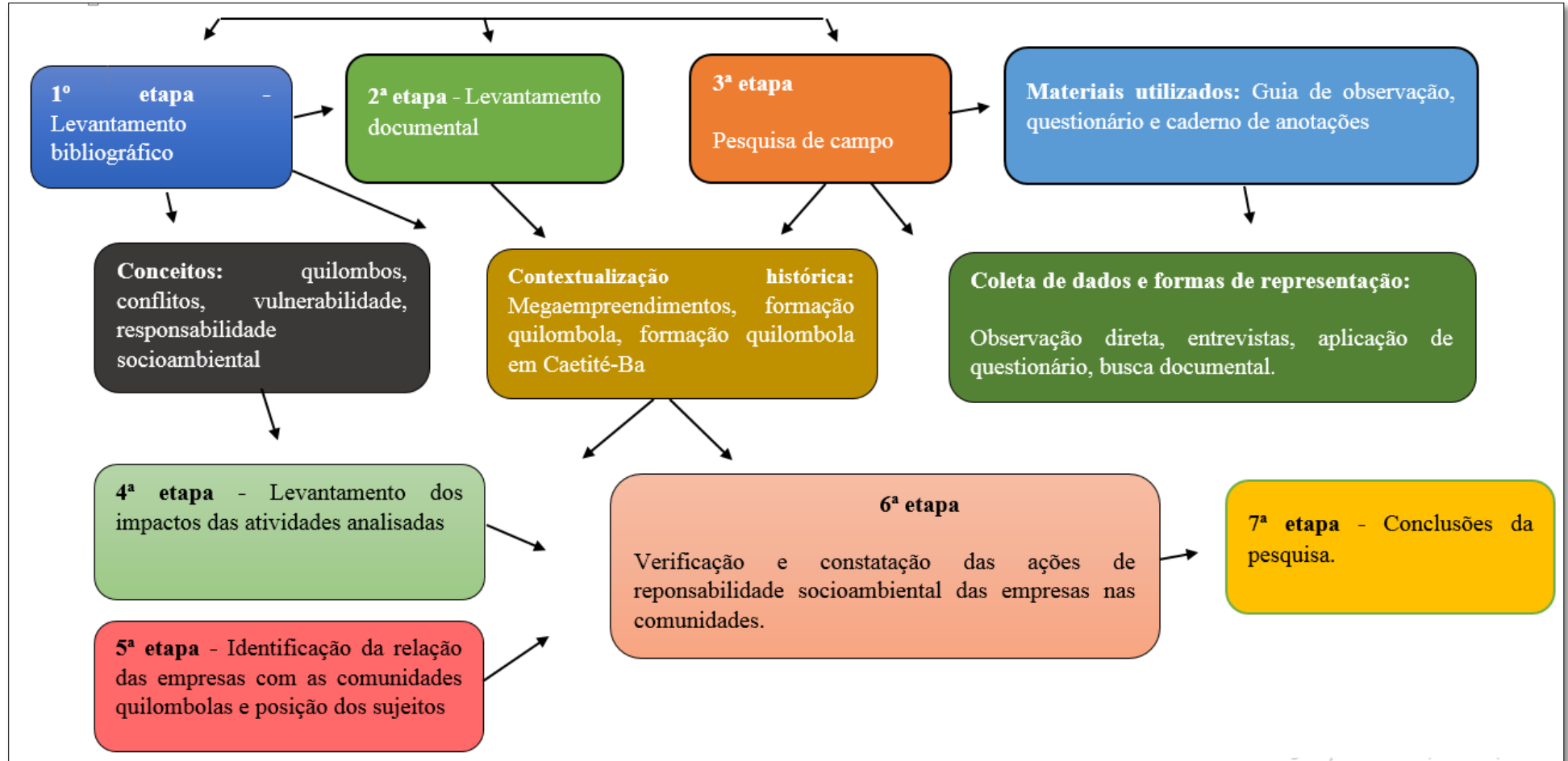
Passo 3 - Compilação das análises individuais de cada questionário e agrupamento temático: os resultados também foram organizados por eixos temáticos.

Passo 4 - Alocação dos temas e tipos de enunciados em um quadro: a apresentação dos dados em um quadro permitiu a identificação da regularidade dos achados nos depoimentos, de acordo com os temas, e a verificação da consistência dos enunciados.

Passo 5 - Constatação da saturação teórica dos dados por meio da identificação de ausência de elementos novos em cada agrupamento.

O desenvolvimento da pesquisa atravessou as seguintes etapas: Levantamento bibliográfico e documental, trabalho de campo e tratamento e sistematização das informações, inspirado na abordagem da Cartografia Social (FIGURA 1).

Figura 1 – Estruturação metodológica da pesquisa



Elaboração: Simone Almeida de Souza. Orientador: Rubens Jesus Sampaio, 2021.

1.2 PERCURSO DA PESQUISADORA

Essa história começa em 1938, quando Joaquim de Souza adquire através do processo de compra uma propriedade de 150 hectares de terra, que mais tarde é dividida entre os 13 herdeiros, sendo um deles, a minha avó paterna. Ali, na comunidade de Lagoa do Meio, no município de Caetité, onde as famílias se estabeleceram, configurou-se uma nova forma de apropriação do espaço que culminou na construção de uma identidade territorial.

Lagoa do Meio foi por muito tempo, apenas uma comunidade rural povoada, em sua maioria, por pessoas negras. Com o advento da Carta Magna que reconhece a existência de quilombos contemporâneos, logo a comunidade foi reconhecida como tal, devido as características e peculiaridades que a sustentam.

Demorou um pouco para eu entender que aquele território carregava traços de um momento tenebroso da história do Brasil - a escravidão. Mesmo ouvindo relatos históricos, para mim, a escravidão era um algo um tanto distante daquela realidade, mas foi só aprofundar-me um pouco mais sobre os aspectos históricos da formação das comunidades negras de Caetité para perceber o quanto é recente todo o processo de abolição.

Ao retornar para o território para realizar a pesquisa, não tive como não revisitar o passado e me surpreender com a forma ingênua que eu percebia a minha comunidade de quilombo quando era mais nova. Para mim, morar no quilombo era sinônimo de privilégio - brincar na lagoa, subir o lajedo, brincar com a terra, esperar a garapa sair do engenho, assar milho no fogão de lenha e, à noite, à luz de lamparina e do lampião, sentar nas esteiras de palha na sala e esperar os mais velhos para jogar versos nas cantigas ou contar histórias.- Como eu poderia imaginar que por trás daqueles rituais e contos e da vivência tão rica, existia uma história tão dolorosa, que os mais velhos evitavam contar.

A motivação para o desenvolvimento dessa pesquisa surge então da pretensão de falar sobre um território onde minhas raízes estão fincadas, no intuito de dar visibilidade e contribuir com discursões acerca dos territórios quilombolas.

Levando em consideração que eu sou a primeira da família a entrar em um programa de mestrado, é mais que justo que eu leve comigo esse tema. Trata-se de contribuir com a reparação histórica necessária e urgente para o povo negro.

A minha trajetória como pesquisadora se inicia a partir do meu encantamento ao ouvir o Professor Dr. Rubens Sampaio falar sobre um estudo realizado por ele, do qual utilizou o método cartográfico, naquele momento, ainda como aluna especial do curso de mestrado em Ciências Ambientais da UESB, fiquei imaginando inúmeras possibilidades para aplicar aquela metodologia. A minha motivação partiu da possibilidade de resgatar um projeto que estava arquivado desde à época da minha primeira graduação, quando, ainda, eu estava escrevendo o meu TCC sobre políticas públicas para quilombolas.

Eu vi na Cartografia Social a possibilidade de estudar sobre meu território de vivência, o quilombo Lagoa do Meio, sem aquela culpa de estar contaminando a pesquisa como as minhas impressões pessoais, pois na minha trajetória acadêmica, aprendi que em uma pesquisa científica o pesquisador precisa ser totalmente imparcial na coleta de dados para não alterar o seu resultado. Mas, como falar de uma realidade da qual você está totalmente inserida, olhando de fora? À vista disso, a Cartografia Social nos dá a oportunidade de integrar à pesquisa, sem fugir da sistematização mínima exigida para a elaboração de um trabalho científico.

Inicialmente o objetivo cerceava o desenvolvimento de um projeto que versasse sobre a gestão estratégica ambiental nas organizações, queria ter em minha formação acadêmica uma aproximação com as discussões ambientais sob uma outra ótica, que não fosse apenas a de gestores ou a de detentores dos meios de produção, como eu já estava acostumada a ter devido a minha formação na área de Administração. Mas, quando me deparei com a metodologia da Cartografia Social, percebi que eu poderia ir além. Logo, fui seduzida pela possibilidade de me aproximar das questões ambientais através de outros olhares. Achei magnífica a ideia de deixar ecoar as vozes dos sujeitos que, por muitas vezes, são silenciados e invisibilizados nos processos de decisões. E do papel que o pesquisador-cartógrafo assume na pesquisa, que é o de desvendar os movimentos e conexões de forma fluida e contínua.

Para me apropriar de conhecimentos teóricos e práticos a respeito da metodologia, propus-me a participar do 8º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade (SIGABI) ocorrido entre os dias 07 e 09 de maio de 2019, no Campus Três Rios, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a fazer o minicurso de Cartografia Social. Momento ímpar que me possibilitou ampliar a minha visão sobre a aplicação da Cartografia Social.

Ao retornar desse evento, já com a certeza que desenvolveria o estudo sobre os megaempreendimentos de Caetité e sobre os quilombos, busquei me aproximar do território que iria desenvolver a investigação, mas ao adentrar no território, não apenas no construído, mas no território subjetivo, simbólico, percebi que eu não era mais uma pesquisadora que vai a

campo coletar dados, com técnicas específicas, para analisá-los posteriormente, mas, como um sujeito da ação, que acompanha a produção dos dados e, mais que isso, que fazia parte daquele todo.

À medida em que eu fazia a rota do meu próprio estudo, a transição entre os métodos, foi ficando cada vez mais perceptível, eu não mais me preocupava em traçar objetivos, desenhar caminhos, mas, estava me propondo a descobrir, experimentar, sentir, afetar e ser afetada; observando cada movimento, narrando cada passo dessa caminhada. Visto assim, iniciei com a prática cartográfica: fui a campo, segui os processos, lancei-me nas águas, experimentei dispositivos, habitei um território, afinei a atenção, desloquei os pontos de vista e fui praticando a escrita com um olhar difuso, mas atento (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2012, p. 203). Fui a campo sem metas pré-estabelecidas, apenas com um olhar curioso para conhecer a dinâmica das coisas e toda a complexidade das relações estabelecidas e as que se formariam durante o processo.

Durante o curso de mestrado, a ansiedade aumentava ao passo em que eu via meus colegas desenvolvendo suas pesquisas com tranquilidade e domínio. Por vezes, senti-me o desvio-padrão da turma, por ser de outra área de formação e por me aventurar em uma nova forma de se fazer pesquisa. O alívio veio na apresentação do meu projeto no Seminário de Pesquisa na UESB, onde pude perceber um certo encantamento por parte da turma e da professora pela pesquisa que eu estava desenvolvendo.

Concomitante a isso, eu já estava me preparando para outra transição, retornar para Caetité para iniciar efetivamente o processo de pesquisa de campo e escrita da minha dissertação. À essa altura, eu já participava ativamente das discussões sobre quilombolas, não apenas como pesquisadora, mas também como integrante do movimento.

Na minha caminhada como pesquisadora, eu sempre vi a pesquisa científica como uma oportunidade de criar instrumentos para solucionar problemas, tudo que foge a esse propósito me causa estranhamento. Mas confesso que ao conhecer a Cartografia Social senti um grande alívio, por coadunar com a finalidade do método, porém, quando comecei a aplicar a Cartografia no meu estudo, senti uma grande insegurança, um sentimento de incompletude. Eu sentia que faltava algo, talvez vivências com o método, experiência e maturidade de um cartógrafo. Questionava-me: como se portar diante de um processo extremamente subjetivo, que envolve questões tão ímpares, sem se perder? Talvez tenha sido esse mesmo incômodo que afetou Michael Foucault em sua aula inaugural no *Collège de France*, ao proferir o seu primeiro discurso como professor daquela instituição. É sempre inquietante começar!

Então comecei por absorver todo o processo como um início de uma caminhada. Mesmo sabendo que teria que entregar um resultado em breve, eu passei a vê-lo como uma introdução de outros trabalhos que surgirão através deste, por isso, a decisão foi de continuar com a metodologia. Nos primeiros meses de dois mil e vinte (2020), ao retornar para o meu campo de estudo, fui surpreendida com um cenário de pandemia que se instalara devido a infecção por um novo coronavírus - SARS-CoV-2¹. No primeiro instante, não considerei que a pandemia fosse durar mais que dois meses. Mas com o passar do tempo, com o agravamento da situação, comecei a me preocupar com os prazos e com a pesquisa em si. Fiquei me questionando como faria um estudo que exige interação social, observação direta, sem ter contato com os sujeitos e o campo da pesquisa.

O cenário de pandemia tornou inviável a aplicação do método em sua totalidade, devido a urgência em adaptá-lo à nova realidade, por isso, tentei usá-lo como norteamento e inspiração para a execução da pesquisa, mas com o entendimento de que para que o resultado seja alcançado totalmente através da metodologia Cartografia Social, é necessário incluir outras etapas de aproximação da realidade, a ser realizado em um momento pós- pandemia ou até mesmo utilizando outras tecnologias que supram a falta de encontros presenciais para a produção dos dados.

Conversando com um amigo, também pesquisador, que estava passando por situação semelhante em seu doutorado, falei da inquietação de não poder ir a campo para acompanhar a produção dos dados, ele sugeriu que eu mudasse a metodologia. Se eu esmiuçasse o meu estudo para ele, talvez ele entenderia que não se trata apenas de uma mudança de técnica, de procedimentos, se trata de uma mudança no cerne da proposta inicial, sendo que a proposta do estudo é de acompanhar processos, se trata de uma forma de pesquisar que privilegia a construção do conhecimento popular, simbólico e cultural elaborado sob os preceitos da coletividade onde os diferentes grupos sociais expressam seus anseios e desejos. (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Com a prorrogação dos prazos devido a incontestável impossibilidade de prosseguir com a pesquisa de campo, provocada pela pandemia, comecei a trabalhar com o que tinha em mãos, debrucei-me sobre os documentos e materiais compilados durante o percurso, além de reunir as falas de alguns atores que encontrei durante a caminhada, deixando para um momento oportuno a realização das oficinas com os sujeitos da pesquisa.

¹ A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia

Com o avançar dos dias e vencimento de prazos, precisei direcionar a minha atenção para outros caminhos, entendi que não seria possível seguir com a pesquisa com a proposta inicial de realizar oficinas com a comunidade para falar sobre conflitos. Percebi que, além dos conflitos, existia uma realidade muito dura enfrentada pelas comunidades quilombolas: a da vulnerabilidade que estão expostas, principalmente, em tempos de crise. Durante a pandemia, pude vivenciar as dificuldades das comunidades em lidar com o cenário pandêmico, então questioneei sobre a atuação do poder público e das empresas dentro do território e comecei a observar as ações que esses atores estariam desenvolvendo para auxiliar as comunidades no enfrentamento da crise. Assim, pensando nas possibilidades que o método oferece, entendi que poderia seguir com ele mesmo com a mudança do objeto, dos objetivos e da temática do estudo. Esse movimento, já esperado pelos defensores do método, nada mais é do que um retorno para reconfiguração do território, é experimentar as possíveis linhas de fuga sobre o território criado. Muda-se o caminho, mas não a intenção.

Partindo da perspectiva do estudo cartográfico, busquei ativar a minha atenção conforme os gestos atencionais proposto por Kastrup, então fui percorrendo todo o trajeto observando as reconfigurações do campo. O rastreio, que é o movimento de reconhecimento do campo de pesquisa, que ocorre quando o pesquisador está em busca de pistas e signos de processualidade, nesse estudo, ocorreu, primeiramente, quando comecei a participar de reuniões mensais com o Conselho Municipal de Comunidades Quilombolas de Caetité, onde pude conhecer a realidade das comunidades, suas principais demandas, anseios através de discussões e ações das lideranças.

Eu já possuía uma vivência com os quilombos de Caetité, e por ter vínculo familiar com os quilombolas da comunidade Lagoa do Meio e me reconhecer quilombola, eu já participava de reuniões e eventos no município. Quando pensei em desenvolver a pesquisa queria abordar os conflitos existentes no meu território de vivência. Queria cartografar um conflito patente entre grileiros com meus tios quilombolas, decorrente da descoberta de uma lavra de granito na região, mas durante o percurso esse conflito foi se reconfigurando e culminou em conciliação judicial, entrando em um estado de latência.

Ao participar das reuniões percebi que existiam outros conflitos em outras comunidades quilombolas e a maioria deles envolvia os megaempreendimentos que chegaram em Caetité nos últimos vinte anos, então decidi que o foco da pesquisa seria cartografar os conflitos patentes em comunidades quilombolas devido à entrada dessas empresas.

O Conselho Municipal de Comunidades Quilombolas não tem sede própria, por isso, as lideranças de cada comunidade se reúnem na sede do Movimento de Mulheres Camponesas, custeada até então, parcialmente, pelo poder público (Gestão 2016-2020) e coordenado pela Gerente de Desenvolvimento Territorial da Prefeitura de Caetité.

Em uma dessas reuniões, uma liderança relatou que estava tendo transtornos e conflitos com a empresa que operava as torres eólicas (EPP) e com posseiros devido à grilagem de terra, com a escassez de recursos hídricos e poeira causada pelos aerogeradores. Outra liderança comunitária também apontou conflitos com a Bahia Mineração pelo uso dos recursos hídricos. Outro coordenador reivindicava um posicionamento da prefeitura pela falta de abastecimento de água na comunidade, que ficou sob responsabilidade das Indústrias Nucleares do Brasil, após alguns poços serem lacrados devido à suspeita de contaminação pelo urânio. O silêncio, a troca de olhares, o constrangimento foi perceptível quando eu quis saber detalhes sobre a situação dessa comunidade. Logo fui interrompida pela coordenadora que articulava a reunião. Naquele momento entendi que aquele assunto era proibido naquele espaço, assim como os demais conflitos em outros quilombos.

Logo me veio à mente trechos da aula inaugural de Foucault no *Collège de France* sobre a “Ordem do Discurso”, quando ele diz que “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (1971, p. 9). Mesmo que eu quisesse quebrar essa ordem, eu não teria legitimação do grupo, seria rejeitada, excluída, interdita, assim como fazem com aqueles que insistem em romper a ordem pré-estabelecida, “cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que a sua palavra seja considerada nula, não acolhida”. (FOUCAULT. 1971, p. 9).

Eu não possuía o poder do discurso e ainda estava sob análise do grupo, qualquer fala contrária à ordem estabelecida, contra o sistema preposto, afastar-me-ia dos campos de discussões. Desde então, passei a ouvir mais, busquei entender a posição de cada sujeito daquela trama, analisar posturas, gestos e até mesmo o silêncio. Naquele momento defini como objetivo central daquela fase estudo, desvendar as linhas de influência que faziam as lideranças se submeter a determinados comandos e entender a conjuntura daquelas relações e suas afetações. Iniciei então, uma “varredura do campo, em um movimento parabólico, visando detectar movimentos, mudanças de posição, de aceleração, de ritmo” (PASSOS *et al*, 2012, p. 41).

Em julho de dois mil e dezenove (2019) fui informada sobre um encontro estadual para a escolha da nova diretoria do Conselho Estadual de Associações e Comunidades Quilombolas da Bahia –CEAQ -BA que ocorreria na cidade de Salvador, propus-me a participar, mas não apenas para fins da pesquisa, mas, prioritariamente, para me aproximar ainda mais das discussões sobre os quilombolas, através de outros espaços. Ao participar do encontro, conheci as especificidades de cada território quilombola do estado da Bahia. Observei as falas, gestos, articulações, constatei que grande parte dos discursos circundavam um tema específico: a titulação de terras - sendo que a titulação é uma forma legítima para a obtenção da autonomia e preservação do território quilombola.

Em um dado momento do evento, vi-me assumindo algumas posições de liderança, sendo convidada a falar pelas comunidades quilombolas de Caetité e até mesmo assumir uma coordenação na nova diretoria do Conselho. Mesmo não querendo estar naquela posição por me julgar inexperiente, eu assumi o risco das falas, eu me apoderei do discurso. Foi como se um coro ecoasse naquele auditório em uma fina sintonia:

Tu não deves ter receio em começar; estamos aqui para te fazer ver que o discurso está na ordem das leis; que sempre vigiamos o seu aparecimento; que lhe concedemos um lugar, que o honra, mas que o desarma; e se ele tem algum poder, é de nós, e de nós apenas, que o recebe. (FOUCAULT, 1971 p. 7)

No mês seguinte, em agosto do mesmo ano, fui convidada a participar do Encontro: “*Quilombolas - Terra, direitos e sustentabilidade*”, realizado em Salvador/BA. Um encontro cujo objetivo maior foi levantar demandas dos territórios quilombolas e a apresentação do resultado de um estudo realizado pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano, co-financiado pela União Europeia, sobre os conflitos ambientais dos quilombos do Vale do Iguape, no Recôncavo da Bahia. Para a minha surpresa o estudo se tratava de um mapeamento participativo onde se utilizara uma metodologia inspirada na abordagem da Cartografia Social. Um estudo riquíssimo, cheio de detalhes, que reforçou a minha intenção em continuar trabalhando com a metodologia.

Ainda no início da caminhada, conheci um funcionário da INB. Essa aproximação, não intencional, gerou inúmeros momentos de conversas informais sobre a atuação da estatal em Caetité. O funcionário integra a rede de proteção do Ministério Público Federal por já ter sido alvo de ameaças e retaliação por denunciar irregularidades da empresa e do poder público. Em uma dessas conversas, o funcionário me apresentou um série de relatórios, imagens e documentos que fomentaram as denúncias feitas por ele e por outros atores sociais (instituições de pesquisas, movimentos sociais etc) contra a estatal.

Quando eu perguntei sobre a comunidade quilombola Riacho da Vaca, ele falou que é uma relação um pouco complicada. Segundo ele, a empresa se aproveita da falta de conhecimento técnico e até mesmo da vulnerabilidade dos moradores para evitar que a comunidade se posicione contra ela. Ele ainda relatou uma situação em que a INB convidou a comunidade para uma palestra com os técnicos da empresa para que eles pudessem esclarecer dúvidas sobre os acidentes e falar sobre as atividades da empresa. Ele relembra que a palestra aconteceu no período em que as denúncias contra a estatal estavam em evidência nas mídias regionais. Ele não foi convidado para a reunião, mas apareceu logo após o seu início, e em um determinado momento da explanação dos técnicos, o funcionário interrompeu a palestra e perguntou aos moradores se eles entendiam o que os técnicos estavam falando. A maioria respondeu que não, ele ouvia falas como: “não entendi nada do que ele falou” e “são muitos termos difíceis, eu não tenho estudo, não entendi nada” O funcionário relatou que questionou os colegas de trabalho sobre o que estavam fazendo, perguntou se eles não se envergonhavam por enganar aquelas pessoas com frases técnicas, vendendo a ideia de que estava tudo bem e omitindo informações como o acidente de vazamento do urânio.

Além desse relato, o funcionário me encaminhou o Estudo Antropológico II - Riscos de contaminação ambiental e humana nas comunidades Quilombolas no entorno da Unidade de Concentrado de Urânio no Sudoeste da Bahia, cujo objetivo do estudo era compreender a construção social dos riscos de contaminação ocupacional e ambiental atribuídos aos trabalhadores e ex-trabalhadores quilombolas da INB e moradores de cinco quilombolas na área de abrangência da INB pela exploração do urânio em Caetitê - Bahia, elaborado por pesquisadores da Universidade Federal da Bahia.

Esse encontro com o funcionário, não era algo que estava previsto na pesquisa, mas auxiliou ricamente a produção dos dados. Na prática cartográfica esse movimento preliminar em que não se busca ainda pela informação, “é um reflexo, um vislumbre que acontece no nível das sensações, que pode ter graus diferentes de intensidades, ritmos e sentidos, e que não deve ser desprezado, porque é nesse processo que aprimoramos a seleção e que os critérios ficam mais claros.” (COCA; ROSÁRIO, 2017, p.43)

Após o relato do funcionário, do encontro com outros atores e da análise de algumas posturas em relação à INB decidi redirecionar o meu olhar para o novo campo que formou, nesse caso, a comunidade negra tradicional da área de influência da INB - Riacho da Vaca. Nesse momento onde a atenção é tocada por algo, um pequeno vislumbre, aciona em primeira mão o processo de seleção (KASTRUP, 2007)

Durante a pandemia tive a oportunidade de ter meu segundo contato direto com a comunidade Riacho da Vaca. Seguindo todos os protocolos de cuidados, fui à comunidade, assim como nas demais, para entregar materiais com orientações para prevenção e orientação ao coronavírus e ao auxílio emergencial, aproveitei a oportunidade da visita para falar sobre a minha intenção em realizar a pesquisa, sobre a comunidade, com alguns moradores. Para a minha surpresa, alguns moradores se opuseram a participar de qualquer tipo de pesquisa. Uma moradora, enfatizou que não participaria de nenhuma pesquisa, uma vez que isso já trouxe muitos problemas para a comunidade. Ela relatou que “um tal *Greenpeace* chegou na comunidade para fazer pesquisa, e depois saiu falando que eles tinham problemas com a empresa, que até fotos colocou no jornalzinho” outra moradora salientou que “eles não tinham nada para falar sobre a empresa, que a empresa é muito boa para eles”. Enfatizei que a pesquisa em si não seria para apontar pontos negativos da empresa, mas para entender a conjuntura dessa relação (comunidade *versus* empresa) e auxiliar a própria comunidade a identificar o seu posicionamento nessa teia de relações. Expliquei que o meu papel, enquanto pesquisadora, é o de deixar ecoar as vozes dos moradores numa tentativa de fortalecer os processos de luta e resistência da comunidade frente aos desafios que possam surgir. Todavia, como o meu intuito naquele dia foi atender uma demanda do Conselho Quilombola, não para realizar uma pesquisa de campo, não ampliei a discussão, mesmo porque, até então, o meu projeto ainda estava em processo de avaliação no Comitê de Ética e Pesquisa.

Mas, não vou negar que fiquei um pouco preocupada com o posicionamento de alguns moradores, fiquei buscando entender as motivações para tais falas, por um lado entendi que as instituições que realizaram pesquisas no território não teve o devido cuidado de salvaguardar os sujeitos da pesquisa e isso gerou uma certa insegurança nos moradores, devido à exposição. Mas, por outro lado pensei na influência que a empresa deve exercer sobre aquelas pessoas. O que só fez aumentar a minha inquietação. Questionei-me: qual influência a empresa exerce sobre a comunidade? Seria devido a geração de empregos? Será que a comunidade teme alguma retaliação? Será que os moradores tem ciência dos riscos de morar em um território da área de influência de uma usina de urânio? Quais são os outros atores que exercem influência no território? Em que sentido a empresa é “boa” para os moradores da área de influência? O que a exposição dos sujeitos em pesquisas anteriores acarretou para a comunidade?

Essas inquietações me fizeram querer entender as motivações da produção desse discurso e compreender as inquietações de quem o proferiu e em que condições sociais ele foi

construído. Revisitei alguns trechos das obras de Foucault, de Bourdieu, de Freire entre outros, para buscar as contribuições sobre linguagem, discurso e poder.

Foucault é bem cirúrgico ao proferir suas conclusões sobre a produção do discurso.

“Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Dessa forma, o poder impede a manifestação livre do discurso. E nesse caso temos as instituições sociais que gerenciam determinadas formas de discurso e interditam a manifestação de outras formas (DALCASTAGNÈ, 2009) Seria esse então um dos motivos que faz os sujeitos se recusarem a participar de pesquisas sobre a estatal? É legítimo pensar assim, já que o silenciamento de grupos oprimidos e explorados é coberto por vozes que se sobrepõem a ele, vozes que buscam falar em nome deles e é claramente isso que Foucault denuncia quando ele defende que o “controle do discurso é a negação do direito de fala àqueles que não preenchem determinados requisitos sociais: uma censura social velada, que silencia os grupos dominados” (DALCASTAGNÈ, 2021 p.111). Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que é como se fosse inanimado (FREIRE, 1987, P.26).

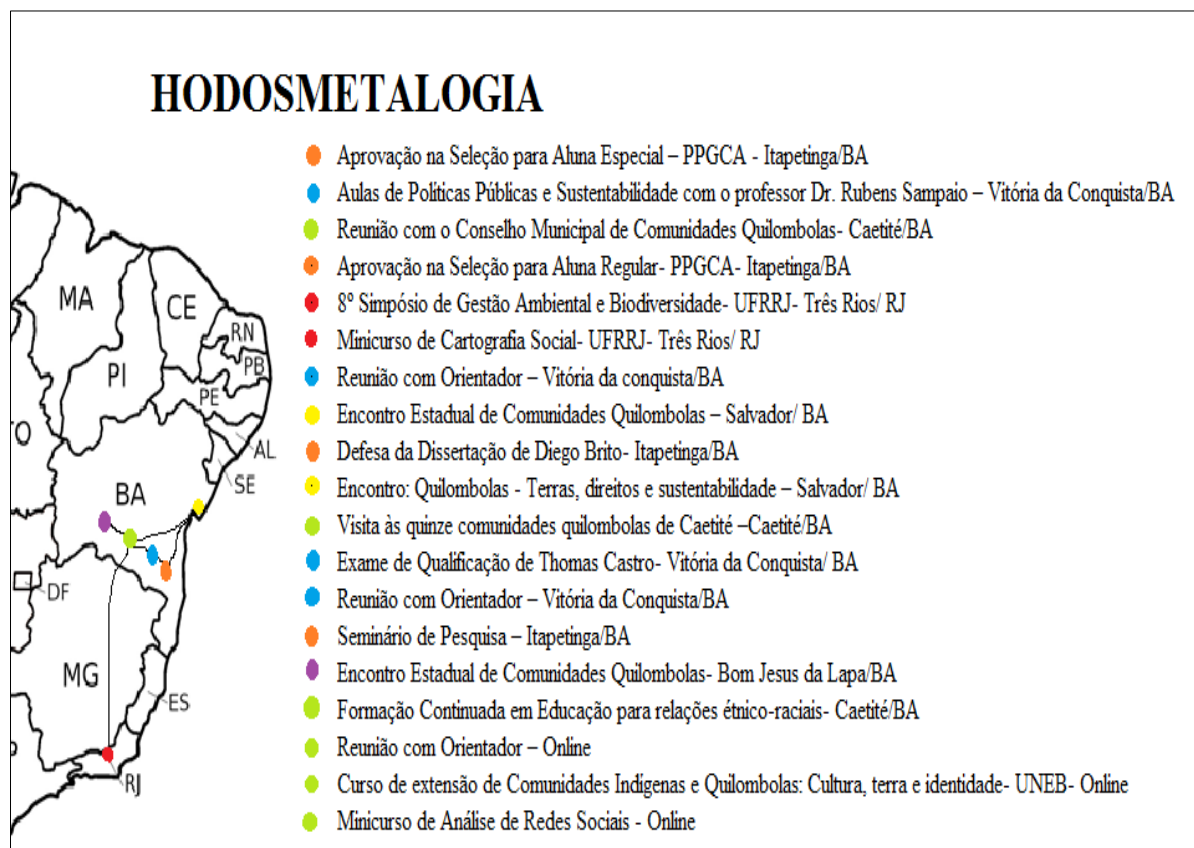
É notório a eficácia do discurso para a manutenção de sistemas dominantes, como também para promover a emancipação de grupos explorados e oprimidos, isso só acontece quando os grupos dominados rompem com a censura do discurso dominante e faz desse discurso um meio de libertação. Para Bourdieu (1979, 133.) “entre as censuras mais eficazes e mais bem dissimuladas situam-se aquelas que consistem em excluir certos agentes de comunicação excluindo-os dos grupos que falam ou das posições de onde se fala com autoridade”. A legitimação de um discurso, depende, por vezes, daquele que o emite, depende dos capitais simbólicos que ele carrega consigo, cuja critérios de seleção estão alicerçados em disposições estruturais, como bem define Bourdieu, que conclui que:

a censura alcança seu mais alto grau de perfeição e invisibilidade quando cada agente não tem mais nada a dizer além daquilo que está objetivamente autorizado a dizer: sequer precisa ser, neste caso, seu próprio censor, pois já se encontra de uma vez por todas censurado, através das formas de percepção e de expressão por ele interiorizadas, e que impõem sua forma a todas as suas expressões. (BOURDIEU, p. 134).

Percebi então que deveria estar atenta a cada manifestação e a cada silêncio e, sem embargo, entendi que essas inquietações fazem parte do trabalho do cartógrafo. A atitude investigativa do cartógrafo busca ir além de representar um objeto, o que se busca num estudo cartográfico é acompanhar um processo, onde os movimentos percebidos nos afastam da própria percepção do objeto, Bergson define esse movimento como “reconhecimento atento”, que tem como característica nos reconduzir ao objeto para destacar seus contornos singulares, em que “A percepção se amplia, viaja percorrendo circuitos, flutua num campo gravitacional, desliza com firmeza, sobrevoa e muda de plano, produzindo dados que, enfim, já estavam lá. A atenção atinge algo “virtualmente dado” (BERGSON, 1897/1990a, p. 84).

Na figura 2, apresento os caminhos que me direcionaram para a concretização da pesquisa.

Figura 2 – Hodometalografia



Elaboração: Simone Almeida de Souza. Orientador: Rubens Jesus Sampaio, 2021.

1.3 CAMPO DA PESQUISA

Em primeiro momento o ideal seria realizar o mapeamento participativo e crítico com as comunidades quilombolas do município de Caetité. O recorte da pesquisa seria com as comunidades que possuíssem um histórico de conflitos com as empresas mineradoras (Usina de beneficiamento de Urânio (Indústrias Nucleares do Brasil - "INB"), empresa de extração de minério de ferro (Bahia Mineração) e energéticas (Complexo eólico) instaladas no município nos últimos 20 anos. Faria-se o levantamento da condição atual dos quilombos analisados, juntamente com as comunidades, através de entrevista e oficinas. Porém, as observações sobre o quilombo Riacho da Vaca fez com que eu direcionasse o estudo para aquela comunidade, mas o cenário de pandemia vivenciado durante o período destinado a realização da pesquisa impossibilitou algumas etapas do trabalho de campo e a preocupação com a exposição dos sujeitos, principalmente após algumas visitas na comunidade onde pude perceber a inquietação de alguns moradores com a pesquisa, decidi recuar, até porque a comunidade Riacho da Vaca ainda está em processo de certificação. Nesse momento eu retorno para o movimento de rastreio que é quando “a atenção não busca algo definido, mas torna-se aberta ao encontro” (KASTRUP, 2007, p.17).

Com o campo se reconfigurando, o objeto de estudo deixa de ser, primeiramente, as comunidades quilombolas com histórico de conflitos socioambientais e, posteriormente, a comunidade em processo de reconhecimento, Riacho da Vaca, e passa a ser então as quatorze (14) comunidades quilombolas e os três (3) megaempreendimentos que operam em Caetité. Nesse momento em que um novo território se forma, o campo de observação se reconfigura, o “pouso” é realizado. O ‘pouso’ indica o fechamento do campo em uma parada da percepção (seja visual, auditiva ou outra qualquer), levando a uma mudança na escala da atenção (quando ocorre uma espécie de zoom) e a uma reconfiguração do campo. (PASSOS et al, 2015).

Com a impossibilidade de ir pessoalmente *in loco* para a realização das oficinas e entrevistas, aproveitei os registros que já possuía sobre o campo de estudo, e usei algumas reuniões do Conselho Municipal para realizar algumas etapas da pesquisa de campo, como aplicação de questionário e discussões em grupo.

1.4 ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Durante os três anos de desenvolvimento da pesquisa de mestrado, que começou a germinar no momento em que me torno aluna especial e finda-se com a entrega dessa dissertação, pude observar as particularidades de cada território, circulei por todos eles com um grande sentimento de familiaridade. A partir do contexto investigado, organizei a pesquisa com a seguinte estruturação:

Na introdução tem-se uma noção geral sobre o tema, o percurso da pesquisa onde exponho os caminhos que me levaram ao seu desenvolvimento, trago as minhas vivências enquanto pesquisadora e apresento o campo de investigação, bem como a estrutura do trabalho.

No capítulo 2, intitulado *Quilombos* trago o contexto histórico da construção dos espaços de luta e resistência negra no país, também apresento a formação dos quilombos, as suas formas de significação e apropriação do espaço, bem como, alguns conflitos engendrados para a manutenção e defesa desses territórios. Doou um *zoom* nos Quilombos de Caetité para esboçar as particularidades de cada território quilombola, trazendo uma breve contextualização histórica, desde a formação aos dias atuais.

No capítulo 3, *Contradições do desenvolvimento*, trato da chegada dos megaempreendimentos e os seus impactos na região de Caetité e nas comunidades quilombolas, Início abordando sobre a chegada da INB, estatal que atua na extração e beneficiamento de Urânio, apresento também o projeto Pedra de Ferro, os conflitos e danos que surgiram com esse empreendimento e, por fim, sobre a implementação e operação do complexo eólico. Dando ênfase para as práticas de responsabilidade ambiental desenvolvidas pelas empresas.

O capítulo 4, apresento em *Caminhos que se cruzam*, o perfil dos agentes atuantes no território e a conjuntura das relações constituídas entre comunidades e megaempreendimentos. Finalizo com as considerações finais onde são levantados pontos críticos para reflexão.

2 QUILOMBOS

*Por menos que conte a história
não te esqueço meu povo
se Palmares não vive mais
faremos Palmares de novo*

José Carlos Limeira

Neste capítulo, busco ressaltar o percurso histórico que culminou na consolidação dos territórios quilombolas, desde o escravismo aos quilombos contemporâneos, abordando a conjuntura histórica da formação quilombola e os principais fatores que conduziram para a expansão dos quilombos no Brasil e formação quilombola em Caetité.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

É impossível compreender a história da formação dos quilombos, sem a herança escravista. A escravidão esteve inserida no seio da sociedade muito antes de ser adotada na América. Mas foi no Brasil que a escravidão colonial com cativos africanos alcançou seu ápice.

Supõe-se que o escravismo tenha surgido há cinco mil anos. Entretanto, foi na Grécia, mais precisamente em Atenas que o trabalho escravizado atingiu proporções alarmantes. Naquele período, muitas vezes, os trabalhadores escravizados trabalhavam lado a lado aos proprietários e a alguns homens livres. Essa forma de escravidão ficou conhecida como escravismo patriarcal. Em Roma, nos dois últimos séculos da República e no período inicial do império, viveu-se o apogeu e a crise da produção escravista antiga. Nesses momentos, dominou o modo de produção escravista pequeno-mercantil, ou seja, a unidade agrícola escravista que produzia para o mercado e atendia as suas necessidades de consumo. (FIABANI, 2012).

Segundo Gorender (1980) a escravidão da Antiguidade greco-romana não teve fim decretado por um ato abolicionista formal. Não houve uma lei proibitiva da escravidão. No século 5 d.C., ainda era considerável número de escravos, e uma escravatura residual persistiu na Idade Média europeia. O escravismo greco-romano foi superado pelo escravismo colonial. Apesar de trazer, em ambos, o traço comum do trabalho escravo como tipo dominante de exploração da mão de obra.

“O escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo socioeconômico rigorosamente definido no tempo e no espaço.” (GORENDER, 1978, p. 54).

O escravismo colonial imperou no Brasil por mais de três séculos. Entretanto, a exploração da mão-de-obra escrava no Brasil era a princípio indígena, mas a resistência dos nativos americanos dificultava o domínio, já que o conhecimento desse território facilitava a fuga dos mesmos (FIABANI,2012).

As epidemias como sarampo, varíola, gripe, nas quais não possuía defesa biológica para o combate, foi outro fator importante que dificultou o uso da força indígena de trabalho. Na época, a função que os indígenas exerciam, ligava-se a plantação de gêneros alimentícios o que causou um período de fome na região do Nordeste (FAUSTO, 1995)

A partir de 1570 a Coroa começa a tomar medidas na tentativa de impedir o morticínio e escravização desenfreada dos índios, mas, os nativos continuam a ser escravizados em decorrência das guerras defensivas, ou como punição à prática da antropofagia, ou pelo resgate, a compra de prisioneiros indígenas de outras tribos. Só em 1758 a Coroa determinou a libertação definitiva dos indígenas. Mas, no essencial, a escravidão indígena fora abandonada muito antes pelas dificuldades apontadas e pela existência de uma solução alternativa. (FAUSTO, 1995).

A importação de escravos africanos passa a ser então incentivada pela Coroa o que gera então o maior tráfico negreiro de toda a história mundial. O Brasil foi uma das primeiras nações do Novo Mundo a organizar o escravismo e a última a concluí-lo e a nação que desembarcou o maior número de africanos escravizados. Segundo Fausto (1995), registra-se que o número de entrada de escravos no Brasil no período de 1811 a 1830 foi de 75.000.

Tanto a Coroa Portuguesa, quanto a Igreja, não se opunham a escravização do negro. Ordens religiosas no Brasil foram grandes proprietários de cativos. Enquanto que os índios eram, em alguma medida, defendidos pelo clero (Costa, 2008). A própria legislação da época legitimava a prática sendo que “os indígenas contavam com leis protetoras contra a escravidão, embora estas fossem pouco aplicadas, já o negro escravizado não tinha direitos, juridicamente uma coisa e não uma pessoa” (FAUSTO, 2006, p. 54).

Por volta de 1773 havia um critério discriminatório que separava as pessoas das não pessoas, gente livre e escravos, Fausto (1995, p. 32) ressalta que a “condição de livre estava ligada à etnia e à cor, os escravos pela ordem, negros, índios e depois mestiços”. Embora existisse essa discriminação, os escravos produziram a mais rica mercadoria colonial nacional: Dentre as especiarias, destaca-se os itens como açúcar, arroz, café, charque, fumo, pau-brasil, ouro dentre outros (FIABANI, 2012)

Como forma de resistir à dominação, os cativos sabotavam a produção, trabalhavam mal, suicidavam-se, rebelavam-se e agrediam os senhores e capatazes. Ao primeiro descuido

dos escravistas, os escravizados fugiam para acomodações distantes das forças escravistas (FIABANI, 2012). Os quilombos e mocambos foram as denominações mais utilizadas para designar essas comunidades de ex-cativos no Brasil, mesmo que em algumas regiões tenham preferido outros nomes (O, DWYER, 2002).

O Conselho Ultramarino em sua carta ao rei de Portugal em 1770 reconheceu tais acomodações como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles” (MOURA, 1982, p. 16). Almeida (1999) conclui que a conceituação de quilombo realizado pelo Conselho Ultramarino descaracteriza a formação estrutural das comunidades, sendo que alguns aspectos contraria tal conceito, a saber 1) a fuga; 2) uma quantidade mínima de fugidos; 3) o isolamento geográfico; 4) moradia habitual – rancho; 5) autoconsumo e capacidade de reprodução. Almeida (1999) ressalta que tal designação não poderia ser usada em sua totalidade, sendo que com a falência dos ciclos produtivos surgiam novos agrupamentos, até mesmo dentro das próprias senzalas com produção autônoma dos escravizados.

O início da formação dos quilombos para alguns historiadores data de 1630 com a entrada e distribuição dos negros que vinham de Angola (MOURA, 1982). No Brasil o maior, mais duradouro e mais organizado quilombo de negros refugiados das Américas foi o Quilombo de Palmares.

Fundado no século XVI pela princesa congoleza Aqualtune, mãe do lendário Ganga-Zumba, e instalada na Serra da Barriga, no município de União dos Palmares (AL). Integra, ao lado dos povoados de Ambrósio (MG) e Campo Grande (SP), o grupo dos maiores núcleos de resistência negra do País. Criado no final de 1590, o Quilombo dos Palmares transformou-se num estado autônomo, resistindo por quase cem anos aos ataques holandeses, luso-brasileiros e de bandeirantes paulistas. Em 1695, foi totalmente destruído, um ano após a morte de Zumbi, assassinado por Domingos Jorge Velho, bandeirante contratado com a incumbência de sufocar Palmares e outros quilombos próximos a ele. (BRASIL, 2014, p.1)

Para o negro fugido o quilombo representava a sua nova casa, nos moldes do continente africano, era o lugar onde ele se sentia livre dos açoites cometidos pelo senhor de engenho (MOURA, 1959). Segundo Fiabani (2012, pg. 29) a “sociedade escravista jamais aceitou o fenômeno do quilombo e procurou todas as formas de destruí-lo”.

Nos mais de 300 anos de escravismo no Brasil, o quilombo demonstrou ser a mais autêntica forma de resistência ao sistema escravista por partes dos produtores oprimidos. O quilombo representou uma clara manifestação popular e expressão de lutas de classes na produção colonial (MOURA,1982).

No início do século XIX era possível verificar grandes transformações que pouco a pouco modificavam a situação da colônia e o mundo a sua volta. Na Europa, a Revolução Industrial introduziu a máquina na produção e mudou as relações de trabalho. Formaram-se as grandes fábricas e os pequenos artesãos passaram a ser trabalhadores assalariados. Na colônia, a vida urbana ganhou espaço com a criação de estaleiros e de manufaturas de tecidos. A imigração em massa de portugueses para o Brasil foi outro fator novo no cenário do Brasil colonial (FOGUEL, 2019, p.19).

Apesar dos avanços, somente a partir da metade do século XIX efetivam medidas para o fim do regime de escravidão. A Promulgação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, acabou definitivamente com o tráfico negreiro intercontinental e fez cair a oferta de escravos. No entanto, apenas em 1888 a escravidão foi abolida constitucionalmente do país com a assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel. Nota-se que a abolição no Brasil foi um processo gradual devido à enorme extensão de tempo e pela dureza da repressão (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006)

A libertação dos escravos não podia deixar de ter consequências importantes e profundas para as finanças, tanto públicas quanto particulares. A extirpação da escravidão acabou alavancando a desestabilização financeira do país, os ex-escravizados, após a abolição, foram largados à própria sorte, além de ser discriminados pela cor, somaram -se à população pobre e formaram os indesejados dos novos tempos. A imigração europeia passou a compor esse novo cenário social que se instalara, já que o interesse por parte dos escravistas nos escravos durou até o momento em que eles os serviam. Ao imigrante europeu foi dada à responsabilidade de “branquear” o país. (MARINGONI, 2011).

Por quase cem anos, a existência do povo negro foi ignorada por boa parte da sociedade brasileira. Para Anjos (1997) a falta de informações sobre a existência e localização dos quilombos no Brasil no recenseamento do IBGE era uma tentativa de apontar que o negro era minoria na sociedade brasileira, o processo de invisibilização do negro era reforçado ao utilizar o termo “pardo” para designá-los.

Somente a partir de 1979 o quesito cor passou a vigorar no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) por pressão de pesquisadores e segmentos da sociedade (ANJOS, 1997). Entretanto, dentre os povos e comunidades tradicionais brasileiros, apenas a categoria indígena foi inserida nos Censos Demográficos do IBGE, em 1991. Todavia, o Instituto já sinalizou que trabalha com a inclusão da categoria quilombola para o próximo Censo que foi adiado para o ano de 2021 devido o avanço da pandemia coronavírus (IBGE, 2019)

2.2 RESSIGNIFICAÇÃO

Os quilombos contemporâneos ainda são desconhecidos de grande parte da população brasileira, para a maioria, os quilombos foram acomodações de escravos fugidos, que teria desaparecido com o fim da escravidão. O quilombo contemporâneo representa uma nova forma de organização, mas que mantém em sua essência a preservação do seu território étnico. Para Leite,

O quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, ele reaparece no Brasil República com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afrodescendentes. Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção. (2003, p. 333).

Anjos (2009) defende que os quilombos contemporâneos é o resultado da organização política e econômica de sujeitos que ocuparam territórios, construindo assim, uma identidade territorial própria. A formação desses grupos sociais decorreram da existência de conflitos fundiários associados à ruptura do processo organizativo do sistema escravista (ARRUTI, 2006). Kabengele Munanga (1995, p 57) afirma que o quilombo brasileiro “é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos”.

Segundo Haesbaert (1994), pela atuação os sujeitos, sejam eles indivíduos, grupos sociais, Estado, empresas, instituições, igreja e outros é possível distinguir e construir territórios específicos. Como é o caso de territórios quilombolas que se diferenciam pela forma de ocupação, autoidentificação e reconhecimento do Estado. De acordo com Raffestin (1993), o território é um constructo social emergido a partir da noção de espaço, é parte da identidade dos sujeitos, alicerçada a partir de dois princípios:

(...) a ancestralidade étnica e a coletividade campesina. Assim, o ser negro, as práticas de manejo da terra diferenciadas e passadas de geração a geração, as práticas religiosas e festivas, conhecimentos de plantas medicinais, confecção de produtos como o balaio e a peneira, a arquitetura e a construção das casas e demais estruturas existentes, o espaço comum de encontro, dentre outras características, têm como base a cultura e o espaço (território e territorialidade), ou seja, a relação das comunidades quilombolas com o meio ambiente. (ITABORAHY, 2010, p. 05).

Segundo Cabral (2017), ao reconhecer um território quilombola, o Estado evidencia a existência de uma territorialidade alicerçada em sua construção histórica e espacial. (CABRAL, 2017). A territorialidade é permeada por questões políticas, econômicas e culturais (SACK 1986). A territorialidade vai além de uma simples relação homem-território, que é "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema" (RAFFESTIN, 1993:160), em suma, territorialidade é a ação do sujeito, o seu modo de agir, como ser social, em seu espaço territorial.

A primeira iniciativa para o reconhecimento dos territórios quilombolas foi a inclusão do artigo 68 dos atos das disposições transitórias na Constituição. A Constituição da República Brasileira (1988), no artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, atribuiu às comunidades remanescentes de quilombos o direito à titularidade das terras onde ocupam. (BRASIL,1988). Desde então, normas e leis, federais e estaduais, tem sido elaboradas para salvaguardar e regulamentar a preservação do patrimônio histórico, cultural e territorial dos remanescentes de quilombos.

Em 2004 foi lançado pelo Governo Federal o Programa Brasil Quilombola (PBQ) institucionalizado por meio do Decreto n. 6.261 (2007) que direcionou as políticas públicas às comunidades quilombolas, definidas em 4 eixos prioritários (BRASIL,2012):

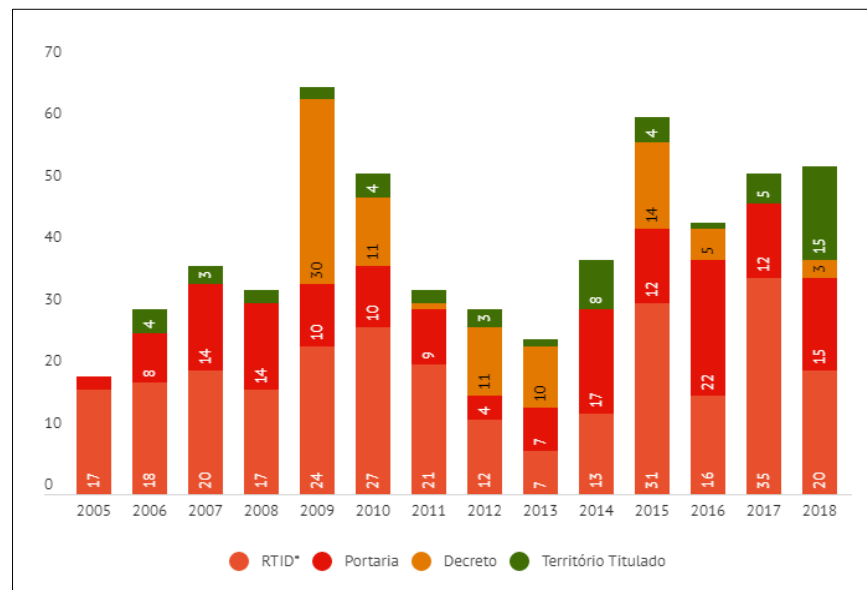
- **Infraestrutura e qualidade de vida:** destinação de obras de infraestrutura como saneamento básico, eletricidade, habitação etc., e construção de equipamentos sociais para atendimento de demandas de saúde, habitação e assistência social;
- **Acesso à terra:** acompanhamento dos processos de certificação e titulação das comunidades quilombolas;
- **Inclusão produtiva e desenvolvimento local:** apoio ao desenvolvimento produtivo local capaz de garantir a sustentabilidade econômica e social das comunidades;
- **Direitos e cidadania:** incentivo a iniciativas de promoção de direitos e garantias das comunidades quilombolas junto a diferentes órgãos do governo, considerando questões de acesso às comunidades, grandes obras, conflitos, acesso à água, energia e outros elementos fundamentais.

Segundo dados da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP, 2020) das 214 mil famílias quilombolas, perfazendo cerca de 1,17 milhão de pessoas, estimadas no Brasil pela

SEPPPIR (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) apenas 8% vivem em terras tituladas.

Atualmente, mais de 1.695 processos tramitam no Incra, e 44% deles foram abertos há mais de 10 anos (DORNELES, 2017). A Bahia é o estado brasileiro que possui o maior número de comunidades quilombolas autodefinidas, sendo mais de 20% do total. Os dados, contudo, são bastante imprecisos e subestimados, o que dificulta o planejamento de políticas públicas e sociais específicas para os quilombolas.

Figura 3- Regularização de quilombos pelo governo federal (2005-2018)



Fonte: Elaborado pelo Instituto Socioambiental a partir do **quadro atual da política de regularização de Territórios Quilombolas no INCRA** em 2018. São consideradas apenas as áreas tituladas pelo INCRA ou em parceria com o órgão, excluindo titulações realizadas exclusivamente por órgãos estaduais e pela Fundação Cultural Palmares.

*RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

Para regularização fundiária e para projetos de infraestrutura para as comunidades (Projeto de Lei do Plano Plurianual 2008-2011) foram destinados R\$ 2 bilhões, todavia, o orçamento para regularização de terras quilombolas diminuiu gradativamente no decorrer dos anos.

Com orçamento insuficiente para avanço da titulação dos quilombos no país, os processos podem demorar ainda mais do que já demoram atualmente. Em 30 anos desde que o direito ao território tradicional quilombola foi reconhecida na Constituição Federal de 1988, apenas 44 comunidades foram tituladas pelo Incra – desse total, 23 estão tituladas apenas parcialmente. Considerando o ritmo de titulações desde então, serão necessários 1.170 anos para que todos 1.716 processos para titulação dos quilombos abertos no Instituto sejam concluídos (SCHRAMM, 2019).

Segundo dados do Incra, desde 1995, apenas 7,2% dos processos de titulação abertos no Incra foram concluídos. Até ano de 2019, o órgão emitiu 127 títulos dentre os 1.747 processos iniciados. (INCRA, 2019).

Quadro 1 - Orçamento para a regularização fundiária de terras quilombolas dos últimos 10 anos.

| Orçamento para a regularização fundiária de terras quilombolas. Inclui valores usados para reconhecimento e indenização de territórios. | |
|---|---------------|
| 2010 | 32.118.365,20 |
| 2011 | 30.216.700 |
| 2012 | 51.692.073,90 |
| 2013 | 47.671.550 |
| 2014 | 30.249.989,48 |
| 2015 | 18.652.720,06 |
| 2016 | 8.003.248 |
| 2017 | 4.920.000 |
| 2018 | 2.795.239 |
| 2019 | 3.423.082 |

Fonte: INCRA, 2019

O orçamento de 2019 de apenas R\$3.423.082,00 para a titulação dos territórios quilombolas no país, evidencia que o valor destinado à área caiu mais de 90% em dez anos. Levando em consideração que o levantamento foi realizado em período anterior à pandemia, pode-se constatar que o processo de regularização fundiária quilombola poderá se estender ainda mais. Outrossim, a conjuntura política do governo Jair Bolsonaro, também, dificulta o processo de regularização fundiária no país, sendo que a reforma ministerial (Figura 2) realizada nos primeiros anos de governo do presidente Jair Bolsonaro subordinou o reconhecimento dos territórios dessas comunidades a ministérios que, historicamente, se opõe à democratização do acesso à terra no país (ISA, 2019).

O governo do presidente Jair Bolsonaro transferiu a competência de acompanhar os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos com potenciais impactos em terras quilombolas da Fundação Cultural Palmares para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), mas somente em fevereiro de 2020 que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foi definido como o órgão vinculado ao MAPA responsável pela função.

Figura 4- Reforma ministerial do governo de Jair Bolsonaro



Fonte: Instituto Socioambiental, 2019.

Além de responder pela regularização fundiária de territórios quilombolas, o Incra também terá a competência de acompanhar os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e obras que poderão impactar comunidades quilombolas (CPISP, 2020).

O atraso na regularização fundiária implica não somente em questões territoriais, mas principalmente na manutenção da situação de vulnerabilidade dos povos tradicionais. O termo “vulnerabilidade” utilizado aqui, remete aqueles que integram grupos de menor dominância social (FIGUEIREDO; NORONHA, 2008), mas para ampliar a compreensão, alguns conceitos foram levantados a respeito do termo.

O termo vulnerabilidade já ganhou diversos sentidos desde o seu surgimento, na década de 1980, primeiramente foi utilizado para se referir às pessoas que apresentavam uma gama maior de fatores associados a ação patogênica do vírus HIV. Posteriormente, foi utilizado para designar indivíduos fragilizados, juridicamente ou politicamente, que necessitam de auxílio e proteção para a garantia de seus direitos como cidadãos (AYRES et al., 2009; FIGUEIREDO & NORONHA, 2008).

O conceito de “vulnerabilidade social” foi precedido pelo termo “exclusão social” que está associado às relações sociais do contemporâneo, manifestadas pela “precarização do trabalho, desqualificação social, desagregação identitária e desumanização do outro”. (SCOTT et al 2018, p. 602) por meio dos “processos de exclusão produzidos no mundo neoliberal, mais que controlar ou negar o acesso ao trabalho ou ao consumo, a sociedade capitalista controla e nega a própria condição de subjetividade do indivíduo” (LOPES, 2008, p. 357)

As alterações decorrentes do processo de industrialização, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho, a partir do fim do século XX e início do século XXI, traz uma nova roupagem para o conceito de vulnerabilidade, agora sendo associado a grupos populacionais, cada vez maior, que se encontra em condição desfavorável em relação a outros grupos. Em decorrência disso, o conceito foi empregado para se referir a grupos em situações de desemprego e/ou com formas de vidas precárias pela dificuldade de geração de renda (PEDERSEN E SILVA 2013) por conseguinte, o uso do termo “vulnerabilidade social” foi gradativamente substituindo o conceito de “exclusão social”.

Para Morais, Raffaelli e Koller (2012) a vulnerabilidade social pode estar relacionado as condições em que pessoas são negativamente expostas em seu cotidiano, comprometendo o modo de vida, bem-estar e a saúde do indivíduo.

Assim exposto, fica evidente que não há uma única definição sobre o conceito de vulnerabilidade social e o próprio Estado interferem nessa definição, pois “as desigualdades características de uma dada estrutura social interferem no grau de vulnerabilidade dos grupos a ela pertencentes” (Scott et al 2018, p. 604) fazendo com que a vulnerabilidade surja de um resultado negativo entre a “disponibilidade de recursos materiais e simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que preveem do Estado, do mercado e da sociedade” (FIGUEIREDO; NORONHA, 2008, p. 131).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) Reconhece que as discriminações étnicas e raciais são promotoras de vulnerabilidades que devem ser enfrentadas.

Os quilombolas - que segundo o decreto 4887/03 são “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003) - são expostos a condições de vulnerabilidade e risco social.

As condições de vulnerabilidade e risco social decorrem de fatores históricos e sociopolíticos. Muitas vezes esses povos vivenciam situações de conflitos agrário, fraca ou nula capacidade de produção da vida material de acordo com seus costumes e tradições, confinamento em terras inférteis, ausência de saneamento básico ou qualquer infraestrutura básica como ponto de água e energia, ausência de políticas públicas e vivências de discriminação étnica/cultural. Esses são os fatores que os colocam em situação de risco e vulnerabilidade social (MDS, 2018. p.12)

O histórico de luta e resistência dos povos tradicionais não oculta uma legítima fragilidade em que eles estão expostos. A vulnerabilidade que assola grupos marginalizados perpassa pela negação e invisibilidade.

A manutenção das territorialidades dos quilombos e de outros territórios de povos originários (indígenas, caiçaras etc.) dependem diretamente da conservação dos biomas, que favorece a segurança alimentar, da conservação e melhoria do modo de vida nos territórios, bem como, do reconhecimento desses povos através dos processos de titulação. O atraso do processo de titulação promove a manutenção da invisibilidade destes territórios e de sua gente, e revela aspectos de preconceito, discriminação e racismo em que estão expostos.

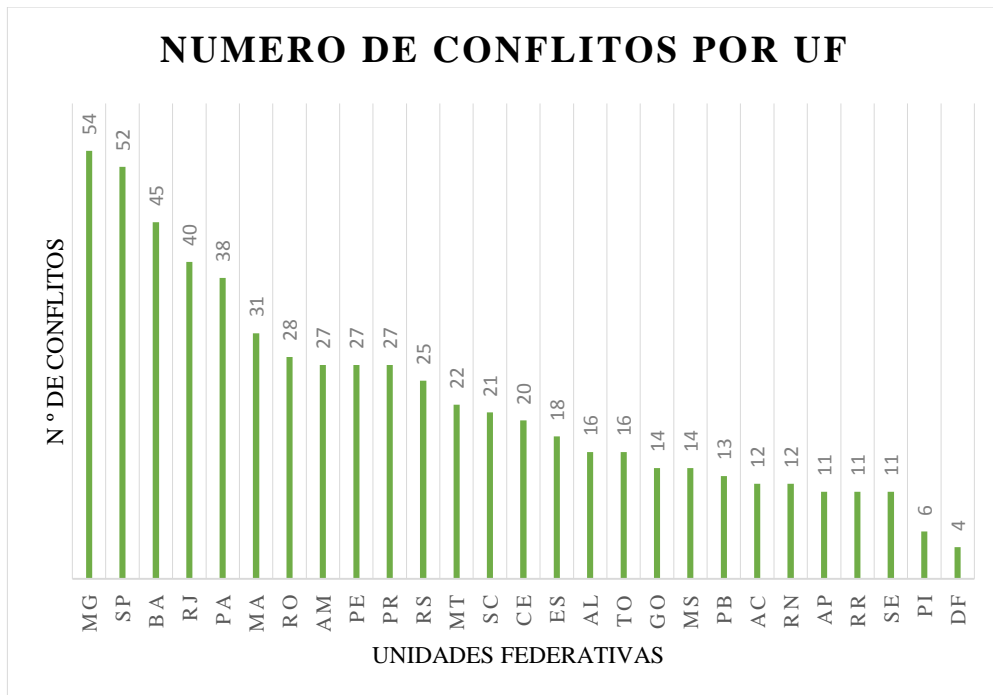
É também primordial a execução de políticas públicas em prol dos quilombolas, que vise gerar renda, fortalecimento da agricultura familiar, oportunidades de trabalho, promoção de políticas de saúde, educação, habitação etc. Destarte, assegura-se não somente a manutenção das territorialidades nos territórios como também a correção do processo de marginalidade territorial revelada nos indicadores de vulnerabilidade social.

2.3 CONFLITOS

Desde a chegada dos primeiros escravizados no Brasil, os conflitos passaram a integrar a história do povo negro. Com a conquista de territórios que possibilitou a manutenção da vida desses povos, surgiram também os conflitos pelo direito de uso e ocupação dos recursos naturais os chamados conflitos socioambientais.

A discussão teórica sobre os conflitos socioambientais começou surgir após a fundação do Clube de Roma em 1968 e com a I Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em 1972 (ACSELRAD, 2004; DIEGUES, 1995). Verifica-se os chamados conflitos socioambientais, quando ocorre a disputa de grupos sociais pela apropriação e uso do território, onde, pelo menos, um dos grupos tem a sua forma social de apropriação ameaçada (ACSELRAD 2004).

O Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2014) é um levantamento realizado pela FIOCRUZ, coordenado pela pesquisadora Tania Pacheco e Marcelo Firpo, que aponta os inúmeros conflitos existentes no país. São mais de 600 conflitos, segundo dados do levantamento (Gráfico 1)

Gráfico 1 – Número de conflitos por unidade federativa segundo levantamento da FIOCRUZ.

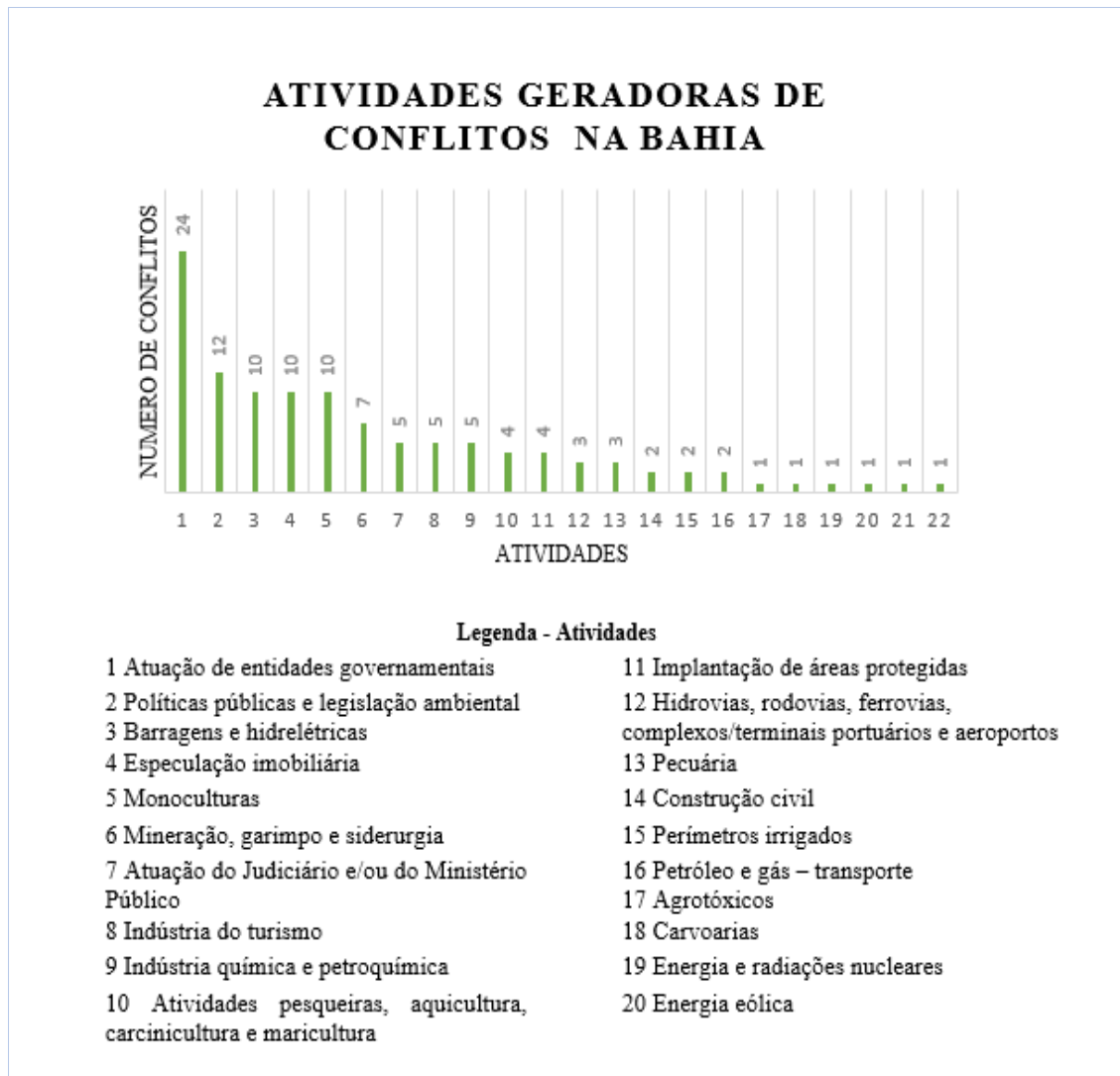
Fonte: Dados obtidos no site da FIOCRUZ, 2021.

O levantamento realizado pelo Instituto teve como recorte denúncias existentes desde janeiro de 2006, mesmo que suas origens fossem anteriores a essa data (2014).

Para o levantamento dos casos, os seguintes aspectos, entre outros foram considerados:

- o tipo de população atingida e o local do conflito, como: povos indígenas, operários/as, quilombolas, agricultores/as familiares, moradores/as em encostas, ribeirinhos/as, pescadores/as e outros/as tantos/as, urbanos ou rurais;
- tipo de dano à saúde (contaminação por chumbo, desnutrição, violência física, dentre outros) e de agravo ambiental (desmatamento, queimada, contaminação do solo e das águas por agrotóxicos, por exemplo);
- a síntese do conflito e o contexto ampliado do mesmo, apresentando os principais responsáveis pelo conflito, as entidades e populações envolvidas na luta por justiça ambiental, os apoios recebidos ou não (como participação de órgãos governamentais, do Ministério Público e de parceiros da sociedade civil), as soluções buscadas e/ou encontradas;
- os principais documentos e fontes de pesquisa usadas na pesquisa sobre o caso.

As principais atividades geradoras de conflitos na Bahia estão evidenciadas no gráfico 2.

Gráfico 2 – Atividades geradoras de conflitos na Bahia

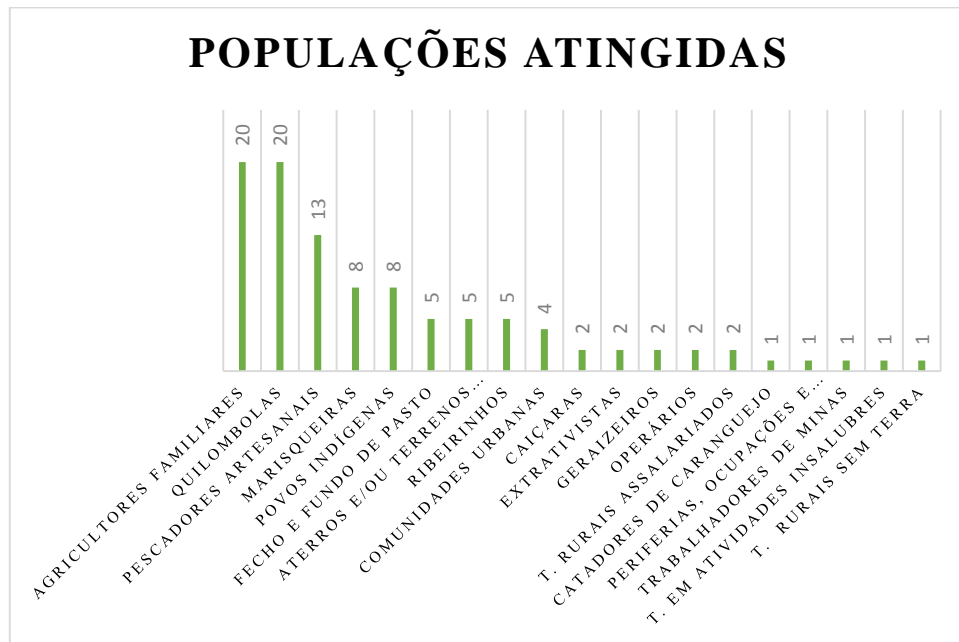
Fonte: Dados obtidos no site da FIOCRUZ, 2021.

As principais atividades geradoras de conflitos são as que envolve a atuação de entidades governamentais, principalmente no que tange execução de políticas públicas e legislação ambiental. “É preciso destacar a grande influência das mineradoras sobre o poder público; que são grandes financiadoras de campanhas políticas, unindo o poder econômico ao político”(BRITO, SAMPAIO, SILVA, 2019, p.199). A mineração figura em sexto lugar e a energia eólica em último.

Fatores determinantes para a ocorrência dos conflitos socioambientais são a escassez e/ou omissão de políticas que garantem que grupos sociais não sejam vitimados pelas consequências dos danos ambientais gerados por operações políticas e econômicas (HERCULANO, 2008). Operações essas que estão intimamente atreladas a um passado

colonial em que os indivíduos brancos foram considerados e tratados como superiores em prejuízo de grupos sociais como povos indígenas, comunidades tradicionais, populações negras e pobres (PACHECO; PORTO, 2014).

Gráfico 3 - Populações mais atingidas por conflitos socioambientais na Bahia.



Fonte: Dados obtidos no site da FIOCRUZ, 2021.

Pode-se constatar que boa parte dos conflitos envolvem comunidades tradicionais, como as indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras etc. Na Bahia, as populações mais atingidas são as de agricultores familiares e quilombolas (gráfico 3)

Pelos dados, é notório que as comunidades quilombolas tem sido atingidas por diversos tipos de conflitos, Entretanto, é importante ressaltar que somente os conflitos denunciados foram usados para o levantamento. Dessa forma, acredita-se que exista um número bem maior de injustiças ambientais que o apresentado pelo Mapa. Corroborando com esse levantamento, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que na relação cidade/campos, 87% dos habitantes são da área urbana e 13% dos campos. E mais de 50% dos conflitos estão no meio rural. Cerca de 36% dos conflitos misturam o urbano e o rural.

Outro estudo mais recente, realizado em 2018 pela Agência Livre. jor, realizado com o apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos e financiada pela Fundação Ford, Fundação Open Society e a Climate Land and Use Alliance, apresenta um mapeamento das áreas de risco de

conflitos, onde aponta mais de 4.536 pontos do território brasileiro com possíveis conflitos humanitários e choques ambientais, sendo eles 245 áreas indígenas (40% do total), 183 comunidades remanescentes de quilombolas (46%), 1.079 unidades de conservação (61%) e 3.029 assentamentos (43%). Com 1.730 casos, o Nordeste concentra 38% dos conflitos socioambientais latentes mapeados pelo estudo (CONAQ, 2018). O quadro 2, apresenta os vinte conflitos catalogados no mapa da FIOCRUZ que ocorreram nos quilombos do estado da Bahia.

Quadro 2- Conflitos com quilombolas no estado da Bahia

| CONFLITOS COM QUILOMBOLAS NO ESTADO DA BAHIA | |
|---|--|
| 1 | Comunidades quilombolas e agricultores familiares lutam para garantir território e meios de subsistência contra mega empreendimento de mineração – Caetité. |
| 2 | Comunidades lutam para reivindicar seus direitos e acelerar os processos de certificação e de titulação de terras, contra especulação e energia eólica – Caetité. |
| 3 | Quilombolas, agricultores familiares, comunidades de fundo e fecho de pasto e ribeirinhos dos rios Verde e São Francisco são vítimas de grilagem de terras e de assoreamento dos rios. |
| 4 | Conflitos no campo e chacina levam insegurança e medo à Comunidade Quilombola de Iúna. |
| 5 | Comunidades tradicionais lutam contra implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas no rio Caririnha. |
| 6 | População de Ilhéus denuncia empreendimentos de viabilidade socioambiental duvidosa. |
| 7 | Pescadores e quilombolas da Comunidade de Graciosa lutam pelo direito ao território tradicional. |
| 8 | Mesmo tendo garantido a certificação, comunidade Quilombola de Batateira ainda aguarda a titulação de seu território. |
| 9 | Comunidades tradicionais reivindicam participação no processo de construção de empreendimento turístico e redesenho do Projeto para que respeite seu modo de vida e o meio ambiente. |
| 10 | Comunidade quilombola do Quingoma aguarda por resolução de conflito com a Concessionária Bahia Norte. |
| 11 | Comunidade da Ilha da Maré luta para afirmar identidade, titular territórios quilombolas e combater práticas de racismo e degradação ambiental. |
| 12 | Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos luta por direitos e titulação definitiva de território tradicional. |
| 13 | Quilombolas de Pitanga dos Palmares, na Bahia, lutam contra presídio, pedágio e ferrovia. |
| 14 | Divisão interna de comunidade quilombola ameaça realização de direitos e a defesa do território visado pela pressão imobiliária e turística em área privilegiada pelas condições de preservação natural. |
| 15 | Comunidades pesqueiras e quilombolas lutam contra instalação de resort na ilha de Cajaíba. |
| 16 | Populações ribeirinhas lutam contra prejuízos causados por barragem. |
| 17 | Quilombolas de Maragogipe sofrem diversas violências devido à falta de reconhecimento legal de seu território. |
| 18 | Práticas violentas aterrorizam as famílias de pescadores e marisqueiros da região de Salinas da Margarida. |

| | |
|----|---|
| 19 | Quilombo São Francisco do Paraguaçu luta por seus direitos e contra preconceito, violência e práticas coronelistas. |
| 20 | Indústria e mineração de Chumbo contaminam a água, o solo, afetam a produtividade agrícola, a saúde e a qualidade de vida da população de Santo Amaro da Purificação. |

Dados obtidos no site da FIOCRUZ. Elaboração: Simone Almeida de Souza. Orientador: Rubens Jesus Sampaio. 2021.

Cabe ressaltar que o número de conflitos, provavelmente, é bem maior atualmente, sendo que nos últimos anos, muitas comunidades negras se autodefiniram como quilombolas e tiveram o reconhecimento de seu território pelo Estado. Inclusive os conflitos da INB com comunidades negras de Caetité não estão nessa relação devido as comunidades negras da área de influência da mina não serem reconhecidas pelo Estado como territórios quilombolas, como é o caso de Riacho da Vaca. A Bahia figura no topo da lista em números de comunidades quilombolas do país, contendo 739 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares até o ano de 2020.

2.4 QUILOMBOS DE CAETITÉ

Esse capítulo é dedicado a uma breve apresentação do contexto histórico da formação quilombola no município de Caetité, ressaltando aspectos físicos e ambientais, bem como, territorialidade que culminou no reconhecimento dos quilombos remanescentes.

2.4.1 – Formação

A Vila Nova do Príncipe e Santana de Cayteté foi um importante polo comercial no Alto Sertão no século XIX, (ORTIZ, 2015). O seu desmembramento deu origem a 47 municípios do sudoeste baiano. Os sertões da Bahia, até finais do século XVIII, eram poucos habitados. Entre 1771 e 1782 habitava, em todo o interior da Bahia, cerca de 22.000 pessoas. (LISBOA et al, 2011). Cem anos depois, nas freguesias que, atualmente, abrangem os municípios de Caetité, Brumado, Condeúba, Jacaraci e Guanambi já se registravam nos censos demográficos uma população de 75.645 habitantes, sendo 9.117(8,63%) destes, escravizados. (NEVES, 2012, p.15).

Sua economia agropastoril atendia o comércio interno e externo, possibilitando a sua ascensão no cenário político-econômico da época. As principais transações comerciais envolviam as de gêneros alimentícios, algodão, pecuária e escravos. (ORTIZ, 2015).

Bandeirantes, desde o começo do século XVIII, atravessaram a região do município de Caetité e, vencendo os silvícolas, estabeleceram aí os seus

primeiros pousos, dando origem a diversas fazendas. Entre as de Alegre e Lagoinha, surgiu pequeno arraial - Caetité -, onde em 1740 a família Carvalho (proprietária da primeira fazenda) erigiu uma capela a Santana e doou terras para a fundação de freguesia, que em 1754 foi criada: Santana do Caetité. Estas terras, que já haviam pertencido aos senhores da "Casa da Ponte" e da "Casa da Torre", foram incorporadas à Coroa pelo Alvará de 5 de outubro de 1759. A vila foi criada em 1803 e o Município instalado somente em 1810, com a denominação de Vila Nova do Príncipe e Santana do Caetité (homenagem ao príncipe regente D. João). Quando da elevação à cidade, em 1867, o topônimo foi simplificado para Caetité. (Biblioteca IBGE. s.d)

A cidade de Caetité dista 750 quilômetros da capital Salvador, no estado da Bahia, e possui uma população aproximada de 52.000 habitantes. Seu nome deriva da língua tupi que significa “mata da pedra grande” que faz referência à formação rochosa à leste da cidade. Segundo Lisboa (2011) o município foi originalmente habitado por indígenas de língua jê e no século XVII teria sido sede de missões jesuíticas. A partir do século XVIII, a região foi importante entreposto comercial do ouro e pedras preciosas que desciam da região da Chapada Diamantina rumo ao porto de Paraty, no Rio de Janeiro (LISBOA, et al. 2011).

Dados históricos apontam que a região de Caetité era caracterizada como área de criação de gado e era parte da zona de entrepostos comerciais que abasteciam os tropeiros que cruzavam a antiga Estrada Real, principalmente entre a Vila Nova do Príncipe e Santana de Cayteté e a Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas com a Estrada Real da Vila de Diamantina no norte da Província de Minas Gerais.

Caetité também foi pólo de comercialização de escravos, e recebiam africanos de diversas procedências, o fim da escravidão possibilitou a formação dos quilombos remanescentes. Mas, a sua existência só começou a ser percebida socialmente a partir do advento da promulgação da Carta Magna, em Caetité, especificamente, nos últimos dez anos.

2.4.1.1 Características físicas e ambientais

A região que abrange as comunidades quilombolas de Caetité possui o clima tropical, quente e úmido com precipitação a 700mm anuais, tendo estações bem definidas, sendo elas seca e úmida. A vegetação é predominantemente do tipo caatinga, mas encontra-se pontos com cerrado denso, de natureza semi-agreste e de porte médio. O escoamento perene são delimitadas por matas de galerias e os chapadões cobertos pelos “campos gerais”. A cobertura vegetal dominante é secundária, sendo intercaladas pelas pastagens antigas e culturas de subsistências. (LAMEGO, 2003).

Em relação aos aspectos hidrográficos, Lamego (2003) mostra que a região em estudo, abrange a distribuição de aquíferos no sistema geológico e sua composição, bem como o fluxo de águas subterrâneas está submetido tanto pela geomorfologia da área, quanto pelas feições geológicas (litotipos existentes, estratigrafia e feições estruturais) “A região está relacionada ao conjunto de planaltos que constituem o divisor de águas da bacia hidrográfica de São Francisco[...], e os rios pertencentes a bacia do rio das Contas, que flui de leste em direção ao oceano Atlântico.” (LAMEGO, 2003. p. 7).

Mesmo com as limitações deste sistema aquífero, devido a sua baixa capacidade de produção, ele estava suprindo as necessidades de produtores rurais e vários núcleos urbanos mais carente de recursos hídricos, porém com o início das atividades mineradoras na região e a crescente demanda pela água, decorrentes das operações industriais e também do aumento do núcleo populacional suscitado pelo desenvolvimento econômico regional, o recurso tem ficado escasso, o que atenta para a necessidade de se criar um plano estratégico para a gestão de recursos hídricos da região.

Cabe ressaltar que por se tratar de um região do semi-árido brasileiro, caracterizado pelo acentuado déficit hídrico, o plano de gerenciamento desses recursos hídricos deve sinalizar os aspectos socioambientais que identifiquem a disponibilidade, restrições, vulnerabilidades e seus agravos decorrentes de extinção dos mesmos

2.4.1 Territorialidade

Em termos antropológicos, o conceito de territorialidade é definida como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (LITTLE, 2001: p. 3). O território seria, nesse sentido, “um produto histórico de processos sociais e políticos”

Um dia desses, eu entrei em um supermercado e encontrei um amigo, ex- colega de graduação, que me perguntou como estava o mestrado, eu falei que naquele momento a minha pesquisa estava parada pela impossibilidade de ir a campo, devido à pandemia. Ele então questionou sobre qual tema eu estava pesquisando, falei que iria abordar conflitos ambientais em território quilombola. Ele prontamente afirmou, perguntando: Em “Itapetinga, né?” Eu respondi que não, que seria em Caetité mesmo, ele surpreso me questionou: “Existe comunidade quilombola aqui em Caetité?” e ficou ainda mais surpreso quando eu falei que existe trinta e duas (32) comunidades negras em Caetité e que quinze 15 dessas, se auto

identificam como quilombolas e quatorze já são reconhecidas oficialmente como quilombolas pelo Estado.

Essa não foi a primeira vez que algum morador do município de Caetité se espanta quando falo da existência de comunidades quilombolas no município. Tenho pra mim que os motivos dessa desinformação sejam, primeiramente, pelo recente processo de reconhecimento dessas comunidades, sendo que a primeira comunidade a se reconhecer quilombola no município de Caetité deu entrada oficialmente no processo de regularização em 2011; outro fator é a localização das comunidades, sendo que a mais próxima da sede, dista, aproximadamente, 20 km; a escassez de produções acadêmicas e técnicas, e de acervos específicos sobre essas comunidades também contribuem para essa invisibilização, como também, a ineficácia de políticas de inserção desses grupos étnicos no seio social de forma mais efetiva.

A formação quilombola no município de Caetité se deu logo após o processo abolicionista. O fim da abolição impulsionou a formação do campesinato constituído pelos ex-escravos, mesmo com a tentativa dos senhores das terras de “postergar” a escravidão para depois de sua extinção legal. A abolição da escravatura, representava prejuízos econômicos para os donos de escravos, dessa forma, era conveniente manter o trabalho escravo por outras vias, submetendo os libertos a contratos de trabalho extremamente desvantajosos, (NEVES, 2012 p. 271).

Para ampliar o entendimento sobre os quilombos de Caetité, além das visitas *in loco*, antes do período de pandemia, e os questionários aplicados aos coordenadores de cada comunidade, história da comunidade recorri a documentos (relatórios e atas) onde constam relatos de moradores sobre a comunidade. Esses documentos estava arquivados na associações ou na sede do movimento quilombola e foram os mesmos utilizados para requerer a titulação coletiva das terras.

As linhas que se seguem apresentam algumas particularidades dos territórios quilombolas de Caetité.

Nos relatos das comunidades que constam nos documentos, é comum encontrar uma certa similaridade sobre a formação dos quilombos. Geralmente a constituição das comunidades se deu através do povoamento de áreas distantes das grandes fazendas e do centro comercial, pelos “negros legítimos”, alforriados ou em fuga. “Negros legítimos” são como são chamados, pelos seus descendentes, aqueles que foram escravizados.

As comunidades foram crescendo à medida que outros refugiados chegavam na região buscando abrigo e à procura de terras para produzir. Quando um grupo de negros alforriados se estabeleciam em terras próximas do centro comercial ou das fazendas, logo as terras eram tomadas por coronéis, obrigando-os a migrar para áreas mais distantes.

Apesar da maioria das pessoas das comunidades terem descendência africana pouco se conservou dessa cultura. Geralmente são valorizadas outras tradições que foram apropriadas culturalmente pelo país e, especificamente, pelo nordeste, como o forró, músicas sertanejas, xote, rancheira, mazurca, samba.

A alimentação, até nos dias atuais, se baseia nos derivados da mandioca: tapioca, beiju, chimango, chiringa; do milho, como bolo de fubá, mingau, cuscuz, pamonha. Assim como, paçoca de carne, farofa, coco, bolos diversos. E mantém a tradição de utilizar utensílios feitos com barro, como panelas, potes e moringas. Na agricultura, as culturas tradicionais desenvolvidas nos quilombos são: mandioca, feijão catador (macassá) e em menor quantidade, o milho, a palma, o sorgo, o andu, leucina, girassol e outras. As festas tradicionais das comunidades são as festas religiosas: Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro) São João (24 de junho) Natal (25 de dezembro) folia de Reis (Janeiro) além das novenas comunitárias acompanhadas dos tradicionais leilões. A realização das festas fortaleciam e fortalece os vínculos dentro da comunidade, sendo que, para que ela aconteça é necessário trabalho comunitário e envolvimento de todos nas atividades. O trabalho também é realizado em mutirão. Quando necessário, as famílias se reúnem para cercar áreas de criatórios, plantar, limpar roças, fazer valas de encaiação de água, roçar estradas.

Os moradores contam que antigamente o povo vivia mais tranquilo, pois tinha muita fartura de carne e leite. Os rebanhos de cabras e ovelhas vivam soltos.” Atualmente só cria gado quem tem terra”. Havia fartura de mel de abelha, farinha e polvilho. “Hoje o que tem é muito pouco”.

O sistema de moradia predominante eram casas de pau-a-pique. A água para consumo era reservada em pote de barro e cabaças. As roupas eram confeccionadas na própria comunidade, pelas famílias que plantavam algodão. Muitas eram feitas à mão outras tinham um aparelho chamado “descaroçador”. Depois do processo para retirar os caroços do algodão, o material era colocado na roda de fiagem para produzir os fios, depois seguiam para a tecelagem e por fim para a costureira. Muitos costumes se perderam com o tempo, mas ainda consegue encontrar traços das tradições mais antigas como o cachimbo, a cavalgada, o pote para armazenar água.

2.4.3 Reconhecimento

O reconhecimento constitucional da existência de territórios quilombolas, através da promulgação da Carta Magna, encorajou o processo de autoidentificação como quilombolas das comunidades negras de todo país e o surgimento de movimentos sociais em busca da efetivação dos direitos quilombolas. Em Caetité o processo administrativo para obtenção da certidão quilombola na Fundação Cultural Palmares foram iniciados em 2007, como aponta o quadro 3

Quadro 3 - Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (crqs).

| Nº PROCESSO | COMUNIDADE | ANO DE ABERTURA | SITUAÇÃO |
|----------------------|-------------------|-----------------|-------------|
| 54160.000784/2013-95 | Malhada | 10/09/2007 | Certificada |
| 54160.000789/2013-18 | Contendas | 25/05/2010 | Certificada |
| 54160.000786/2013-84 | Lagoa do Meio | 25/05/2010 | Certificada |
| 54160.000787/2013-29 | Mercês | 25/05/2010 | Certificada |
| 54160.001253/2013-13 | Olho D'Água | 25/05/2010 | Certificada |
| 54160.000785/2013-30 | Vargem do Sal | 25/05/2010 | Certificada |
| 54160.001072/2013-93 | Veredas do Cais | 25/05/2010 | Certificada |
| 01420.011570/2013-70 | Pau- Ferro | 25/05/2010 | Certificada |
| 54160.000788/2013-73 | Sambaíba | 06/07/2010 | Certificada |
| 54160.001801/2011-40 | Sapé | 25/05/2010 | Certificada |
| 01420.001106/2010-22 | Cangalha | 17/09/2013 | Certificada |
| 01420.011569/2013-45 | Lagoa do Mato | 17/09/2013 | Certificada |
| 01420.011567/2013-56 | Passagem de Areia | 17/09/2013 | Certificada |
| 01420102678/2018-85 | Lagoinha da Cobra | 11/09/2018 | Certificada |
| 01420.101547/2019-61 | Riacho da Vaca | 13/08/2019 | Em análise |

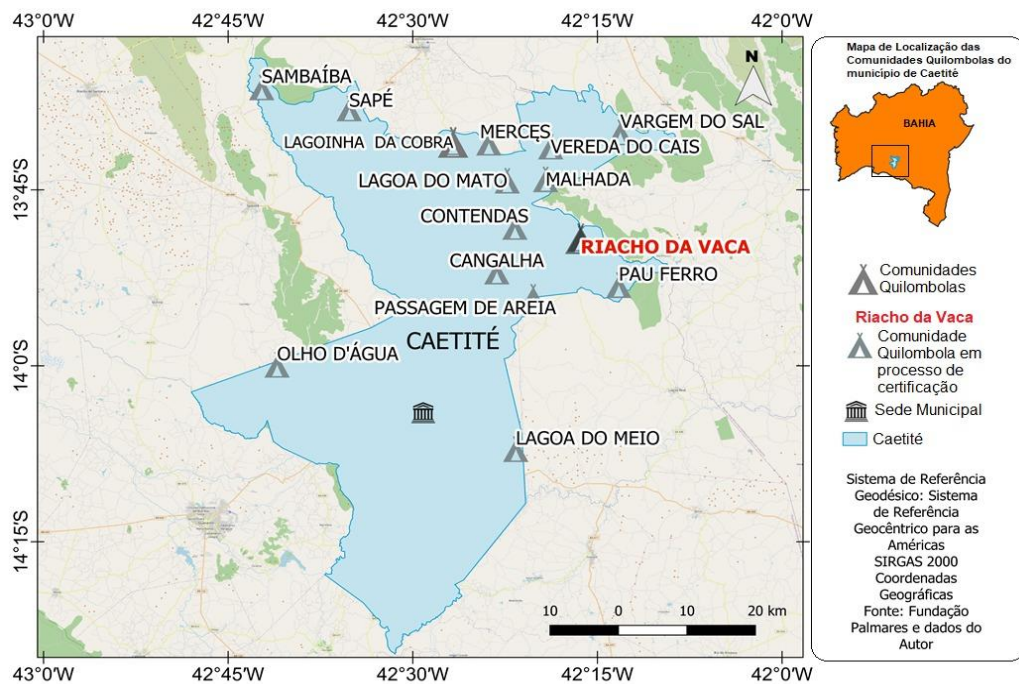
Fonte: INCRA, 2021.

Para obter a titulação do território as comunidades precisam, primeiramente, solicitar uma Certidão de Autoconhecimento, emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), autarquia federal vinculado ao Ministério da Cidadania. O processo de titulação passa pelas seguintes etapas: A comunidade precisa apresentar a certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No INCRA, é elaborado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), instrumento que irá levantar as informações cartográficas, fundiárias, socioeconômicas, históricas e antropológicas do território e demarcação os

limites das terras estudadas. Após a construção do relatório, ele é publicado e os interessados tem um prazo de 90 dias para fazer a contestação. Com o fim das adaptações no relatório é publicada uma portaria no Diário Oficial da União reconhecendo o tamanho daquele território quilombola. Quando houver imóveis privados no território, é necessária a publicação de um Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social, feito pelo presidente da República. E por fim, é feita a titulação de fato. O presidente do INCRA outorga de título coletivo, imprescritível, em nome da associação da comunidade. Com as terras tituladas é proibida a venda, penhora e divisão em partes individuais do território. (INCRA, 2019)

Passando pelas comunidades rurais de Caetité, é possível fazer a distinção entre as comunidades negras e as comunidades rurais brancas. As negras geralmente estão localizadas nas serras, nos gerais, formando um “cinturão” em volta do município.

Figura 5 – Localização das comunidades quilombolas de Caetité – Bahia.



Elaboração: Simone Almeida de Souza Orientador: Rubens Jesus Sampaio.2021.

As comunidades se movimentam em busca de reconhecimento de seus territórios através da titulação das terras e efetivação de direitos, por reconhecer que o território é condição mínima para manutenção de sua existência e para a definição de suas identidades, sejam eles indivíduos ou grupos sociais formais ou informais (HAESBAERT, 1999).

As comunidades quilombolas de Caetité, são, sobretudo, comunidades familiares, seu modo de vida é alicerçado por costumes e tradições, e as relações são baseadas no respeito e

trocas diversas. Os conflitos internos existentes geralmente são pela forma de uso, apropriação dos espaços coletivos ou questões familiares, já os conflitos externos são motivados pela entrada de terceiros no território e disputa pelo uso dos recursos naturais. As terras que hoje formam as comunidades negras de Caetité foram adquiridas através do processo de compra ou cedidas por antigos proprietários em troca da continuidade do trabalho do liberto, e também tem aquelas que foram povoadas em áreas distantes do centro comercial, em terras devolutas, como alternativa para fugir dos contratos de servidão doméstica. (NEVES, 2012)

Após darem entrada no processo de certificação, as comunidades passaram a acessar algumas políticas públicas específicas para comunidades quilombolas como: regularização fundiária, acesso à água, através da construção de cisternas e outros programas dos eixos: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local, direitos e cidadania. Todavia, é comum ouvir relatos dos moradores sobre a falta de acesso à água, falta de apoio para o desenvolvimento da comunidade, impactos por empreendimentos ou conflitos agrários e falta de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e privados que atuam nos territórios. Além disso, percebe-se uma grande preocupação em relação às oportunidades de trabalho, sendo que com a falta de água, devido aos longos períodos de seca, fica inviável o fortalecimento da agricultura e pecuária, impulsionando a migração de quilombolas para outros estados em busca de empregos, que geralmente são encontrados em cortes de cana, fazendas de café, algodão etc., ou nos grandes centros de abastecimentos nas capitais. Devido à dificuldade de produção dentro dos territórios e a baixa oferta de empregos, as famílias passam a viver dependentes de políticas de assistência e caridades da sociedade civil. Os mais jovens, que ainda não tem idade para migrar para outros estados, se veem obrigados a abandonar os estudos para poder ajudar no sustento da família.

Durante o período de pandemia a situação ficou ainda mais delicada para os quilombolas de todo país, sendo necessário que entidades sociais, especialmente da Bahia, requeressem junto à defensoria pública a:

“concessão da tutela de urgência para determinar aos réus - **UNIÃO, do ESTADO DA BAHIA, da FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP) e da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB)** - solidariamente: o dever de abastecimento alimentar, com o fornecimento de cestas básicas e alimentos em quantidade suficiente a manter a subsistência dos membros das comunidades quilombolas do Estado da Bahia; nas comunidades onde não houver o fornecimento de água, que o mesmo seja devidamente prestado, preferencialmente pela rede regular ou, na impossibilidade, através de caminhões pipa ou qualquer meio adequado; que forneçam itens de higiene pessoal, material de limpeza e equipamentos de proteção individual para todas as famílias das comunidades quilombolas certificados pela Fundação

Cultural Palmares na Bahia, sob pena de multa diária não inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo de outras medidas voltadas à satisfação do direito material”.(Ação Civil Pública nº 1024386-08.2020.4.01.3300, 2021)

Observa-se que as políticas assistencialistas não se sustentam a longo prazo, sendo que em situação de crise, como a da pandemia, aqueles que prestavam assistências priorizam outras demandas.

3 CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO

*Ninguém na Terra pode dizer
A nós homens negros Hoje:
Vocês enganam os pobres com lenda de andrajos e riquezas,
E deixam aos trabalhadores marmítas vazias.
Ninguém na terra pode dizer
A nós homens negros Hoje:
Você mandam tanques que cospem chamas
Como enxames de moscas
E arrancam o inferno dos céus que dinamitam.
Vocês enchem cidadec metralhadas de mortos podres
Uma Terra de Ninguém Onde as crianças Choram por pão.*

Citadel Press

Após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de desenvolvimento revelou-se como um dos temas proeminentes do pensamento sociopolítico e econômico (LEME, 2015) Seus idealizadores difundiam que todas as vulnerabilidades sociais poderiam ser solucionadas com a concepção de políticas de desenvolvimento. Destarte, o desenvolvimento surge como forma de reparação das desigualdades, em que estados e municípios buscam a adoção de políticas públicas e de distribuição de renda calcados na proposta de desenvolvimento. (BARROS, et. al 2006).

A definição de desenvolvimento frequentemente vem atrelado ao conceito de crescimento econômico (CURADO, 2013) E há quem prefira defender que desenvolvimento vai além de desenvolvimento econômico, conceituando-o como a junção de quatro espécies: econômico, social, político e ambiental (BRESSER-PEREIRA, 2008). Para Celso Furtado (1967: 74-76), “o desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a”.

Para Sen (2000) “desenvolvimento é o processo de expansão das liberdades substantivas das pessoas”. Assim, o desenvolvimento econômico é atrelado às oportunidades de melhorar a vida em sociedade, as relações econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais (BRESSER, 2004). Destarte, o desenvolvimento de uma determinada coletividade depende do crescimento econômico, das condições socioeconômicas e condições sociodemográficas, Assim, o desenvolvimento econômico sempre foi caracterizado pelo aumento da renda per capita e por melhoria dos padrões de vida (ROLNIK; KLINK 2011). Em linhas gerais:

O desenvolvimento econômico supõe uma sociedade capitalista organizada na forma de um Estado-nação onde há empresários e trabalhadores, lucros e salários, acumulação de capital e progresso técnico, um mercado coordenando o sistema econômico e um estado regulando esse mercado e complementando sua ação coordenadora. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 1)

O certo é que não existe uma única definição sobre desenvolvimento. Porém, sob a ótica econômica, “o termo encontra-se, em geral, associado ao desenvolvimento humano; o processo no qual a sociedade humana busca melhor realizar as suas virtualidades e potencialidades (BARACHO; FAUVRELLE, 2012 p. 2).

Os países periféricos foram os que mais sentiram o ônus do crescimento econômico, principalmente com o crescente número de casos de conflitos ambientais que emergiram devido a exploração de seus recursos naturais pelos países centrais (RODRIGUES; COSTA, 2016). “A exploração dos países pobres pelas grandes potências é condição imprescindível para garantia do pleno desenvolvimento do capital e sua acumulação” (RODRIGUES; COSTA, 2016. p.71).

Santos (2003, p. 15), afirma que “o subdesenvolvimento foi discutido[...], os homens do mundo mais pobre esqueceram-se de que eram pobres e passaram a considerar-se subdesenvolvidos.” A pobreza foi medida por meio de métodos quantitativos e esses índices representam a medida da distância entre países ricos e pobres e, esses últimos, deveriam imitar os primeiros se quisessem acompanhá-los ou até mesmo superá-los (SANTOS, 2003).

O fornecimento de matérias-primas continuam sendo adotadas por regiões periféricas que se baseiam em modelos energéticos, extrativistas e de agronegócio para atender as demandas do capitalismo globalizado (ROJAS; PEREIRA; DIAS, 2017). A questão é que a adoção de tais modelos apresenta riscos, degradação ambiental e exploração do trabalho nas comunidades e espaços mais atingidos e vulnerabilizados (PORTO e MILANEZ, 2013). O ritmo de investimentos e de realização dos projetos afirma que estamos vivenciando um

processo sem precedentes de apropriação da natureza como insumo para a acumulação capitalista sob a bandeira do crescimento econômico (SANTOS, 2014, p. 344)

Para abarcar outros aspectos além do econômico, como a equidade social e equilíbrio ambiental tornou-se necessário a emergência de novos conceitos (FURTADO, 1961) A adoção do conceito de desenvolvimento sustentável, por exemplo, foi uma alternativa de entidades nacionais e internacionais para construir uma nova filosofia de desenvolvimento que alinha a eficiência econômica com a preservação ambiental e justiça social (CMMAD,1991).

A questão é que o discurso de desenvolvimento sustentável atrelado ao discurso de desenvolvimento econômico desperta uma inquietação social em relação ao avanço das desigualdades, injustiças e degradações ambientais mesmo em um cenário projetado para a ampliação do uso de tecnologias ditas sustentáveis. A grande crítica a essas novas vertentes, está na manutenção de desigualdades e injustiças mesmo com avanço de tecnologias e de discursões sobre o tema.

Nesse capítulo serão evidenciados três megaempreendimentos instalados município de Caetité nos últimos 20 anos. São eles: A usina de beneficiamento de urânio; a extração de minério de ferro; e o complexo eólico - para constatar os possíveis impactos sociais, econômicos e ambientais gerados por essas atividades.

3.1 A MINA DE URÂNIO

Caetité sedia a única mina de urânio em atividade no país, que fica a cerca de 30 km da sede do município A unidade ocupa uma área de 1.700 hectares, localizada em uma província mineral com recursos que chegam a 99,1 mil toneladas de urânio e onde estão identificados 17 depósitos minerais. Nela são realizadas as duas primeiras etapas do ciclo do combustível nuclear: a mineração e o beneficiamento do minério, que resulta no produto chamado concentrado de urânio ou *yellowcake* (INB, 2019) sendo que sua exploração é processada pela estatal, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), empresa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A extração de urânio no território brasileiro, segundo a estatal, tem a finalidade de produzir combustível nuclear. O combustível nuclear é comumente formado por elementos físseis como o Urânio 235 e o Plutônio 238, que gera reações em cadeia controladas dentro dos reatores nucleares. É utilizado para a geração de energia elétrica, sua utilização é motivada pela necessidade de reduzir emissões de gases poluentes na atmosfera; atender a demanda por

energia elétrica; ser uma alternativa ao uso de combustíveis fósseis; e busca por segurança na oferta de energia elétrica (WNA, 2011).

Entretanto, o evento ocorrido em Fukushima, em março de 2011 pôs em tela a discussão global sobre a energia nuclear, de maneira que, alguns países se posicionaram a favor da interrupção gradual da energia nuclear, devido ao risco que ela apresenta, a Alemanha, por exemplo, foi um dos países que assumiu publicamente sua intenção de interromper a produção até 2022, além de demonstrar interesse em incorporar outras fontes renováveis de energia. Todavia, mesmo com o estremecimento devido ao desastre de Fukushima, a energia nuclear ainda é realidade para muitos países, sendo que cerca de 60 reatores nucleares ainda estão em fase de construção, em 13 países (WNA, 2013).

No território brasileiro estima-se aproximadamente 309 mil toneladas de urânio, que corresponde à sexta maior reserva mundial conhecida até hoje. Nesta estimativa considera-se tanto o urânio como o óxido de urânio. A descoberta das anomalias radioativas no município de Caetité foi resultado dos estudos de prospecção realizados entre 1952 e 1982, assim como em outras regiões do país (Amorinópolis – GO; Campos Belos, Rio Preto – TO; Espinharas – PB; Figueira – PR; Itataia – CE; Lagoa Real – BA; Quadrilátero Ferrífero, Gandarela, Caldas – MG e Rio Cristalino – PA).

A jazida de Caetité possui aproximadamente 100 mil toneladas de urânio, enquanto a de Itatiaia detém 142 mil toneladas, sendo esta a maior da reserva nacional, mesmo assim, apenas as minas de Caetité estão em operação atualmente, sendo também a única da América Latina. A Exploração de urânio em Caetité teve suas atividades paralisadas de 2015 a 2020 devido ao esgotamento de uma mina. Quando uma mina se esgota, é necessário que o país importe urânio.

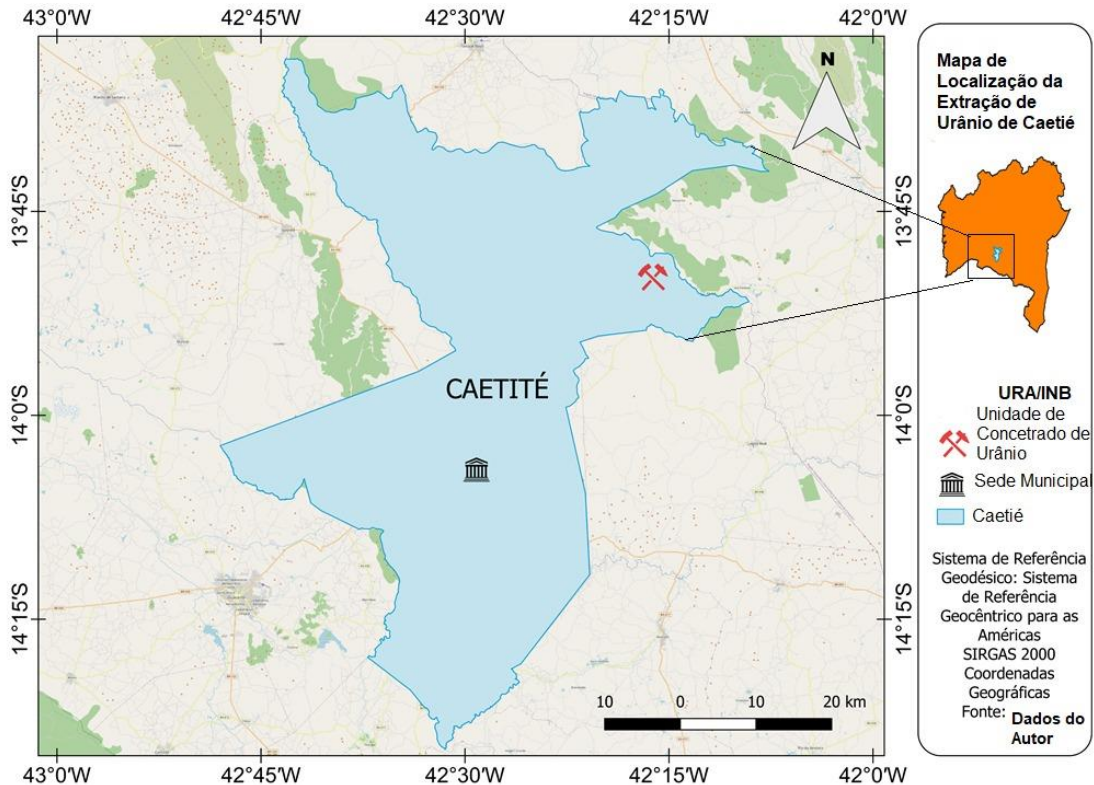
O minério de urânio, é elemento metálico radioativo, que libera radiações ionizantes, que em contato com seres humanos pode desencadear danos à saúde, no curto, médio ou no longo prazo (BODANSKY, 2004; OKUNO, 1998). Inclusive, estudos alertam para a ocorrência de determinados tipos de câncer devido a exposições ao material radioativos no passado, porém, segundo Okuno (1998) qualquer tipo de câncer induzido por radiação ionizante não pode ser distinguido dos que decorrem de outros fatores, o que dificulta a relação de causalidade.

As alterações no ambiente devido a exploração e beneficiamento do urânio são diversas, segundo Chareyron (2008), podemos destacar,

- 1) Poluição do solo – Mesmo após décadas do fechamento de minas de urânio a contaminação radioativa ambiental pode permanecer, isso devido à meia-vida do urânio 238 ser muito longa (4,5 bilhões de anos). Além dos riscos de vazamento, os processos de destinação dos rejeitos, também são fatores para contaminação do solo, mesmo que o seu conteúdo de urânio presente nos rejeitos seja inferior a concentração inicial da jazida, isso porque os rejeitos contem metais radioativos incluídos na cadeia de decaimento do urânio que não foram extraídos nos processos de beneficiamento, especialmente tório 230 e rádio 226, cujas meias-vidas são 75.000 anos e 1.600 anos, respectivamente. Para mais, deve ser evidenciado que cerca de 85% da radioatividade de urânio concentrado inicialmente na jazida, permanecem nos rejeitos produzidos, sendo que apenas o urânio é aproveitado.
- 2) Poluição atmosférica – A radioatividade emanada pela poeira através da extração mineral, britagem e logística do material estéril e dos rejeitos, concentra também gás radônio. Além disso, os radionuclídeos, como o tório-230, quando inalados são muito radiotóxicos.
- 3) Poluição hídrica – Vazamentos de material radioativo, devido a acidentes ou infiltrações, podem contaminar com urânio, chumbo-210 e polônio-210, tanto águas superficiais quanto subterrâneas, essas substâncias são altamente tóxicas aos seres humanos.

A área de influência da mina de Caetité abrange um círculo de raio igual a 20km centrado na cava da mina (figura 5), os núcleos populacionais mais significativos e mais próximos, em torno da área são: Maniaçu e Juazeiro, pertencentes ao Município de Caetité, a 12 km; da sede do município de Lagoa Real, 35 Km; São Timóteo, pertencente ao Município Livramento do Brumado, 20 Km (FIOCRUZ, 2013).

Figura 6 – Mapa de localização da extração de urânio das INB em Caetité.



Elaboração: Simone Almeida de Souza Orientador: Rubens Jesus Sampaio.2021.

Dentre as 34 anomalias encontradas em Caetité, a mina de Cachoeira concentrou o maior teor médio de urânio e 3500 ppm em U_3O_8 geológico, e armazenou a maior reserva de urânio por isso foi a primeira a ser explorada pela INB, com uma produção anual de 300t de concentrado de urânio (INB, 2020).

A exploração nessa lavra durou aproximadamente 15 anos, ela foi desenvolvida à céu aberto, até a profundidade de 140 m, produzindo minério com teor médio de 1900 ppm em U_3O_8 recuperável, para o beneficiamento. Para a extração do urânio foi utilizado a lixiviação estática em pilhas de minério de aproximadamente 25.000 t. Após a extração, o minério lixiviado, ou rejeito sólido, é disposto juntamente com os estéreis da mina em módulos (INB, 2020).

Figura 7– Unidade de Concentração de Urânio – URA/ CAETITÉ



Fonte: Google Earth, 2021.

O Riacho das Vacas drena a região da lavra, subordinada ao curso do riacho Fundo, abrangendo os córregos Gameleira, Cachoeira, do Engenho e o córrego Varginha, todos pertencentes a bacia hidrográfica do Rio de Contas. A vazão média de Rio de Contas é de 106 m³/h. O regime é temporário, seco no período de abril a novembro e torrencial no período de dezembro a março. O padrão de drenagem é de forma geral dendrítico e com densidade variável. (LAMEGO et.al, 2003)

3.1.1 Dissonâncias

A INB (Indústrias Nucleares do Brasil) que opera há mais de 20 anos no município de Caetité com extração de minério e beneficiamento de urânio retomou em dezembro de 2020 a extração de urânio que esteve paralisada por 5 anos, devido ao esgotamento dos recursos passíveis de lavra a céu aberto em uma das minas da região (Cachoeira.)(INB,2020).

É notório o impacto que projetos mineradores provocam na região onde opera, que vão desde problemas ambientais como questões relacionadas à saúde. No caso da exploração do minério de urânio a situação se torna mais agravante devido o potencial radioativo que o urânio e seus decaimentos apresentam.

Segundo dados obtidos nesse estudo - através de conversas preliminares com moradores da comunidade Riacho da Vaca, funcionário da INB e representantes dos movimentos sociais e organizações sociais, além de relatos e reportagens publicizados em mídias locais, regionais e internacionais, meios acadêmicos e sites institucionais - os principais riscos e problemas das atividades de mineração de urânio e em Caetité são: Escassez hídrica devido ao acentuado déficit hídrico da região semi-árido; Incertezas quanto a contaminação de águas subterrâneas, principalmente após estudos comprovarem a contaminação decorrente de vazamento de material radioativo e a empresa afirmar que a contaminação é devido aspectos naturais da região explorada, isentando-se da culpa pela contaminação; Poluição atmosférica como material radiotóxicos devido às detonações de rochas para extrair minério; falta de transparência quanto as atividades de gerenciamento ambiental da INB; Omissão de informações sobre o real cenário da atividade mineira, bem como os riscos e impactos associados à ela; aumento de casos de câncer na região, confirmado pela implantação do hospital do câncer, UNACON, no município de Caetité; Atraso na liberação da certificação quilombola da comunidade Riacho da Vaca, acredita-se que deve-se ao fato da comunidade se localizar na área de influência.

Segundo dados do *Greenpeace*² (2008) em abril de 2000 foi vazado 5 000³ de licor de urânio das bacias de sedimentação para o ambiente das bacias de sedimentação da URA-Caetité, o que ensejou na suspensão da licença de instalação do empreendimento pelo órgão ambiental federal, ficando as atividades da INB paralisadas de novembro de 2000 a julho de 2001. Além desse episódio, outros eventos corroboraram para o aumento da especulação sobre a atuação da INB em Caetité (Quadro 9).

Quadro 4- Principais eventos da mineração de Urânio em Caetité 1970 – 2019.

| ANO | EVENTOS DA MINERAÇÃO DE URÂNIO EM CAETITÉ 1970-2019 |
|------|---|
| 1970 | Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) descobre jazida de urânio em Caetité. |
| 1999 | Famílias vizinhas à mina são convencidas a permitir a perfuração de poços artesianos e autorizar o uso gratuito de águas subterrâneas dos seus lotes. |
| 2000 | As Indústrias Nucleares do Brasil (INB) iniciam a instalação da Unidade de Concentrado de Urânio (URA) em Caetité. |

² *Greenpeace* é uma organização não governamental ambiental com sede em Amsterdão, nos Países Baixos, e com escritórios espalhados em mais de 55 países. Atua internacionalmente em questões relacionadas à preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, com campanhas dedicadas às áreas de florestas (Amazônia no Brasil), clima, nuclear, oceanos, engenharia genética, substâncias tóxicas, transgênicos, agrotóxicos e energia renovável.

| | |
|--------------------|--|
| 2000 | Cinco milhões de litros de licor de urânio transbordam das bacias de sedimentação e vazam para o meio ambiente. Ministério Público Estadual instala Ação Civil Pública. |
| 2000 | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (IBAMA) suspende a Licença de Instalação (LI) do empreendimento. |
| 2000 - 2001 | Atividades da INB são suspensas. |
| 2002 | Trabalhadores da URA denunciam ao MPE novo vazamento que teria sido mantido em segredo pela INB. |
| 2004 | Bacias de barramentos finos na INB transborda dez vezes, contaminando o leito do Riacho das Vacas. |
| 2005 - 2006 | Rompimento em mantas da bacia de contenção, com paralisação das atividades por cerca de 60 dias. |
| 2007 | Renovada a LO do empreendimento, sem cumprir as condicionantes |
| 2008 | Instituições de apoio aos movimentos sociais encaminham carta às autoridades solicitando esclarecimento sobre irregularidades na concessão de licenças para o transporte do urânio até o porto de Salvador |
| 2008 | Greenpeace divulga pesquisas (Relatório Ciclo do Perigo) que acusam contaminação da água e denuncia que a INB opera em Caetité sem cumprir as condicionantes exigidas pela CNEN e o IBAMA para o licenciamento |
| 2009 | Ministério Público Federal (MPF) recomenda ao IBAMA só liberar a LO com o cumprimento das condicionantes. |
| 2009 | Justiça Federal nega pedido do MPF e permite continuidade do funcionamento da INB. |
| 2009 | Vazamento de 30 mil litros de licor de urânio. |
| 2009 | Desmoronamento de parte da mina na INB. |
| 2009 | Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) recomenda o lacre de três poços de água por possível contaminação. Coleta de amostras de água para análise. |
| 2010 | Prefeitura de Caetité e a INB notificadas a suspender o consumo de água em três pontos da cidade |
| 2010 | Resultados da análise de água dos poços lacrados é inconclusiva. INGÁ determina a desinterdição dos poços. |
| 2010 | Tubulação da INB se rompe e leva 900 litros de licor de urânio para o solo |
| 2010 | Equipe do Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca), da Plataforma Dhesca Brasil, visita a região para investigar as denúncias sobre impactos socioambientais causados pela mineração. |
| 2010 | INB é multada em um milhão de reais por lançar substância oleosa no meio ambiente |
| 2011 | CNEN reconhece publicamente os inúmeros acidentes ocorridos nos últimos anos na URA Caetité. |
| 2011 | Técnicos da Divisão de Licenciamento do IBAMA inspecionam a URA-Caetité. População impede que carretas vindas de São Paulo contendo material radioativo entrem em Caetité. |
| 2011 | 2011 MPF em Guanambi instaura inquérito civil para apurar as irregularidades na recepção, transporte e comercialização de carga radioativa. |
| 2011 | Solicitada a inclusão urgente de Padre Osvaldino Alves Barbosa no Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos |
| 2011 | 40 toneladas do urânio transportado irregularmente para Caetité embarcam no porto de Salvador com destino à França, que recusa o produto por ser de baixa qualidade. |
| 2011 | IBAMA notifica INB a se regularizar quanto ao transporte de material radioativo. IBAMA multa INB em R\$ 600 mil pelo transporte da carga radioativa de São Paulo para Caetité. |

| | |
|--------------------|--|
| 2011 | IBAMA aplica nova multa para a INB, de dois milhões de reais, e interdita a área 170, devido a irregularidades na operação e poluição do ambiente do trabalho na unidade minero-industrial de exploração de urânio |
| 2011 | Protestos contra a não retirada do material radioativo, que permanece em Caetité. |
| 2012 | Governo da França recusa carregamento de 12 contêineres de material da INB. |
| 2013 | Derramada carga de urânio em pó (de 100 a 400 kg) durante embalagem, contaminando trabalhadores. |
| 2012 - 2013 | Vazamento de 30 mil litros de licor de urânio. |
| 2013 | IBAMA descobre zona que vinha sendo desmatada há oito anos pela INB. |
| 2013 | Vazamento de dois mil litros de produtos radioativos não comunicado pela INB. |
| 2013 | Direção da Fiocruz considera exploratório e inconclusivo estudo feito por pesquisador da Fundação em 2008 que estava sendo utilizado politicamente pela INB para manutenção e legitimação de atividades ilegais. |
| 2013 | Trabalhador cai em uma bacia com líquido radioativo, sobrevive à queda e passa por desintoxicação. |
| 2013 | Sindicato dos Mineradores de Brumado e Microrregião (Sindmine) revela que INB escondeu um acidente no maior tanque de estocagem do sistema de produção. |
| 2014 | Ministério Público Federal do Trabalho inspeciona INB e determina interrupção das atividades na área 170. |
| 2014 | Laboratório francês da Comissão de Pesquisa e Informação Independente sobre Radioatividade (CRIIRAD) confirma contaminação do ar e do solo no entorno da área de mineração. |
| 2014 | Lançado o relatório preliminar da Pesquisa participativa de base comunitária sobre os problemas de saúde na área próxima à mina de urânio em Caetité, Bahia, da Fiocruz. |
| 2014 | INB apresenta o Estudo Epidemiológico (Mortalidade e Morbidade), feito por outra equipe da Fiocruz. |
| 2014 | Os recursos se esgotaram, e a INB trabalha agora para iniciar a exploração subterrânea. |

Fonte: FIOCRUZ. 2014. acréscimo de informações com dados da pesquisa .2019.

Mesmo com evidências de contaminação a INB nega que suas atividades tenham alguma responsabilidade sobre ela. A estatal alega que a contaminação é de origem natural, devido ao potencial mineral do solo, e que o urânio está presente na crosta terrestre desde os tempos primórdios. Sendo assim, o manejo do material não aumenta a radiação emitida pelo Urânio, até porque a mineradora trabalha com esse minério em estado natural (PAES, 2019)

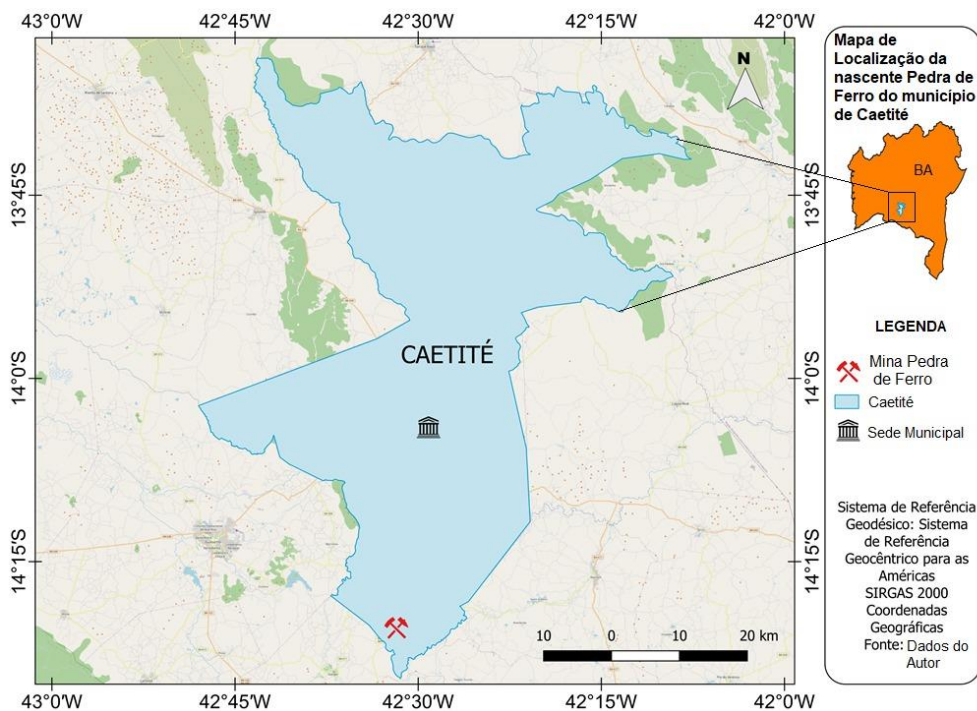
Segundo informações da Secretaria de Saúde do Estado, tem-se observado uma maior incidência de óbitos na região de Caetité por causa da incidência de câncer, quando comparados com outras regiões, fato esse que impulsionou a decisão do governo da Bahia em instalar Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) no município em Caetité, a confirmação do aumento de casos de câncer por parte da Secretaria Estadual de Saúde do município acende, mais uma vez, o alerta sobre a exploração uranífera na região. (PAES,2019)

3.2 PROJETO PEDRA DE FERRO

A mineração, no geral, é uma importante fonte de renda que contribui para o desenvolvimento econômico e financeiro do país. Além de auxiliar o equilíbrio dos índices de crescimento nacionais, também está relacionada com praticamente todas as questões de crescimento e desenvolvimento do país, participando com quase 5% do PIB do Brasil. Colabora com a geração de empregos, diretos e indiretos, por oferecer matéria-prima para variados tipos de indústria como siderúrgicas, fertilizantes, petroquímicas e metalúrgicas. A mineração de ferro é uma das principais commodities que o Brasil exporta (VALE, 2017)

Com a grande expectativa de transformar a Bahia em um grande polo da mineração no Brasil, desde os finais do ano 2000, os investimentos aumentaram no setor de mineração, com total respaldo do governo baiano.

Figura 8 – Mapa da localização da nascente Pedra de Ferro



Elaboração: Simone Almeida de Souza Orientador: Rubens Jesus Sampaio.2021.

Devido ao grande potencial mineração encontrado na região de Caetité, esse município passou a ser cobiçado por grandes empreendedores. Com a promessa de extrair quase 20 toneladas de minério de ferro por ano, a Bahia Mineração (BAMIM) empresa controlada pela

Eurasian Resources Group (ERG) iniciou em 2006 o Projeto Pedra de Ferro em Caetité. (FIOCRUZ,2014)

O projeto trata-se de um empreendimento que busca construir um complexo para extrair, beneficiar e transportar o minério de ferro da jazida encontrada pelo geólogo João Cavalcanti (IBRAM, 2018). “Os investimentos na construção do projeto giram em torno de US\$ 1,5 bilhões e ao entrar em operação, a mina deverá produzir, anualmente, 15 milhões de toneladas de minério” - RIMA, 2009. As jazidas estão situadas no limite entre os municípios de Caetité e Pindaí, ambos integram o Território de Identidade Sertão Produtivo na Serra Geral da Bahia (BAHIA, 2018). A BAMIN produzirá e processará de forma sustentável dois tipos de minérios: hematita (1/3) e itabirito (2/3). A hematita possui alto teor de ferro (cerca de 65%) (BAMIN, 2021)

O processo operatório demandará uma significativa quantidade de água, sendo necessário a captação de 765 m³/h. Além disso, haverá a demanda de 180 a 110 MW de 230 kV para o consumo de energia” (RIMA, 2009).

3.2.1 Contradições

Desde a sua implantação, a BAMIN é alvo de polêmicas que envolve desde a apropriação de terras localizadas em comunidades tradicionais do município à destruição de nascentes. Os conflitos entre mineradoras e comunidades tradicionais emergem a partir da forma de utilização dos recursos naturais, do uso e da escassez dos recursos hídricos e também da apropriação do solo. A atuação de mineradoras em territórios tradicionais podem provocar a dizimação de toda uma cultura e da forma de vida caso ocorra uma desagregação comunitária, culminando na perda do patrimônio histórico, ambiental e cultural.

No quadro a seguir, são elencados os possíveis impactos do projeto Pedra de Ferro no município de Caetité – Bahia.

Quadro 5 - Possíveis impactos econômicos, sociais e ambientais do projeto Pedra de Ferro no município de Caetité – Bahia

| PROJETO PEDRA DE FERRO | |
|----------------------------|--|
| IMPACTOS ECONÔMICOS | <ol style="list-style-type: none"> 1. O minério de ferro é uma das principais commodities que o Brasil exporta. 2. Atrai muitos investimentos e tem bom retorno financeiro. 3. Criação de inúmeros empregos diretos e indiretos. 4. Pode chegar a produzir 20 milhões de toneladas de minério por ano. 5. O projeto pode colocar o estado na posição de 3º maior produtor de minério de ferro do país. 6. Caetité é beneficiada com criação de postos de trabalho, arrecadação de impostos e |

| | |
|----------------------------|--|
| | royalties. |
| IMPACTOS SOCIAIS | <ol style="list-style-type: none"> 1. Desapropriação de comunidades tradicionais. 2. Poluição sonora, decorrente dos impactos e vibrações de máquinas e tratores. 3. Mudanças ou concentração de pessoas que aumenta a demanda por segurança pública e serviços sociais básicos. 4. Reassentamento involuntário causando desagregação comunitária. 5. Perda de áreas da agricultura 6. Comprometimento da agricultura de produtores rurais. |
| IMPACTOS AMBIENTAIS | <ol style="list-style-type: none"> 1. Rebaixamento do lençol freático, isso implica reduzir o nível de água que atualmente se encontra em 900 metros para 300 metros através da perfuração de poços profundos; 2. Geração de resíduos sólidos, de efluentes líquidos, poluição do ar; 3. Abalos sísmicos devido à explosões. 4. A empresa fará uso de aproximadamente 114.000.000.000 (cento e quatorze bilhões) de litros de água por ano, o que daria para se construir 2.192.307 cisternas de produção (52.000 litros cada cisterna para o consumo humano. Dessa forma, aumentará a demanda por mais recursos hídricos. 5. A instalação da Barragem de Rejeito destruiria uma área de vegetação nativa preservada de 719 hectares. |

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração: Simone Almeida de Souza. Orientador: Rubens Jesus Sampaio.2021.

Atualmente a Bamin enfrenta entraves em relação a construção da barragem de rejeitos que terá capacidades pra 180 milhões metros cúbicos. O principal motivo para a oposição à construção da barragem é o risco que ela representa para a preservação do meio ambiente e para a segurança de pelo menos 600 famílias que poderão ser afetadas pelos impactos do empreendimento.

Além dos passivos ambientais da instalação da barragem no leito do riacho Pedra de Ferro que é um dos afluentes do rio Carnaíba de Dentro, um dos principais formadores do lago da barragem de Ceraíma, distrito de Guanambi na Bahia (BAHIA, 2020) a população do entorno precisará lidar com a insegurança que assola as comunidades do entorno após o evento do rompimento das barragem de Mariana e Brumadinho, ambas em Minas Gerais.

3.3 COMPLEXO EÓLICO

Converter energia cinética dos ventos em energia mecânica é uma pratica milenar, que vem sendo utilizada pela humanidade há mais de 3000 anos. O uso da energia provinda dos ventos, primeiramente, se deu através dos moinhos de vento utilizados para moagem de grãos e bombeamento de água em atividades agrícolas. A energia eólica também possibilitou o desenvolvimento da navegação e as grandes descobertas de novos continentes. (MARTINS et al, 2000).

Dentre as vantagens que o uso da energia eólica pode oferecer estão o atendimento dos requisitos necessários quanto aos custos de produção, segurança de fornecimento e sustentabilidade ambiental. Em comparação com outras fontes de energia, a energia eólica se

destaca por ser uma fonte inesgotável de energia, além de não emitir gases poluentes, diminuindo assim a emissão de gases de efeito de estufa (GEE) e, também, não consome combustível para gerar energia elétrica.

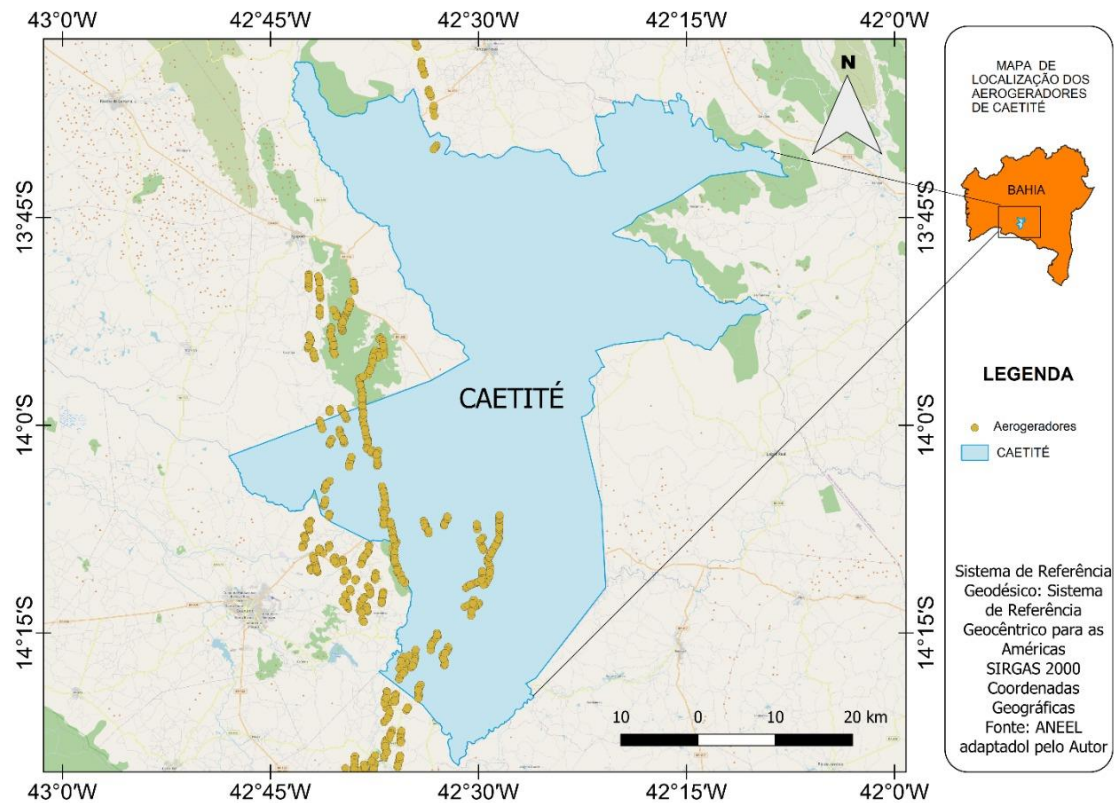
O prazo de construção de um Parque Eólico é relativamente curto, em cerca de um ano; a manutenção dos aerogeradores ocorre a cada seis meses e mesmo assim tem em média de 20 anos de vida útil. Esse tipo de energia também pode ser uma alternativa para complementar a fonte de energia hídrica, sendo que em épocas de pouca chuva, os ventos são mais fortes. Seu uso para a produção agrícola também deve ser considerada, já que ela pode ser utilizada em plantações, no bombeamento da água ou até mesmo em lugares de difícil acesso onde a energia elétrica não chega (GWEC, 2006), isso sem mencionar a geração de emprego e geração de investimento em zonas desfavorecidas.

Como vantagens, pode-se citar também a redução da dependência de energia advindas dos combustíveis fósseis do exterior. Com isso gera-se um perfil positivo do país frente aos acordos mundiais referentes ao cumprimento do deveres ambientais. Os custos também são reduzidos, pois a energia eólica é uma das fontes mais baratas de energia, estando apta a competir com outras fontes convencionais no que se trata a rentabilidade.

Em Caetité, o Complexo Eólico surge após um estudo realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em parceria com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), entre 1994 a 2001, constatam que o nordeste lidera o ranking dos estados com capacidade para a geração de energia através dos ventos, representando 52% da capacidade nacional, sendo que a Bahia possui potencial estimado em 14,5GW, com 19,3% do potencial da região Nordeste e 10,1% do potencial nacional (FIOCRUZ, 2014).

O estudo apontou que entre os municípios da Bahia, Caetité é aquele com o maior potencial eólico, em intensidade e frequência dos ventos. O que chama atenção, devido ao fato desse potencial está localizado no interior do estado, diferindo dos demais estados do Nordeste, em que o potencial eólico está concentrado no litoral (PONTES; *et al.*, 2015). Em Caetité, as vantagens podem ser percebidas através do impulsionamento do comércio local; as famílias proprietárias das terras onde foram implantadas os parques eólicos foram indenizadas com uma renda fixa; mais de 5 mil empregos em Caetité e região.

Figura 9- Mapa de localização dos aerogeradores no município de Caetité.



Elaboração: Simone Almeida de Souza Orientador: Rubens Jesus Sampaio.2021.

A aprovação possibilitou a implantação de 14 parques eólicos nos municípios de Caetité, Igaporã e Guanambi, formando o maior complexo de energia eólica da América Latina. (PORTO, *et al*, 2013)

Em 2009, a Licença de Localização (LL) do projeto da empresa Renova Energia para a instalação de um parque eólico na região entre Caetité, Igaporã e Guanambi – o Parque Alto Sertão I, conseguiu a aprovação pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (FIOCRUZ, 2014).

3.3.1 Incongruências

A implantação do complexo eólico na região de Caetité vai muito além de questões econômicas, ele traz incongruências que permitem evidenciar as contradições a respeito do que se interpreta como desenvolvimento, como é o caso dos contratos suspeitos (grilagem), danos econômicos, sociais e ambientais em que a população da região fica exposta. Nesse caso, podemos ressaltar como impactos negativos da entrada do empreendimento na região os ruídos e poeiras produzidos pelos aerogeradores; grilagens de terras; conflitos entre comunidades tradicionais e empresas; aumento de custo de vida; alteração da paisagem; mortalidade de pássaros e morcegos; degradação ambiental.

Figura 10 – Aerogeradores do parque eólico em Caetité- Bahia.



Fonte: Neoenergia, 2014.

Com a chegada dos megaempreendimentos em Caetité, houve também um aumento da especulação imobiliária na região devido a chegada de novos moradores afetando diversas comunidades rurais e em alguns casos muitas comunidades foram afetadas com a grilagem de terras, como foi o caso da comunidade quilombola de Malhada:

A empresa EPP (Empresa Paranaense de Participações S/A) que comprou terras de um suposto proprietário, sendo que a área faz parte do território da comunidade quilombola de Malhada de Maniaçú, onde cerca de 40 famílias, de geração em geração, ocupam a área há mais de 200 anos. Portanto, há fortes indícios de grilagem de terra, já que o suposto dono era inexistente até então. Em uma reunião entre os quilombolas, a EPP Energia e a Comissão de Meio Ambiente de Caetité, realizada no dia 7 de março de 2012 o suposto proprietário confirmou ser dono da área: ‘Comprei do senhor Benvindo há uns dez anos uma área no tamanho de 700 hectares, quando medida deu somente 357 hectares, eu nem fiz questão’, disse Elder Guimarães, que atualmente é candidato a vice-prefeito na cidade de Guanambi. A fala de Elder foi contestada pelos moradores da comunidade, com fala como a de D. Odetina: ‘Minhas criação, o poço pra meus animais beber água, está tudo dentro onde hoje esse senhor que está aqui diz que é dono e do senhor Silvano que afirmou com veemência: Nasci e me criei aqui, meu pai morreu com 85 anos, eu trouxe de dentro desta área muitas buracas de mandioca’. (SANTOS, 2012, p. 3).

Uma síntese mais completa dos efeitos que a implantação de parques eólicos provocam nos territórios onde se instalam pode ser conferidos nos trabalhos de Staut (2011):

No Meio Físico - alterações no microclima local; poluição dos solos e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos; erosão, assoreamento e instabilidade de taludes e alterações no relevo local. No Meio Biótico - perda da área vegetada e da biodiversidade associada; fragmentação e perda de habitats; eliminação de representantes da fauna silvestre por atropelamento; alteração da relação fauna e flora; perda das comunidades vegetais autóctones; acidentes com espécies de morcegos; acidentes com espécies de aves migratórias. No Meio Socioeconômico - valorização de imóveis no entorno do empreendimento; interferência no cotidiano da população local; geração de empregos diretos e indiretos; imigração em busca do emprego; aumento de risco de acidentes; proliferação de vetores transmissores de doenças; desproporcionalidade na razão homem x mulher da população local; aumento da demanda por infraestrutura urbana e serviços; poluição sonora; poluição atmosférica; incremento no tráfego na área; aumento da arrecadação de impostos; aumento de risco de acidentes de trânsito; limitação no uso do solo e nas atividades de produção; efeitos sobre a paisagem (Staut 2011 *apud* Oliveira et al 2020 p. 12)

Se pensarmos em cada empreendimento de forma isolada, talvez não percebamos a complexidade dos danos causados à população caetiteense, mas ao analisar os impactos positivos e negativos de cada atividade e reuní-las para análise, veremos o quanto é grave a situação em que a sociedade está exposta. E se tratado de comunidades tradicionais quilombolas, a questão é ainda mais delicada, uma vez que, além das vulnerabilidades em que elas já são socialmente expostas, precisam lidar com a brusca alteração de espaços e costumes tradicionalmente constituídos. Nesse caso, o dano não é somente referente aos aspectos econômicos, sociais e ambientais, mais envolve uma questão simbólica que só é reforçada com a manutenção e preservação de seus territórios.

3.4 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

As ações de responsabilidade socioambientais, realizadas por empresas, vão além das obrigações legais e econômicas. A empresa ambientalmente responsável é aquela que atende às diversas normas voltadas para o meio ambiente, para legislação trabalhista e até normas de respeito ao consumidor/ cidadão. O Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (1998) definiu Responsabilidade Socioambiental como:

O compromisso permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida

de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo. (Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, 1998)

Pode ser entendida também como um sistema de gestão criado por organizações públicas e privadas com o objetivo de promover a responsabilidade social e ambiental (NOVO, 2019). Cabe ressaltar que a utilização do termo Responsabilidade Socioambiental não se confunde com o conceito de Compensação Ambiental, sendo que o primeiro se refere a função precípua de reparação dos danos causados, “voltada para o passado”, e o segundo é referente a prevenção de danos graves e, por vezes, irreversíveis, orientada para o futuro. Na compensação ambiental, leva-se em conta o aspecto econômico, uma vez que está direcionado ao princípio de contabilização de custos, através do qual deve arcar com os custos aquele que, pelo uso, provoca a deterioração dos recursos naturais. A Responsabilidade Socioambiental se refere as ações desenvolvidas por organizações no intuito de reduzir ou evitar possíveis riscos e danos sem redução nos lucros. (NOVO, 2019)

A ISO 26000 define Responsabilidade Social como: “Responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente”

Por impacto ambiental, o CONAMA 001/1986 explica que é:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais.

Para Cabestre, Graziadel e Filho (2008, p.43), responsabilidade socioambiental “[...] é um referencial de excelência para as empresas. Esse referencial serve como benchmarking para reconhecer as empresas que possuem os melhores resultados em determinados segmentos”.

Em 1º de novembro de 2010, foi publicada a Norma Internacional ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social, cujo lançamento foi em Genebra, Suíça. No Brasil, no dia 8 de dezembro de 2010, a versão em português da norma, a ABNT NBR ISO 26000, foi lançada em evento na Fiesp, em São Paulo (INMETRO, s.d). Os princípios gerais que regem as práticas de responsabilidade socioambientais nas empresas, definidas pela ISO 26000 são:

- **Accountability:** Ato de responsabilizar-se pelas consequências de suas ações e decisões, respondendo pelos seus impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente, prestando contas aos órgãos de governança e demais partes interessadas declarando os seus erros e as medidas cabíveis para remediá-los. Obs.: Optou-se por não traduzir este termo, porém uma aproximação razoável seria responsabilização.
- **Transparência:** Fornecer às partes interessadas de forma acessível, clara, compreensível e em prazos adequados todas as informações sobre os fatos que possam afetá-las.
- **Comportamento ético:** Agir de modo aceito como correto pela sociedade - com base nos valores da honestidade, equidade e integridade, perante as pessoas e a natureza - e de forma consistente com as normas internacionais de comportamento.
- **Respeito pelos interesses das partes interessadas (*Stakeholders*):** Ouvir, considerar e responder aos interesses das pessoas ou grupos que tenham um interesses nas atividades da organização ou por ela possam ser afetados.
- **Respeito pelo Estado de Direito:** O ponto de partida mínimo da responsabilidade social é cumprir integralmente as leis do local onde está operando.
- **Respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento:** Adotar prescrições de tratados e acordos internacionais favoráveis à responsabilidade social, mesmo que não que não haja obrigação legal.
- **Direito aos humanos:** Reconhecer a importância e a universalidade dos direitos humanos, cuidando para que as atividades da organização não os agridam direta ou indiretamente, zelando pelo ambiente econômico, social e natural que requerem.

Fazendo uma busca nos sítios institucionais dos megaempreendimentos analisados nesse estudo e em conteúdo em mídias, no intuito de encontrar informações referentes as práticas de responsabilidade socioambiental desenvolvidas por cada empresa, identificamos as seguintes práticas (quadro 6).

Quadro 6- Práticas de (Ir) Responsabilidade Socioambiental das Indústrias Nucleares do Brasil.

| EMPRESA | PRINCÍPIOS | PRÁTICAS IDENTIFICADAS |
|---------|---|--|
| INB | Accountability | - A empresa omite informações sobre acidentes e quando são identificados e confirmados a empresa alega que se trata de acidentes naturais. |
| | Transparência | - Página institucional com informações e prestação de contas atendendo a Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011), a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), a Instrução Normativa TCU nº 84/2020, bem como em outros instrumentos legais e normativos correlatos. - Pagina institucional de acesso à informação: institucional, ações e programas, participação social, Auditorias, convênios e transferências: receitas e despesas; servidores, licitações e contratos. Serviço de informações ao cidadão, perguntas frequentes, tratamento de dados pessoais. - Acidentes dentro das instalações da INB nem sempre foram devidamente divulgados à sociedade |
| | Comportamento ético | - Em janeiro de 2019, a INB foi condenada pela Justiça do Trabalho por manter funcionários terceirizados trabalhando por anos sem proteção em locais com alto risco de contaminação radioativa. - Por causa das irregularidades, a empresa estatal enfrenta processos na Justiça federal e do Trabalho. |
| | Respeito pelos interesses das partes interessadas | -No relacionamento com os colaboradores e parceiros, a empresa diz seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais princípios da Administração Pública. |
| | Respeito pelo Estado de Direito | -Obscuridade nos licenciamentos. |
| | Respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento | - Na discussão global sobre a energia nuclear, alguns países se posicionaram a favor da interrupção gradual da energia nuclear, devido ao risco que ela apresenta. - Descumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – tratado que determina a obrigatoriedade de consulta prévia em qualquer medida que possa afetar populações tradicionais. |
| | Direito aos humanos | Falta de transparência sobre os potenciais riscos, contaminação de solo e da água, impactos na saúde e na vida da população da área de abrangência. |

Fonte: Fiocruz(2014) CPT(2019) INB (2021)

Elaboração: Simone Almeida de Souza. Orientador: Rubens Jesus Sampaio, 2021.

Mesmo a estatal alegando que está sempre de "portas abertas" e que suas atividades em Caetité são repletas de "desinformação e mitos" em torno da mineração de urânio, é possível constatar pelas matérias disseminadas na mídia que a exploração de urânio ainda é algo que causa inquietação da sociedade, principalmente quando aliada ao aumento do número de problemas de saúde na região e a omissão quanto à ocorrência de acidentes.

No quadro a seguir serão apontadas também algumas práticas de (ir)responsabilidade socioambiental desenvolvidas pela empresa Bahia Mineração, ou a falta delas.

Quadro 7 -- Práticas de (Ir) Responsabilidade Socioambiental da Bahia Mineração

| EMPRESA | PRINCÍPIOS | PRATICAS IDENTIFICADAS |
|---------|---|---|
| BAMIN | Accountability | - Após a desapropriação de comunidades tradicionais a empresa deixou de dar assistências para as famílias desapropriadas. |
| | Transparência | -Informações resumidas no site institucional. -Escassez de informações públicas em sites institucionais, |
| | Comportamento ético | -A empresa é criticada por ter desapropriado comunidades tradicionais (Antas e Palmitos) e por construir um projeto original de construção de barragem adotando uma técnica menos onerosa e menos segura. Tendo que adapta-lo após a ocorrências de acidentes com barragens que adotaram a mesma técnica. |
| | Respeito pelos interesses das partes interessadas | -Um grupo de acionistas e representantes do governo visitou a mina em Caetité, as obras da Fiol e o local onde será construído o Porto Sul, em Ilhéus, com objetivo de fortalecer o desenvolvimento do projeto. |
| | Respeito pelo Estado de Direito | -A mina obteve a Licença de Instalação (LI) sem ter cumprido nenhuma das 40 condicionantes impostas pela Licença de Localização |
| | Respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento | -Práticas de produção de mudas, conservação dos recursos naturais e recuperação dos ecossistemas locais. Através da adoção de novas tecnologias aplicadas à restauração e a recuperação ambiental utilizando “soluções baseadas na natureza”, expressão cunhada pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN). - Descumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – tratado que determina a obrigatoriedade de consulta prévia em qualquer medida que possa afetar populações tradicionais. |
| | Direito aos humanos | - Racionamento de água passa acontecer em Caetité após o início das atividades da mineradoras da BAMIN. -Comunidades tradicionais são desapropriadas causando perda do patrimônio territorial, ambiental e cultural. |

Fonte: Fiocruz(2014) CPT(2019) Bamin (2021), Oliveira; Brito (2020)
Elaboração: Simone Almeida de Souza. Orientador: Rubens Jesus Sampaio, 2021.

A escassez de informações por parte da empresa sobre a sua atuação, somado aos manifestos e publicações técnicas, científicas e midiáticas sobre o empreendimento e ao fato de não atender todos os princípios da responsabilidade socioambiental abre margem para que a sociedade viva com insegurança em relação ao empreendimento, pois “geram incertezas em relação às direções que o projeto pode tomar e à forma como isso afetará suas vidas” (OLIVEIRA; BRITO, 2020 p.16) Porém o posicionamento da empresa é que:

A Bahia Mineração assume a responsabilidade de minimizar os impactos gerados nas suas intervenções e promover programas de conservação da natureza, de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável. Na fase atual, a empresa já implementa programas de conservação dos recursos naturais, a adoção de tecnologias ecoeficientes e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) (BAMIN, 2014).

Tão preocupante como a identificação de práticas que não coadunam com os princípios da responsabilidade socioambiental é o discurso proferido pela empresa no intuito de “despolitizar a discussão ambiental” ofertando à população soluções mitigadoras ou minimizadoras para as consequências de sua atuação devastadora sobre os recursos naturais (OLIVEIRA; BRITO, 2020, p.16)

No quadro seguinte, serão apontadas algumas práticas desenvolvidas pelo Complexo Eólico que atendem (ou não) os princípios da responsabilidades socioambientais.

Quadro 8 - Práticas de (Ir) Responsabilidade Socioambiental do Complexo Eólico.

| EMPRESA | PRINCÍPIOS | ALGUMAS PRATICAS IDENTIFICADAS |
|--------------------|---|---|
| Complexo Eólico | Accountability | - As famílias impactadas diretamente pelos empreendimentos não recebem assistências e nem tem os danos reparados por elas. |
| | Transparência | - Por existir diferentes empresas operando no complexo eólico de Caetitê, a forma de prestação de contas se diferem entre os empreendimentos. Entretanto, foi encontrado em sites institucionais de algumas empresas informações detalhadas sobre os empreendimentos. -O fato de muitas empresas operarem na região de Caetitê e a ausência de um canal específico para a divulgação das informações, comprometem a obtenção de informações gerais por parte da sociedade. |
| | Comportamento ético | - Os contratos celebrados entre as empresas e os proprietários de terra ou posseiros eram bastante duvidosos, os trabalhadores rurais se sentiram pressionados a assinar os contratos, sendo proibidos de analisarem o conteúdo de maneira independente, sempre induzidos por algum funcionário da empresa proponente. |
| | Respeito pelos interesses das partes interessadas | - Contratos problemáticos com proprietários da terras e empresas. |
| | Respeito pelo Estado de Direito | - Violação de direitos de comunidades tradicionais e proprietários rurais. |
| | Respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento | -Descumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – tratado que determina a obrigatoriedade de consulta prévia em qualquer medida que possa afetar populações tradicionais. |
| | Direito aos humanos | - A chegada das empresas possibilitou a invasão de propriedades, apropriação de territórios tradicionais, desmatamentos desenfreados, perfuração de poços (estagnação do lençol freático), comprometimento de corpos hídricos, contratos duvidosos, entre outros. |

Fonte: Fiocruz(2014) CPT(2019) Neoenergia (2021)
Elaboração: Simone Almeida de Souza. Orientador: Rubens Jesus Sampaio, 2021.

O discurso do ambientalmente correto proferida pelas empresas eólicas - por se tratar de um empreendimento que em comparação à outras fontes de energia se destaca por ser limpa e renovável - pode esconder grandes injustiças socioambientais, que vão desde a intensos

desmatamentos para construção das torres e estradas de acesso aos parques à diminuição da reserva de água da região e, até mesmo, perda de áreas de acesso e uso coletivo. Além dos impactos que assolam as comunidades do entorno do projeto como a poluição sonora devido ao ruído dos motores e interferências eletromagnéticas, que podem causar perturbações nos sistemas de comunicação e transmissão de dados. Com isso, o não atendimento aos princípios de responsabilidade socioambiental contribuem para o aumento da insegurança e vulnerabilidade dos moradores que estão na área de abrangência dos projetos. Principalmente, por se somar a outros dois megaempreendimentos potencialmente impactantes.

4 CAMINHOS QUE SE CRUZAM

A condução da pesquisa nos leva a questionar sobre as relações, interações e afetações (arestas) que se constituem entre os atores (nós - agente atuantes) evidenciados na pesquisa. Entretanto, para que se supere essa questão é necessário que se identifique os principais “nós” dessa rede social de interações que se estabelecem naturalmente criando laços entre indivíduos que compartilham valores e objetivos comuns e estão conectadas por vários tipos de relações (GRANOVETTER, 1973).

Nesse capítulo serão identificados os agentes (“nós” da rede) que atuam nos territórios quilombolas, bem como, o perfil, escala de atuação, interesses, formas de atuação e estratégias desenvolvidas por cada agente (“arestas” da rede). Também será abordada nesse capítulo atuação dos megaempreendimentos em cada território quilombola. Para essa fase do estudo será utilizado o software GEPHI (BASTIAN et al 2009) para auxiliar a visualização, análise e manipulação de redes e grafos.

4. 1 UM OLHAR SOBRE OS TERRITÓRIOS

Buscando identificar o posicionamento dos sujeitos em relação ao seu território de vivência, foi aplicado um questionário com 36 questões para as lideranças quilombolas de cada comunidade, destacando três eixos temáticos, a saber: **Território quilombola**: social, político e ambiental; **Vivência quilombola** :educação, emprego e renda; **Megaempreendimentos**: atuação e conflitos, para validação de dados adotou-se a técnica de saturação teórica. No quadro a seguir, está exposta a posição das lideranças quilombolas em relação a percepção acerca dos territórios.

Quadro 9- Percepção das lideranças quilombolas sobre seus respectivos territórios, por eixos temáticos

| Eixo temáticos | Questões norteadoras | Posição dos sujeitos |
|--|--|--|
| Território quilombola: social, político e ambiental | <ul style="list-style-type: none"> - Uso e ocupação -Aspectos Ambientais -Atuação do poder publico - Êxodo rural - Conservação do território - Organização - Agentes atuantes | <ul style="list-style-type: none"> - Redução de áreas agricultáveis; Supressão vegetal. - Organização através de associações e conselhos; - Pouca participação do poder público; - Boa atuação de movimentos sociais e conselhos; - Pouco se conservou da cultura; - Emigração de pessoas em busca de melhoria de vida; |
| Vivência quilombola: Educação, emprego e renda | <ul style="list-style-type: none"> - Geração de renda -Oportunidades de emprego - Juventude - Políticas publicas | <p>Agricultura familiar enfraquecida por questões ambientais (Escassez de recursos hídricos, terras inférteis etc)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Poucas oportunidades de emprego e geração de renda na região; - Ausência de políticas públicas efetivas voltadas para a educação/ formação, qualificação profissional/capacitação; - Abandono escolar; - Emigração para outros estados em busca de oportunidades (corte de cana, fazendas de café etc) |
| Megaempreendimentos: Atuação e conflitos | <ul style="list-style-type: none"> - Impactos diretos e indiretos - Conflitos - Formas de atuação - Meio Ambiente - | <ul style="list-style-type: none"> - Escassez de recursos hídricos - Contaminação da água e do solo - Problemas nas estradas rurais devido ao aumento de trânsito de veículos pesados. - Poluição sonora - Poluição o ar - Poeira - Insegurança por desapropriação -Destruição de nascentes |

Fonte: Entrevista com lideranças quilombolas. Diário de campo.
Elaboração: Simone Almeida de Souza Orientador: Rubens Jesus Sampaio.2021.

No primeiro eixo, que se refere especificamente sobre os aspectos sociais, ambientais e políticos do território, os pontos citados são referentes a **redução de áreas agricultáveis e supressão da vegetação** - devido ao aumento da construção de moradias, terras inférteis e grilagem de terras, chegada de empresas para explorar os recursos naturais - **Organização através de associações e conselhos** - promovem uma maior articulação e organização da comunidade pela defesa de direitos- **Pouca participação do poder público** - a atuação do poder público tem se limitado à políticas assistencialistas em que consiste na prática de organizar e prestar assistência a membros ou camadas mais carentes de uma sociedade, em vez de atuar para a eliminação das causas de sua carência, impedindo que as comunidades alcancem a autonomia – **Atuação positiva de movimentos sociais e conselhos** - A atuação desses movimentos e entidades visam proteger os direitos das comunidades tradicionais através de

reivindicações e denúncias - **Pouco se conservou da cultura** - devido a invisibilidade e negação histórica da existência dos remanescentes de quilombos

No segundo eixo temático, onde são abordados aspectos sobre a vivência quilombola, especificamente sobre a educação, emprego e renda, os pontos ressaltados são: **Agricultura familiar enfraquecida por questões ambientais** – como a escassez de recursos hídricos, terras inférteis - **Poucas oportunidades de emprego e geração de renda na região** – mesmo com a inserção de grandes empreendimentos no município de Caetité nota-se que poucas oportunidades são ocupadas por quilombolas e quando são ocupadas geralmente são em cargos poucos remunerados. - **Ausência de políticas públicas efetivas voltadas para a educação/formação, qualificação profissional/capacitação** - O abandono escolar e a não implementação de políticas educacionais específicas para comunidades quilombolas, já expressas em lei, impedem que os quilombolas residentes no território acessem oportunidades de emprego e vagas em cursos profissionalizantes e universitários - **Emigração para outros estados em busca de oportunidades de trabalho (corte de cana, fazendas de café etc)** – Saída de pessoas do território, a maioria homens, à procura de oportunidades de trabalho em outras regiões, especialmente no região sudeste do país, devido à falta de oferta de emprego e da limitação quanto ao universo escolar. Tendo um impacto direto na vida familiar dos emigrantes.

No terceiro eixo, são destacados a atuação dos megaempreendimentos nos territórios, os pontos citados são: **Escassez de recursos hídricos** – devido ao aumento da utilização desses recursos nos processos operatórios dos empreendimentos e destruição de nascentes. Principalmente por se tratar de uma região com déficit hídrico por ser atingida pela seca. - **Contaminação da água e do solo** – devido à destinação de resíduos sólidos dos empreendimentos no ambiente e acidentes. **Problemas nas estradas rurais** - devido ao aumento de trânsito de veículos pesados - **Poluição sonora e poeira**- decorrente das explosões nas áreas próximas das minas, das torres eólicas e do trânsito exaustivo de veículos - **Poluição do ar** – Devido a disposição de elementos químicos no ambiente - **Insegurança por desapropriação** – grilagem de terras por partes de empresas e grileiros e atraso na titulação do território.

4.2 OS “NÓS” DA REDE

A pesquisa de campo, entrevistas com as lideranças das associações das comunidades quilombolas e publicações técnicas, científicas e midiáticas possibilitaram informações acerca

da atuação dos atores nos território. Os primeiros atores reconhecidos na pesquisa foram os agentes públicos (da esfera municipal, estadual e federal) que, resumidamente, atuam no direcionamento de políticas públicas para as comunidades e liberação de licenças para os empreendimentos. Observa-se um conflito de interesses quando os mesmos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas para os territórios quilombolas (Infraestrutura e qualidade de vida, acesso à terra, inclusão produtiva e desenvolvimento local, direitos e cidadania) é também quem legitimam as representações mercantis da natureza apresentadas pelas empresas em seus Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA). Ou seja quem que deveria ser responsável por proteger os recursos naturais e a biodiversidade, entrega os recursos ambientais em troca dos recursos econômicos (OLIVEIRA; BRITO, 2020).

Subordinados a ações do agentes supramencionados, estão as comunidades quilombolas, reconhecidas no estudo como agentes tradicionais de Caetité, que lutam pela regularização fundiária, preservação do território ancestral, e buscam alianças para resistir às mudanças territoriais promovidas pela mercantilização dos recursos naturais que podem afetar a manutenção do patrimônio histórico, ambiental, social e territorial.

Outro agente tradicional que atua nos territórios é reconhecido no estudo como “não quilombola” que se referem àqueles moradores das comunidades que não se auto identificam como quilombolas.

Nas alianças que se consolidam para a busca de proteção dos recursos naturais estão aqueles que prestam apoio na articulação, organização e defesa dos territórios, No caso das comunidades de Caetité, os quilombos recebem apoio de quatro agentes não governamentais, a saber: Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos, Conselho Estadual das Comunidades e Associações Quilombolas do Estado da Bahia, Conselho Municipal de Comunidades quilombolas, Associações de agricultores familiares dos quilombos de Caetité, Movimentos Sociais (Ambientalistas, de mulheres, Movimento negro, movimento quilombolas) e Comissão Pastoral da Terra. Esse agentes atuam na reivindicação pela efetividade das políticas públicas, na proteção dos indivíduos e territórios quilombolas, representação das comunidades no contexto jurídico e denúncias das formas inadequadas de uso do solo.

Os grileiros são um dos agentes privados que também atuam nos território quilombolas de Caetité com o intuito de aumentar a própria renda através da compra e venda de terrenos com documentação falsa. A ação dos grileiros impulsionou a busca pela regularização fundiária

das comunidades quilombolas e também é responsável por uma parte dos conflitos dentro da comunidades.

Outros agentes privados e também objeto desse estudo são os *megaempreendimentos* a saber: Complexo eólico e Bahia Mineração (BAMIN) que atuam na exploração dos recursos naturais para ampliação do seu mercado produtor. Assim como estatal, Indústrias Nucleares do Brasil (INB) que visa explorar urânio para colocar o Brasil em posição de competitividade frente ao mercado mundial.

O quadro 10, construído a partir dos dados empíricos, apresenta uma síntese das características dos atores e suas formas de atuação apontando as principais diferenças entre os agentes, a partir de suas respectivas escalas e formas de atuação, interesses e estratégias.

Quadro 10 - Ação dos agentes privados, tradicionais e institucionais não governamentais Caetité

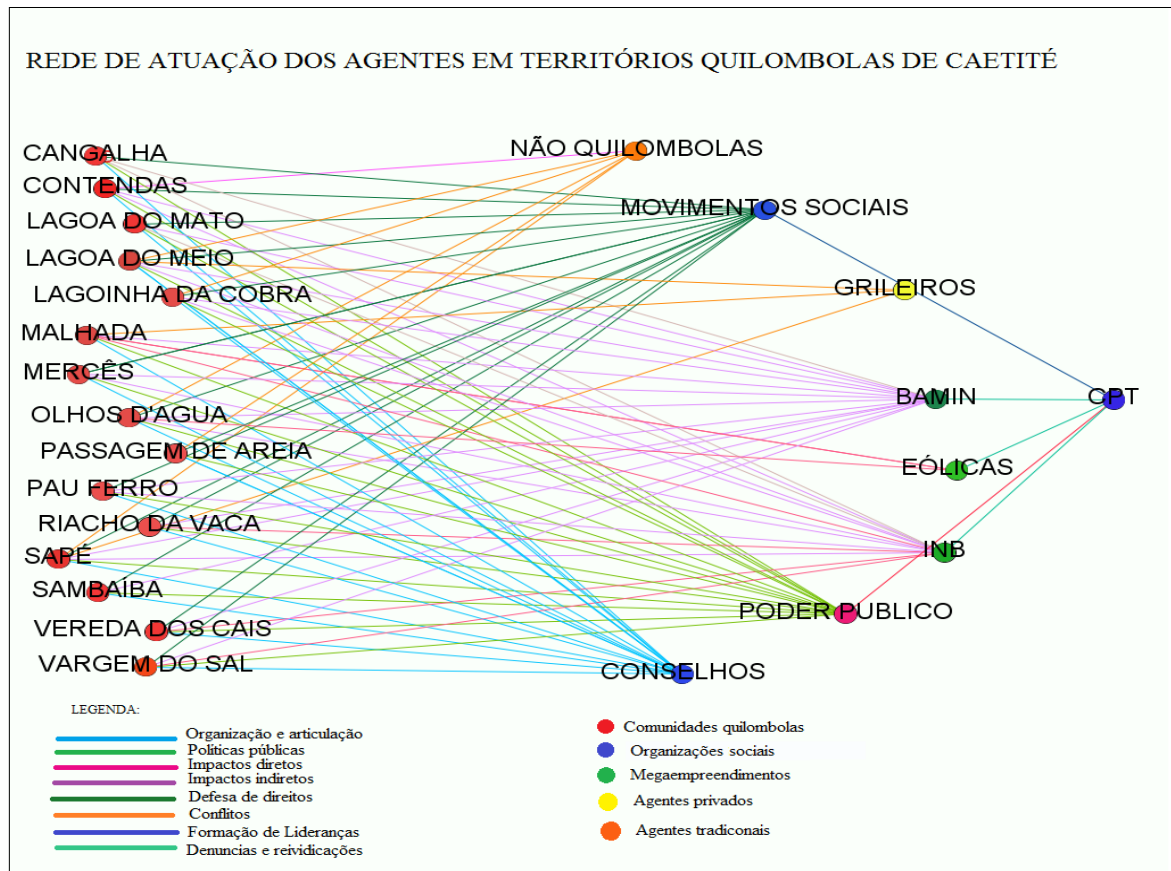
| Agente | Perfil | Escala de atuação | Interesses | Formas de atuação | Estratégias |
|-----------------------------|------------------|-------------------|--|---|---|
| Poder Público Municipal | Agente público | Municipal | Executar políticas públicas. | Execução de políticas assistencialistas, mantendo a dependência das comunidades. | Omite-se sobre a atuação dos megaempreendimentos nos territórios. |
| Poder Público Estadual | Agente Público | Estadual | Expandir o mercado econômico. | Legitima as ações dessas empresas, em prol do crescimento econômico e em detrimento da sustentabilidade socioambiental. | Realiza a discriminação administrativa para identificação, delimitação e titulação das terras devolutas estaduais ocupadas por CRQ |
| Poder Público Federal | Agente Público | Federal | Travar o processo de regularização fundiária para expandir o agronegócio e megaprojetos. | Morosidade nos processos de regularização fundiária e execução de políticas públicas. | Desacelerar o processo de titulação. |
| BAMIM | Agente privado | Estadual | Exploração dos recursos naturais | Atuam na exploração de minério de ferro. | Expandir a produção de ferro para atrair muitos investimentos e tem bom retorno financeiro. |
| INB | Agente Estatal | Federal | Exploração dos recursos naturais | Atua na exploração de Urânio | Expandir a produção do urânio em escala global |
| Empresas do Complexo Eólico | Agente Privado | Federal | Obtenção de energia através dos ventos | Atua na criação de energia mecânica e nos aerogeradores para a produção de eletricidade. | Ampliação do mercado |
| Grileiros | Agentes privados | Local | Aumentar própria renda | Vendem e compram terrenos com documentação falsa | Com o registro no cartório de títulos de imóveis, o grileiro |

| | | | | | |
|---|--|----------------|--|--|---|
| | | | | | repete o mesmo procedimento nos órgãos fundiários do governo e perante à Receita Federal. |
| Quilombola | Agente tradicional | Local | Defesa, manutenção do território e seu entorno | Contra o risco de perda do território ancestral e na forma como os outros agentes têm usado os recursos. | Obter título da terra, parcerias com agentes públicos, denunciar formas inadequadas de uso do solo. |
| Conselho Quilombola Municipal | Agente institucional não governamental | Municipal | Defesa dos direitos quilombolas | Defesa dos direitos quilombolas | Articulações com as comunidades quilombolas do municípios para reivindicação de direitos |
| Quilombola | Agente tradicional | Local | Defesa, manutenção do território e seu entorno | Contra o risco de perda do território ancestral e na forma como os outros agentes têm usado os recursos. | Obter título da terra, parcerias com agentes públicos, denunciar formas inadequadas de uso do solo. |
| Não quilombolas* | Agente tradicionl | local | Impedir o processo de regularização do território | Promove conflitos no território, tentativas de impedir o processo de regularização. | Tentativas de Desarticular o organização dos quilombolas. |
| CEAQ-BA | Agente institucional não governamental | Estadual | Defesa, manutenção do território e seu entorno | Apoia as comunidades na defesa dos interesses locais e disputas no campo jurídico | Representa as comunidades, fiscaliza e denuncia ações que afetam negativamente os territórios. |
| CONAQ | Agente institucional não governamental | Federal | Defesa, manutenção do território. | Apoia as comunidades na defesa dos interesses locais e disputas no campo jurídico | Luta pela garantia do direito à terra e pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável das comunidades |
| CPT | Agente institucional não governamental | América latina | Questiona a miséria e subdesenvolvimento dos países latino-americanos. | Denuncia conflitos, apoia e defende os interesses das comunidades | Contribui para a formação de diversas lideranças e militariam em partidos políticos e movimentos sociais |
| Movimentos Sociais (negro, de mulheres, ambientalistas etc) | Agente não governamental | Global | Visam uma reestruturação social que inclua os seus interessados no poder comum e garanta-os seus direitos de cidadãos. | Denuncia conflitos, apoia e defende os interesses das comunidades | Possibilitar a inserção de cada vez mais pessoas na sociedade de direitos. |

Fonte: Questionários com lideranças quilombolas. Diário de campo. Fundação Palmares (2021) CPT (2021) Greenpeace(2021) Elaboração: Simone Almeida de Souza Orientador: Rubens Jesus Sampaio.2021.

De acordo com Latour "A rede está totalmente definida por seus atores" (LATOURET al, 2012, p. 3), e nesse emaranhado de relações buscamos identificar os seus atores e seus atributos. Não há sobreposição, há apenas a reorganização do posicionamento dos atores.

Figura 11- Sociograma representando atores que atuam em comunidades quilombolas. As linhas representam a existência de ligações e as cores das linhas os tipos de relações entre os componentes da rede.



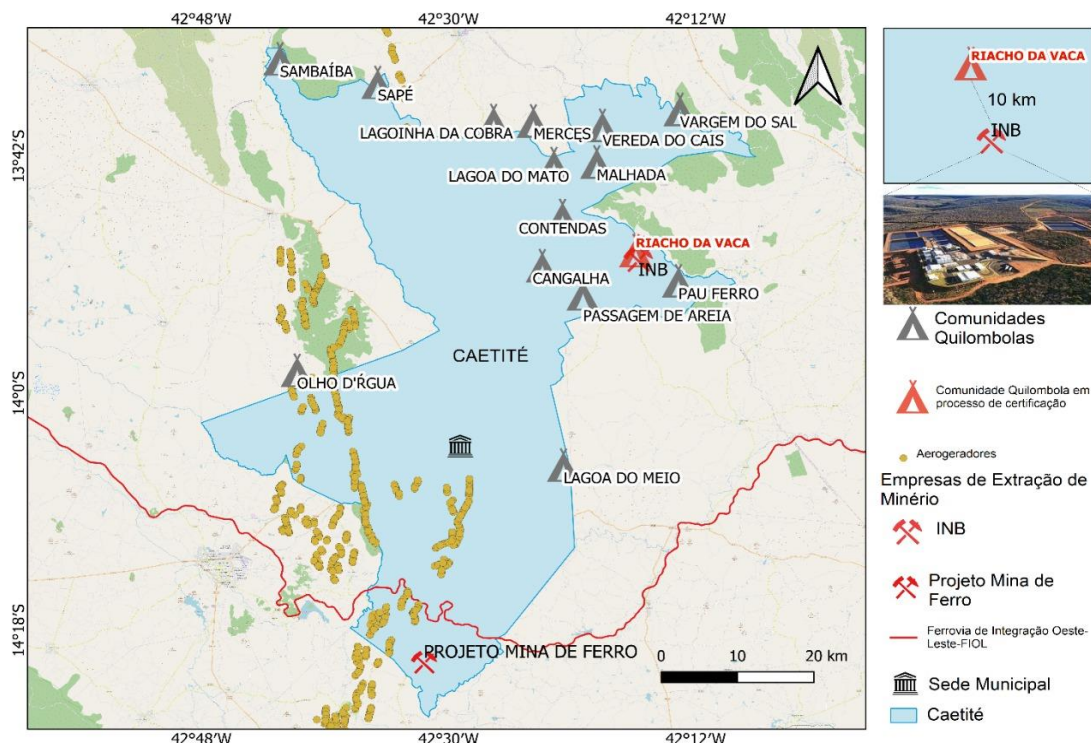
Rede Duomodal com dois conjuntos de atores. Software GEFHI. Diário de Campo.
Elaboração: Simone Almeida de Souza Orientação: Rubens Jesus Sampaio. Fonte: Dados da pesquisa. 2021.

Na figura 11, está ilustrado em sociogramas a rede de atuação dos atores identificados nos estudos. Sociogramas é uma técnica criada por Jacob L Moreno em 1934 que apresenta diagramaticamente a rede de relações entre indivíduos. Com ela analisa-se a presença ou ausência de laços e a força de ligação entre indivíduos (McCARTY, 2010). Para essa primeira demonstração foi utilizada a rede duomodal, em que de um lado estão as comunidades tradicionais e do outro os agentes que atuam no território. As redes duomodais são constituídas de dois grupos distintos de atores ou de conjunto de atores e um conjunto de eventos e as relações que possuem entre si, sendo que os atores possuem os mesmos atributos. No entanto, as relações são formadas de um grupo para o outro, e não dentro de um mesmo grupo. (WASSERMAN; FAUST, 1994; FACCIONI FILHO, 2007).

4.3 APARANDO AS “ARESTAS”

As relações que se constituíram entre os megaempreendimentos, são por vezes conflituosas e outras, inexistentes, a depender do lugar que se fala. As particularidades de cada território faz com que cada laço (aresta) constituído seja único.

Figura 12 – Mapa da localização das comunidade e dos megaempreendimentos (INB, BAMIN, Complexo eólico)



Fonte: Entrevista com lideranças quilombolas. Diário de campo.
Elaboração: Simone Almeida de Souza Orientador: Rubens Jesus Sampaio.2021.

A relação que uma comunidade possui com uma determinada empresa é relativamente diferente de outras. Por isso, nesse estudo, busquei levantar a forma que cada empreendimento atua em territórios quilombolas, respeitando as especificidades de cada um.

Observa-se no mapa que, a maioria das comunidades quilombolas estão localizadas próximas ou na área de influência de algum megaprojeto. A áreas de influência são aquelas afetadas direta ou indiretamente pelos impactos positivos ou negativos, decorrentes do empreendimento, durante suas fases de implantação e operação. Apesar do quilombo Lagoa do Meio estar em área mais distante, ele também é afetado indiretamente pela escassez de recursos hídricos.

A Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), apontada no mapa, não é objeto desse estudo por ainda estar em fase de implantação. A previsão é de que em setembro desse ano (2021) o presidente Jair Bolsonaro assine a concessão da FIOL à BAMIN. (MARQUES, 2021)

Para uma melhor explanação sobre os impactos que os megaempreendimentos tem exercido sobre os meios físico e biótico dos territórios quilombolas de Caetité tomei por base a Matriz de Leopold adotando os critérios de “tipo” e “categoria”.

Quadro 11 - Classificação dos Impactos socioambientais relativos à implantação dos megaempreendimentos sobre os meios físico e biótico dos territórios quilombolas:

| IMPACTOS | TIPO | | CATEGORIA | |
|-----------------------------------|--------|----------|-----------|----------|
| | Direto | Indireto | Positivo | Negativo |
| Escassez de recursos hídricos | | | | |
| Vulnerabilidade e insegurança | | | | |
| Implicações na saúde da população | | | | |
| Contaminação da água e do solo | | | | |
| Dificuldade de escoar a produção | | | | |
| Poluição do ar | | | | |
| Poluição sonora | | | | |
| Supressão vegetal | | | | |
| Aumento do tráfego de veículos | | | | |
| Poeira | | | | |
| Destruição de nascentes | | | | |
| Geração de emprego | | | | |
| (Falta) Oportunidades de emprego | | | | |

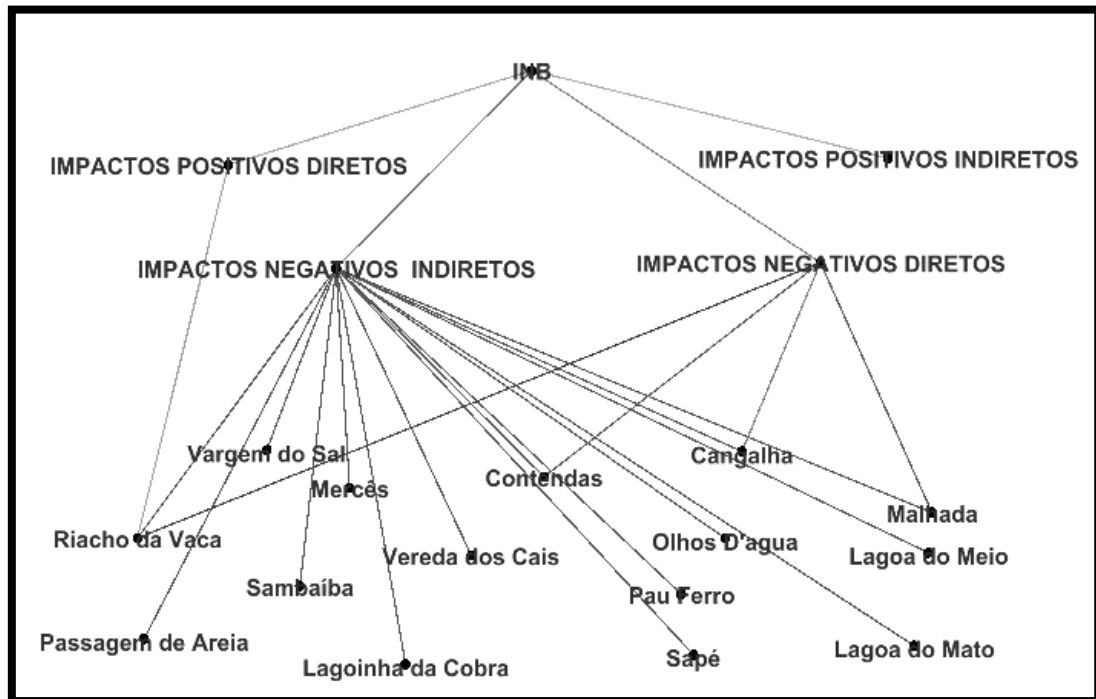
Fonte: Entrevista com lideranças quilombolas. Diário de campo.
Elaboração: Simone Almeida de Souza Orientador: Rubens Jesus Sampaio.2021.

A classificação do tipo de impacto, direto e indireto, considera a consequência do impacto ou de seus efeitos em relação ao empreendimento de forma que os impactos indiretos são decorrentes de desdobramentos consequentes dos impactos diretos.

A categoria se refere ao efeito que é causado pelo impacto, sendo ele negativo (adverso) ou positivo (benéfico).

Nas figuras seguintes podemos contatar como esses megaempreendimentos atuam em cada comunidade quilombola. Para essa demonstração foi utilizada uma rede egocêntrica onde os megaempreendimentos assumem posição de destaque na análise. O principal foco da análise deste tipo de rede é o estudo do papel social desenvolvido pelo ator. Esse papel é entendido não apenas pelas análises dos grupos ao qual o ator pertence, mas também é de relevância a posição que esse ator ocupa na rede. (CHIARA et al., 2006).

Figura 13- Atuação das Indústrias Nucleares do Brasil em territórios quilombolas de Caetité

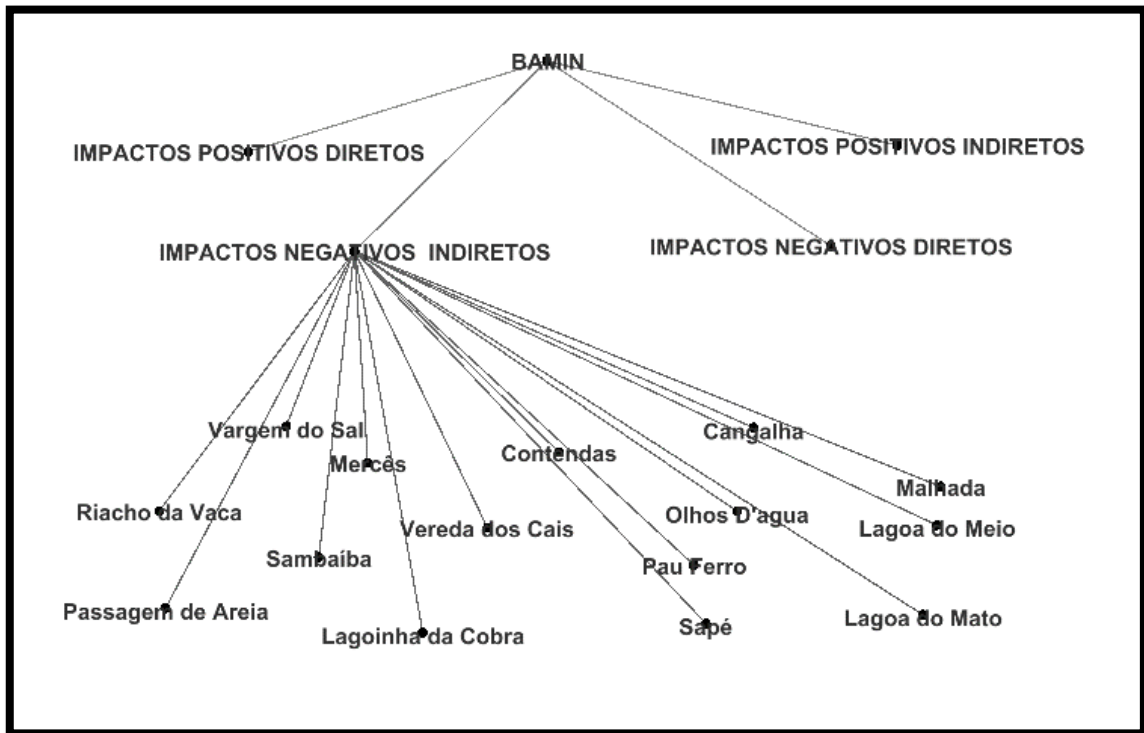


Elaboração: Simone Almeida de Souza. Orientador: Rubens Jesus Sampaio. 2021.

As Indústrias Nucleares do Brasil exercem influência direta e indireta nos territórios quilombolas e em sua maioria, influencias negativas. Os impactos negativos diretos identificados nos estudos, se refere a: **Contaminação do solo e da água** - devido acidentes radioativos nas áreas do entorno da mina - **Escassez de recursos hídricos** - devido a lacração de poços com indícios de contaminação com material radioativo. Os impactos negativos indiretos são referente a: **Problemas de saúde** - Devido a exposição ao material radioativo - **Dificuldade de escoamento da produção agrícola** - devido a propagação de notícias sobre a contaminação do solo e da água - **Escassez de recursos hídricos**, pela alta demanda de água nos processos operatórios. O impacto positivo direto se refere a: **Geração de emprego e renda** para quilombolas. **Problemas nas estradas de acesso**- devido ao aumento do trafego de veículos - No estudo não foram identificados impactos positivos indiretos para as comunidades.

A próxima figura expõe a atuação da Bahia Mineração em territórios quilombolas conforme dados obtidos na pesquisa.

Figura 14 - Atuação da Bahia Mineração em territórios quilombolas de Caetité.

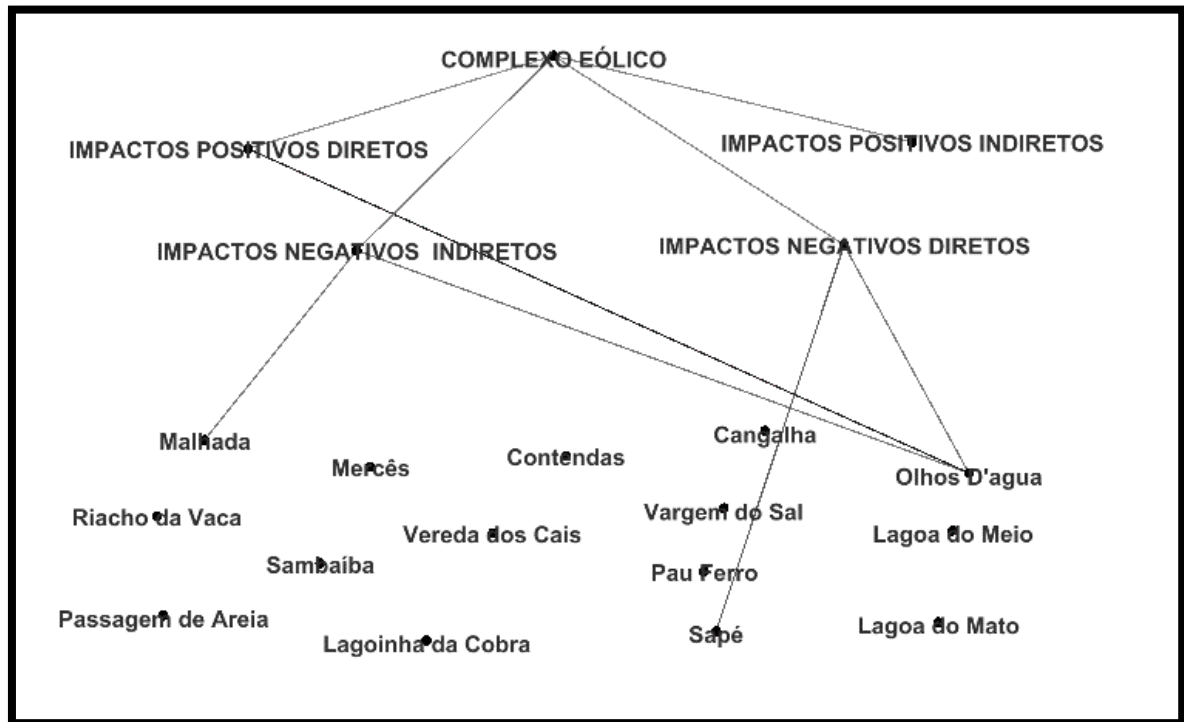


Elaboração: Simone Almeida de Souza. Orientador: Rubens Jesus Sampaio.2021.

Na figura 14, observa-se que os principais impactos gerados pela Bahia Mineração em territórios quilombolas são os negativos indiretos que correspondem à: **Escassez de recursos hídricos** - devido ao aumento da demanda por água nos processos operatórios, destruição de nascentes, supressão de vegetação - **Insegurança e vulnerabilidade** - por causa do evento da desapropriação de comunidade tradicionais (Antas e Palmitos) para instalação do projeto. **Ausência de oferta de vagas de empregos** que leve em consideração as limitações do universo escolar dos remanescentes quilombolas.

Na figura a seguir, são apresentados as formas de atuação do complexo eólico em território quilombolas, com base nos dados obtidos no estudo.

Figura 15- Atuação do Complexo eólico em territórios quilombolas de Caetité



Elaboração: Simone Almeida de Souza Orientador: Rubens Jesus Sampaio.2021.

As principais influências que o complexo eólico exerce em comunidades quilombolas de Caetité são em relação a **geração de emprego** sendo esse um impacto positivo direto e quanto aos negativos encontramos os indiretos: Grilagem de terra e os diretos **Poeira, poluição sonora e problemas nas estradas de acesso**- devido ao aumento do tráfego de veículos, e por causa das torres. **Degradação ambiental** – devido a mortes de aves e morcegos e supressão da vegetação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve o intuito de explanar as atuais configurações dos territórios quilombolas com a inserção dos megaempreendimentos. É possível constatar que os posicionamentos de atores hegemônicos faz parte de uma estratégia política que colabora com a manutenção da invisibilidade dos sujeitos detentores de direitos. Nesse emaranhado os quilombolas figuram em posição de vulnerabilidade e desvantagem frente as disputas e negociações.

Nota-se um conformismo do Estado que legitima as ações dessas empresas, em prol do crescimento econômico e através da promoção de ações assistencialistas que dificulta que os sujeitos vulnerabilizados alcancem autonomia e poder de decisão.

Observa-se que o respaldo para a ampliação de atividades econômicas e a menor importância quanto a distribuição desigual de recursos básicos para a maioria da população, tais como educação, saúde, saneamento básico, habitação, renda, dentre vários outros, expressa as contradições do chamado desenvolvimento econômico.

Durante o percurso, foi possível identificar que as necessidades materiais e imateriais dos sujeitos inviabiliza qualquer manifestação contrária à ordem estabelecida, sendo que o que está em questão não é apenas a manutenção do território, mas, prioritariamente, a manutenção da vida.

Após identificar as ações de responsabilidades socioambiental dos megaprojetos, foi possível compreender que os territórios quilombolas inexistem para essas empresas, ratificado pelo fato de não encontrar ações voltadas para essas comunidades tradicionais.

Mesmo com a atuação de outros atores, como os movimentos sociais e entidades não governamentais, observa-se uma certa omissão do poder público que respalda as tentativas de dominação e silenciamento dos agentes não hegemônicos e até as legitimam.

É sabido que os megaempreendimentos são de suma importância para o crescimento econômico, fator esse imprescindível para possibilitar o desenvolvimento integral da nação, todavia é primordial que a implantação desses megaempreendimentos seja realizada de forma planejada, e implementada de modo responsável e com justiça socioambiental.

Devido a impossibilidade de ampliar esta pesquisa no período de pandemia, com a realização de oficinas, construção de cartografias com as comunidades, caberia em estudos futuros novas pesquisas com esse direcionamento, que possam cartografar detalhadamente as

dinâmicas de cada território quilombola e também das demais comunidades negras tradicionais ainda não reconhecidas. E, também, seria oportuno incluir nos novos estudos as atividades da Ferrovia de Integração Oeste-leste que não foi objeto desse estudo, mas, que também sinaliza para a ocorrência de impactos na região.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: Conflitos Ambientais no Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, H.; COLI, L.R. **Disputas cartográficas e disputas territoriais**. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008.

ALBUQUERQUE, W R. FILHO, W, f. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: Centro de estudos Afro Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, A.W. B. de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: LEITÃO (Org.) Direitos Territoriais das comunidades negras rurais. São Paulo, Doc. ISA nº 05, 1999.

ALMEIDA, J. R.; BASTOS, A. C. S. **Licenciamento Ambiental Brasileiro no Contexto da Avaliação de Impactos Ambientais**. In: Cunha, S. B.; Guerra, A. J. T. Avaliação e Perícia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ANJOS, R. S. **Distribuição Espacial das Comunidades Remanescentes de Quilombos**. Humanidades em Revista, Brasília, v. 1, p. 111-123, 1997.

ANJOS, R. S **Quilombos – Geografia Africana – Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais**. 1ª ed. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009..

ARRUTI, J. M. **Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.

AYRES, J. R., FRANÇA JÚNIOR, I., CALAZANS, G. J. & SALETTI FILHO, H. C. **O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios**. In D. Czeresnia (Org.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. (2a ed.), Rio de Janeiro: Fiocruz 2009.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Bamin anuncia início da produção de ferro e obra do Porto Sul com 1,5 mil empregos**, 24 jul. 2020. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35> Acesso em: 27 jun. 2020

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Panorama do setor mineral baiano**. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35> Acesso em: 25 jun. 2020.

BAHIA. Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). **Territórios de identidade**, 2018. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17> Acesso em: 20 junho. 2020.

BAHIA MINERAÇÃO (BAMIN). **Mina Pedra de Ferro**. 2021. Disponível em: <https://www.bamin.com.br/> > Acesso em 10 de junho de 2021.

BAHIA MINERAÇÃO (BAMIN). **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA):** Mina Pedra de Ferro. Belo Horizonte: Bamin, 2009.

BARACHO, H. U; FAUVRELLE, T. A. **Desenvolvimento Econômico: O Conceito Histórico na Constituição Brasileira.** 2012.

BARROS, R. P. FOGUEL, N. M. ULYSSEA. **Desigualdade de renda no Brasil:** uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2006.

BASTIAN M., HEYMANN S., JACOMY M. **Gephi: um software de código aberto para explorar e manipular redes.** Conferência Internacional AAAI sobre Weblogs e Mídias Sociais 2009.

BERGSON, H. **O pensamento e o movente** – Introdução. In Bergson: Os Pensadores (pp. 99-151). São Paulo, SP: Abril Cultural. 1979. (Original publicado em 1934)

BERGSON, H. **Matéria e memória.** São Paulo, SP: Martins Fontes. 1990. (Original publicado em 1897)

BODANSKY, D. **Nuclear Energy:** principles, practices, and prospects (2nd Ed.). New York: Springer-Verlag, 2004.

BRASIL. **Constituição** (Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Parque Memorial Quilombo dos Palmares.** Alagoas. 2014.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Atendimento a Povos e Comunidades Tradicionais na Proteção Social Básica.** Informativo. 2018. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/orientacoes/Atendimento_PCT_.pdf> Acesso em: abril de 2021.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico:** Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. 2008. Disponível em: <http://bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf> Acesso em agosto 2019.

BRITO D. H. S; SAMPAIO, R.J.; SILVA, P.S.D. **Neoextrativismo e o Projeto Pedra de Ferro em Caetité e Pindaí-BA:** discutindo conflitos socioambientais e os desafios à sustentabilidade na mineração. REMEA. Rio Grande do Sul, v. 36, n. 1, p. 185-203, jan./abr. 2019.

BRITO, D. H. S. OLIVEIRA N.G. **Desigualdade ambiental no sertão da Bahia:** O Projeto Pedra De Ferro Em Caetité. ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction:** ciritique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.

CABESTRE, S. A, GRAZIADEL, T. M. e FILHO, P. P. **Comunicação Estratégica, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental:** um estudo destacando os aspectos teóricos conceituais e práticos, Caxias do Sul, 2008.

CABRAL C. L. **Conflitos territoriais na comunidade quilombola de Gurupá -APA arquipélago do Marajó/pa**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de Brasília. Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica. Brasília.2017.

CHAREYRON, B. **Radiological hazards from uranium mining**. In: Merkel, B. J.; Hasche-Berger, A. Uranium, Mining and Hydrogeology. Berlin: Springer, 2008. .

CHIARA, I. G. D. **As citações como base da rede social egocêntrica**: o artigo citado e suas conexões. Associação Nacional de Pesquisa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Londrina, 1-4, ago. 2006. Disponível em: <http://www.portalppgci.marilia.unesp.br/enancib/program.php>. Acesso em: 26 nov. 2020.

CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro Comum**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COCA, A. P. ROSÁRIO. N.M. **Processos de Telerrecriação na Ficção Seriada da Tv Aberta Brasileira**: Uma Cartografia as Rupturas de Sentidos na Obra de Luiz Fernando Carvalho. Tese. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (PPGCOM/UFRGS) Porto Alegre 2017.

CONAQ- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas. **Brasil tem 4.536 áreas com risco de conflito socioambiental, indica estudo. 2018. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/brasil-tem-4-536-areas-com-risco-de-conflito-socioambiental-indica-estudo/> Acesso: junho de 2019.**

CPISP. Comissão Pró- Índio de São Paulo. **Mudanças no licenciamento ambiental em Terras Quilombolas promovidas pelo governo Bolsonaro.2020**. Disponível em: <https://cpisp.org.br/novo-programa-da-radio-da-pro-indio-discute-as-mudancas-no-licenciamento-ambiental-em-terras-quilombolas-promovidas-pelo-governo-bolsonaro/> acesso em 18/06/2020.

CPT- Região Guajarina. **Antologia Círculos de Cultura**. Centro de Educação Popular Gaida Silva, Bujaru. 2000.

CURADO, M. **Industrialização e desenvolvimento**: uma análise do pensamento econômico brasileiro. Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 609-640, dez. 2013.

DALCASTAGNÈ, R. **A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. Brasília, n.º 26, p. 13-71, jul/dez, 2005.

DEGENNE, A. FORSÉ, M. **Introducing Social Networks**. London: Sage, 1999.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Aurélio Guerra e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: editora 34, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1**. São Paulo: Ed. 34. 2009.

DENZIN, N. K, LINCOLN, Y.S, **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications; 1994

- DORNELES, L. **Quilombos no Brasil**. Humanista - Jornalismo e Direitos Humanos- UFRGS. Porto Alegre. 2017.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2º Ed. São Paulo. Universidade do estado de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação.
- FERREIRA, F. T. **Rizoma**: um método para as redes? Linc em Revista, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.28-40. mar. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/251/142>. Acesso em: 10-10-2020
- FIABANI, A. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FIGUEIREDO, I. & NORONHA, R. L. **A vulnerabilidade como impeditiva/ restritiva do desfrute de direitos**. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, 4, 2008.
- FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz- **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil**. 2014. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/> Acesso em: setembro de 2019.
- FOGUEL, I. **A Presença do Negro em nossa História**. São Paulo: Editora Yolbook, 2019.
- FONTANELLA B.J.B, MAGDALENO Jr. R. **Saturação teórica em pesquisas qualitativas: contribuições psicanalíticas**. Psicol Estudo. 2012.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GLASER B.G, STRAUSS A.L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New York: Aldine de Gruyter; 1967
- GORAYEB, A. MEIRELES, J. **A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos**. Entrevista. Rede de Mobilizadores. 2014. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/> Acesso em: setembro de 2018.
- GORENDER, **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.
- GRANOVETTER, M. **The strength of weak ties**. In: American Journal of Sociology, University Chicago Press, Chicago, v. 78, Issue 6, p.1930-1938. 1973.
- GREENPEACE. **O Ciclo do Perigo**: Impactos da produção de combustível nuclear no Brasil. São Paulo, Greenpeace Brasil, 2008.

GWEC - Global Wind Energy Council. **Global Wind**. 2006. Disponível em: <http://www.gwec.net/index.php?id=8>> Acesso em: setembro de 2020.

HAESBAERT, R. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato. *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 169-190

HERCULANO. S. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v. 3, n. 1, p. 1-20, jan./abr. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Território e tradição: investigando povos quilombolas**. Censo 2021. Editoria: Revista Retratos. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/15943-territorio-e-tradicao-investigando-povos-quilombolas.html> Acesso em; 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CAETITÉ**. Biblioteca. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/caetite.pdf>

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração. **Economia Mineral do Brasil** – Brasil. 2018.

INB- Indústrias Nucleares Do Brasil. INB Caetité - **Unidade de Concentrado de Urânio**. Disponível em: <<https://www.inb.gov.br/A-INB/Onde-estamos/Caetite> > Acesso em setembro 2019

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Casa Civil da Presidência da República; Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária; Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ). 2019. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governancafundiaria/andamento_processos.pdf. Acesso em 15 ago 2020

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Passo a passo da titulação de territórios quilombolas. Disponível em: https://antigo.incra.gov.br/pt/passo_a_passo_quilombolas_2020 > acesso em 20/03/2021.

INMETRO. **Responsabilidade social- ISO 260000**. Disponível em: < http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp> s.d Acesso em: julho de 2021.

ISA. Instituto Socioambiental. **O que muda (ou sobra) para os quilombos com a reforma de Bolsonaro?** 2019. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-muda-ou-sobra-para-os-quilombos-com-a-reforma-de-bolsonaro> Acesso em: 10 de setembro de 2019.

ITABORAHY. N. Z. **A geografia, o conceito do território e os processos de territorialização das comunidades quilombolas: primeiras aproximações**. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2010

KASTRUP, V. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. In: *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 1, p.15-22, jan/abr. 2007.

LAMEGO, F. F. S. F.; FERNANDES, H. M; FLEXOR, J-M.; FONTES, S. L.; PEREIRA, S. R. F.; NASCIMENTO, Flávia M. F. **Impactos de mineração e sustentabilidade no Semi-árido. Estudo de Caso: Unidade de Concentração de Urânio – URA (Caetité, BA)**. Comunicação Técnica elaborada para o XV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2003, Curitiba. Porto Alegre: ABRH, 2003. 18p.

Cetem. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2003-137-00.pdf>. Acesso em: 04/12/2020.

LATOURE, B, JENSEN, P, VENTURINI, T, GRAUWIN, S, and BOULLIER, D. **The Whole is always smaller than its parts**. In British Journal of Sociology. 2012.

LEITE, I. B. **Os quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas. Etnográfica, [S. l.], v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf Acesso em: 4 jun. 2019.

LEME, A.A. **Desenvolvimento e sociologia**: uma aproximação necessária. Revista Sociedade e Estado - Volume 30 Número 2 Maio/Agosto 2015.

LEOPOLD, L. B.; CLARKE, F. E.; HANSHAW, B. B.; BALSLEY, J. R. **A procedure for evaluating environmental impact**. U. S. Geological Survey, Washington: Geological Survey 1971. 13p. Circular 645

LISBOA, M. V.; ZAGALLO, J. G. C.; MELLO, C. C. A. **Relatório da Missão Caetité**: Violações de Direitos Humanos no Ciclo do Nuclear. Curitiba: Plataforma Dhesca Brasil, 2011.

LITTLE, P. E. **Os Conflitos Socioambientais**: um Campo de Estudo e de Ação Política. (Org.) BURSZTYN, M. In: A Dificil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 107-122. 2001.

LOPES, M. **Urânio**: Mineração em Caetité/BA e suas consequências. Portal Técnico em Mineração. Portal Técnico em Mineração. 2014

MARINGONI, G. **História**- o destino dos negros após a abolição. São Paulo. Ano 8. Ed. 70, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php>. Acessado em 25 de setembro de 2016.

MARQUES, T. **Bolsonaro deve visitar Caetité em setembro para assinar concessão da Fiol à Bamin**. Agência do Sertão. 2021. Disponível em: <https://agenciasertao.com/2021/08/08/bolsonaro-deve-visitar-caetite-em-setembro-para-assinar-concessao-da-fiol-a-bamin/> Acesso em: agosto de 2021.

MARQUEZ, A. C. et al. **Gephi: um software open source de manipulação e visualização de grafos**. In: OFICINA GEPHI: Mapeando e analisando a vida das redes sociais. [S.I.]. Labi, 2013.

MARTINS F.R. GUARNIERI R.A. PEREIRA E.B. **O aproveitamento da energia eólica**. Revista Brasileira de Ensino Física. 2008.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. Ed. Atlas. 1996.

McCARTY, C. **La estructura en las redes personales**. REDES, v. 19, p. 242-271, 2010.

MORAIS, N. A., RAFFAELLI, M. & KOLLER, S. H. (2012). **Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção**. Avances en Psicología Latinoamericana, 30(1), 118-136.

MOURA, C. **"Quilombos: resistência e escravidão"**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1982.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo. Zumbi.1959.

MUNANGA, K. 1995/6, “**Origem e Histórico do Quilombo na África**”, Revista da USP, 28.

MUSSO, P. **A filosofia da rede**. In PARENTE, A. (Org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação* (pp.17-38). Porto Alegre: Sulina. 2004.

NEOENERGIA. **Complexo Caetité**. 2021 disponível em: < <https://www.neoenergia.com/pt-br/sobre-nos/linhas-de-negocios/renovaveis/renovaveis-eolica/Paginas/caetite.aspx>> Acesso em julho de 2021.

NEVES, E.F. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local), Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

NEVES, E.F **Escravidão, pecuária, e policultura**: Alto Sertão da Bahia, século XIX Editora da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

NOBRE, J; BERNARDI, D. **Capitalista e capitalístico**. Website do Projeto e-Psico, do Departamento de Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), s/d. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/capitalista-capitalistico.html>. Acesso em 27/01/2021

NOVO, B.N. **Responsabilidade socioambiental**. Direitonet. 2019. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11152/Responsabilidade-socioambiental>> Acesso em julho2021.

O, DWYER, E. C. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV,2002. 296p.

OLLAIK L.G, ZILLER H.M. **Concepções de validade em pesquisas qualitativas**. Educ Pesq[Internet]. 2012 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/ep448.pdf> » Acesso: julho 2021.

OKUNO, E. **Radiação**: Efeitos, Riscos e Benefícios. São Paulo: Editora Harba, 1998

ORTIZ, I. T. S. **Família, escravidão e liberdade no Alto Sertão: Caetité, 1830-1860**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis. 2015.

PAES, C. F. **Mineração de urânio no sertão da Bahia traz à tona memória de contaminação** BBC NEWS. 2019

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

PEDERSEN, J. R. & SILVA, J. A. (2013). **A exploração sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a vulnerabilidade social das famílias: desafios à garantia de direitos**. In K. B. Krüger & C. F. Oliveira. (Orgs.), *Violência intrafamiliar: discutindo facetas e possibilidades*. (pp. 45-64). Jundiá: Paco

PONTES, M. S. B. et. al. **Perspectivas de Desenvolvimento Regional com a Exploração das Reservas de Ferro no Município de Caetité, Bahia**. *Ciência e Natura*, vol. 37, núm. 3, Santa Maria, Brasil. 2015.

PORTAL ECODEBATE. **O caso de Caetité**, BA: Progresso para quem? Contradições da exploração minerária. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2011/06/01/o-caso-de-caetite-ba-progresso-para-quem-contradições-da-exploração-mineraria/>>; Acesso em: 29 de setembro de 2018.

PORTO, M . F; MILANEZ, B. **Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental**". *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(6), 1983-1994. 2009.

PORTO M.F.S, PACHECO T. **Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil**. *Tempus - Actas em Saúde Coletiva* 2009;3(4):26-37.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993

REIS, J. R. **Compensações ambientais de megaempreendimentos na Amazônia: desvendando a “caixa preta”**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade. UFAM. 2020. ´

RODRIGUES, F.O.COSTA, W.B **“A Chegada Do Estranho”**: Mineração E Conflitos Por Água Nas Comunidades Camponesas De Caetité E Pindaí- Bahia, Brasil. *Revista Pegada – vol. 17 n.1 67*. 2016.

ROJAS, Claudia Marcela Orduz; PEREIRA, Doralice Barros; DIAS, Janise Bruno. Tensões e conflitos na metrópole belo-horizontina: (neo)extrativismo, comunidades locais e áreas protegidas. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, v. 5, p. 47, 2017.

ROLNIK.R. KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? *Novos estudos - CEBRAP São Paulo Mar. 2011*

SACK, R. **Human Territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986

SAMPAIO, R. J. **Cartografia da gestão dos resíduos sólidos: saberes, práticas e conflitos na rede de atores em Vitória aa Conquista – Ba**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus/Ba.

SANTOS, A. D. **Os megaprojetos, o BNDES e o tema das salvaguardas ambientais**. In: Little, Paul (2014) [org]. *Os Novos desafios da política ambiental brasileira*. Brasília: IEB Mil Folhas. 2014.

SANTOS, Gilmar Ferreira dos. Energia Eólica: **Uma análise acerca dos impactos sociais e ambientais em Caetité**, BA. *EcoDebate: Site de informações, artigos e notícias socioambientais*, 2012. Disponível em: < <https://www.ecodebate.com.br/2012/10/05/energiaeolica-uma-analise-acerca-dos-impactos-sociais-e-ambientais-em-caetite-ba/>>. Acesso em: 14 de Abr. 2020.

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal**: Das linhas globais a uma ecologia de saberes, *Novos Estudos – CEBRAP*, (79), 71-94. 2003.

SCHRAMM, P.F **No atual ritmo, Brasil levará mil anos para titular todas as comunidades quilombolas**. Artigo de opinião. *Terra de Direitos*. 2019.

SCOTT J.B, PROLA C.A, SIQUEIRA A.C. PEREIRA C.R.R. **o conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no brasil: uma revisão sistemática da literatura**. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 600-615, ago. 2018

SILVA, J.B.E.C. **Responsabilidade Social Decifra-me ou te Consumo:** Um estudo sobre as famílias de Antas e Palmito. Monografia. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. 2012.

SILVA, N.L.O. **Caetité: um estudo do desenvolvimento local.** Dissertação. Universidade Salvador – UNIFACS. Salvador, 2007. 326p.

VALE - **Qual a importância da mineração para a economia do país?** 2017. Disponível em <<http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/qual-a-importancia-da-mineracao-para-a-economia-do-pais.aspx>> Acesso em; 20 de março 2021.

VERMELHO S.C. MACHADO.A.P. BERTONCELLO V.V. **Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores.** Revista Educação e Pesquisa. 2015 Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ep/a/cXRvMhCswX4jQNYp5grBShn/?lang=pt>> Acesso em abril de 2021.

WNA. **The Nuclear Renaissance.** 2011. Disponível em: <http://www.world-nuclear.org/info/Currentand-Future-Generation/The-Nuclear-Renaissance/> Acessado em: 20/09/2020

WNA. **Plans For New Reactors Worldwide.** 2013. Disponível em: <http://www.worldnuclear.org/info/Current-and-Future-Generation/Plans-For-New-Reactors-Worldwide/> Acessado em: 20/09/2020

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: methods and applications.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BIBIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, I. et al. **Roteiro Metodológico**. In Conflitos Socioambientais no Brasil. Vol. I, CARVALHO, Isabel Cristina de Moura & SCOTTO, Gabriela. org. Rio de Janeiro. IBASE; 1995.

CBHSF- **Comitê da Bacia Hidrográfica São Francisco- Barragem de rejeitos causa temor em região próxima ao São Francisco no Semiárido Baiano**. 2019.. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/barragem-de-rejeitos-causa-temor-em-regiao-proximaa-sao-francisco-no-semiarido-baiano>. Acesso: em agosto 2019.

CINTRA, A.M.S; MESQUITA, L.P.; MATUMOTO, S.; FORTUNA, C.M. **Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa**. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 29, n. 1, p. 45-53, 2017

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Audiência Pública**. REUNIÃO Nº: 2117/15. 20/10/2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=2117/15> Acesso em: 09/10/2020.

GARAEIS, V. H. **A História da Escravidão Negra no Brasil**. Disponível em: <http://sorvitorhugo.blogspot.com.br/2012/07/historia-da-escravidao-negra-no-brasil.html>. Acesso em 28 de setembro de 2016.

GLOTZ, G. **História econômica da Grécia**. Lisboa: Cosmos, 1973.

GUATARRI, F **As três ecologias**. São Paulo: Papirus, 1990.

GUATTARI, F. (1992). **Práticas Analíticas e Práticas Sociais**. In: *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradução: Ana Lucia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2008, p.183-203.

LIMA, R.O. **O TAO do PRELAC e as recomendações para políticas educacionais do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica. 2002 -2007**. Tese de doutorado. Programa de pós graduação em Educação. UNISINOS. São Leopoldo. 2021

LOPES, J. R. (2008). **Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza**. Caderno CRH, 21(53), 349-363.

MAHEIRIE, K. **Agenor no mundo: um estudo psicossocial da identidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 994

MUNANGA, K. 1995, **“Identidade, Cidadania e Democracia: Algumas Reflexões sobre os Discursos Anti-racistas no Brasil”**, QUINTAS, Fátima (org.), O Negro: Identidade e Cidadania, Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Editora Massangana.

NETO. F. O. L; SILVA. E. V. da. COSTA. N. O. da. **Cartografia social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo**. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, em parceria com o V

Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada à Gestão Territorial, v. 18, n. 2, p. 56-70, Set. 2016, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 © 1999.

PORTO, M F. de S; FINAMORE R. E; FERREIRA, H. **Injustiças da sustentabilidade: Conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil**. Revista Crítica de Ciências Sociais. 2013.

PORTO, M F; SCHÜTZ, G. **Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios**. Ciência & Saúde Coletiva, 17(6),1447-1456. 2012.

RIBEIRO, R. F. **Introdução à questão metodológica**. In: DIEGUES, A. C. S. Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais. Rio de Janeiro: IBASE, 1995. (Debates).

RHIRY, C. **Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento**. Af-Rev PMKT. 2009.

RUAS, F. P; MACKEDANZ, L. F. **A cartografia como método de acompanhar processos**. 13^a Mostra da Produção Universitária. Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

SANTANA, N.M.O. **Estudo Sócio-Histórico-Cognitivo das Conceptualizações e Categorizações do Amor em Cartas dos Séculos XIX e XX**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura. UFBA. Salvador. 2019.

SOUZA, S.R.L, FRANCISCO, A.L. **O método da cartografia em pesquisa qualitativa: estabelecendo princípios – Desenhando princípios**. Anais do congresso Ibero americano de investigação qualitativa, 2016.

SOUSA, R. J. P. **Educação escolar e as implicações na construção da identidade étnico-racial dos estudantes quilombolas da região de Maniaçu-Caetité/Ba**. Dissertação. Universidade Estadual do Sudoeste Baiano. 2020

VEIGA, L.M. **O analista está presente: a arte da performance de Marina Abramovic e a clínica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2015.

VIEIRA, S. de A. **Resistência e Pirraça na Malhada: cosmopolíticas quilombolas no Alto Sertão de Caetité**. 425 p. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro. 2015.

VILASBOAS, Z. **Mineração de urânio em Caetité/BA: os custos socioambientais da energia nuclear**. Portal Ecodebate, 5 nov. 2008. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2008/11/05/mineracao-de-uranio-emcaetiteba-os-custos-socioambientais-da-energia-nuclear-artigo-de-zoraidevilasboas>
Acesso em: 20/03/2020

APÊNDICES

APÊNDICE A - NORTEAMENTO PARA O DIÁRIO DE CAMPO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

TERRITÓRIO QUILOMBOLA

- Verificar as formas de uso e ocupação do território pelas comunidades
- Observar os meios de produção e sobrevivência da comunidade
- Observar estratégias de fortalecimento das territorialidades
- Observar a relação da comunidade com o meio ambiente
- Identificar a atuação de outros agentes nas comunidades
- Observar as principais características de articulação e organização das comunidades

AGENTES ATUANTES NO TERRITÓRIO

- Perfil dos agentes
- Forma de atuação
- Influências no território

ATUAÇÃO DOS MEGAEMPREENDIMENTOS

- Forma de atuação
- Práticas de responsabilidade socioambiental nas comunidades
- Impactos provocados pelas atividades
- conflitos com as comunidades

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES QUILOMBOLAS

As informações coletadas através deste instrumento de pesquisa serão utilizadas com finalidade estritamente científica, com base na **Resolução CNS/MS n.º 466/2012** (item VII. 14).

I- TERRITÓRIO QUILOMBOLA – SOCIAL, POLITICO E AMBIENTAL

1. Atualmente, o tamanho da área que a comunidade tem para viver é suficiente para plantar e realizar todas as atividades importantes que necessita?
2. Você acha que a comunidade tem conseguido se fortalecer e se organizar na busca pelos seus direitos?
3. Em relação ao meio ambiente, para você é melhor morar na comunidade do jeito que está hoje ou como era antigamente
5. Para você o número de pessoas que saem da comunidade para morar em outro lugar aumentaram ou diminuíram nos últimos anos? Qual tem sido o principal motivo?
6. Os locais para plantar e colher de antigamente são os mesmos de hoje? Vocês ainda conseguem utilizar estes locais?
7. Como foi a participação da gestão pública anterior (prefeitura, governo estadual e federal) na comunidade?
8. Como está sendo a participação da gestão pública (prefeitura, governo estadual e federal)?
9. A criação da associação trouxe algum benefício para a comunidade?
10. Você acha que a comunidade tem conseguido conservar a natureza como os antepassados?
11. Quais os principais parceiros que ajudam a comunidade a resolver os seus problemas?

II – VIVÊNCIA QUILOMBOLA - EDUCAÇÃO, EMPREGO E RENDA

1. Qual é a principal atividade geradora de renda para a comunidade
2. As pessoas da comunidade tem conseguido emprego nas empresas que operam em Caetité?
3. Quais empregos/funções os moradores da comunidade conseguiram nas empresas.
4. As pessoas tem saído da comunidade devido à dificuldade para arrumar emprego ou de desenvolver uma atividade no território?
5. Você considera a juventude da sua comunidade preparada para o mercado de trabalho?
6. O que você acha que precisa para que a juventude quilombola possa se desenvolver?
7. Você acha que as políticas públicas tem chegado em sua comunidade?

III- ATIVIDADES MINERADORES NA COMUNIDADE E CONFLITOS

1. As atividades mineradores e energéticas (Complexo eólico, mineração de ferro, extração de urânio) trouxeram algum benefício para a comunidade?
2. Você já percebeu alguma mudança na cultura ou tradições da comunidade por causa das atividades da mineração?
3. Quais impactos sociais, ambientais e econômicos podem ser observados na comunidade com a entrada de empresas no município de Caetité?
4. Como tem sido a convivência entre a comunidade e as empresas que operam no território?
5. Já surgiu algum conflito na comunidade provocado pelas empresas?

6. Se respondeu sim para a resposta anterior, quais são os motivos que tem provocado conflitos entre a comunidade e empresas?
7. Quais as empresas com quem a comunidade apresenta algum tipo de conflito?
8. A comunidade deixou de fazer atividades importantes por causa das empresas?
9. A chegada das empresas representa algum risco para os rios, solos e florestas do local?
10. Quem são os órgãos ou pessoas que tentam resolver (medeiam) os conflitos nas comunidades?
11. Você ou alguém da diretoria da associação já participou de alguma audiência pública? Qual(is)?
12. Algumas audiências públicas que foram realizadas para conversar sobre problemas as empresas?
13. Você consegue ver uma solução para evitar conflitos na comunidades?
14. As atividades das empresas tem alguma influência nos produtos que a comunidade retirava da natureza e que não tem mais?
15. O que a chegada das empresas no município de Caetité representou para você?
16. Considerando a chegada das empresas em Caetité você diria que a vida das pessoas na comunidade melhorou ou piorou?
17. A área onde estão as empresas era usada pela comunidade antigamente? Que atividades eram feitas nesta área pela comunidade?
18. As empresas já impediram a comunidade de fazer alguma atividade que faziam antigamente?

APENDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

Este documento é um CONVITE ao(à) Senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar da pesquisa abaixo descrita. Por favor, leia atentamente todas as informações abaixo e, se você estiver de acordo, rubricue as primeiras páginas e assine a última, na linha “Assinatura do participante”.

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

- 1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Simone Almeida de Souza
1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: Rubens Jesus Sampaio

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS MEGAEMPREDIMENTOS EM
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DE CAETITÉ – BA.**

2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):

O efeito que é gerado em comunidades tradicionais com a entrada de grandes empreendimentos em seus territórios, enseja em mudanças estruturais significativas na organização coletiva desses espaços, como a alteração do uso e ocupação dos recursos naturais, devido à poluição, contaminação ambiental, desmatamento etc., culminando no desaparecimento de espaços de memórias que ameaçam a manutenção da vida nos territórios.

2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

Analisar a atuação dos megaempreendimentos em comunidades quilombolas no município de Caetité, para isso o primeiro passo foi analisar as ações de responsabilidades socioambiental das empresas investigadas, bem como, identificar os atores que atuam no territórios e as influências que estes exercem e levantar os impactos ambientais, sociais e econômicos que a chegada dos megaempreendimentos em Caetité provoca nos territórios, para então, verificar o posicionamento dos quilombolas acerca da atuação das empresas.

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

| |
|--|
| 3.1 O QUE SERÁ FEITO: <i>Você responderá um questionário com 38 questões abertas</i> |
| 3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO: <i>Será entregue para que você possa responder em casa e devolver até o dia 30 de julho</i> |
| 3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO: <i>tempo estimado: 30 min</i> |

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO MODERADO ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

| |
|--|
| <i>A pesquisa pode expor os moradores das comunidades.</i> |
|--|

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

| |
|---|
| <i>Será utilizado pseudônimos, quando for o caso, e os resultados do estudo serão publicizados com a autorização dos participantes da pesquisa.</i> |
|---|

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

| |
|--|
| 5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa): <i>O resultado do estudo servirá como instrumento de defesa para territórios em estudo.</i> |
| 5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...): <i>Poderá auxiliar no direcionamento de políticas públicas e ampliar a visibilidade dos territórios quilombolas</i> |

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

| |
|---|
| <p>6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?</p> <p><i>R: Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.</i></p> <p>6.2. Mas e se acabarmos gastando dinheiro só para participar da pesquisa?</p> <p><i>R: O pesquisador responsável precisará lhe <u>ressarcir estes custos</u>.</i></p> <p>6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?</p> <p><i>R: Você pode solicitar <u>assistência imediata e integral</u> e ainda <u>indenização</u> ao pesquisador e à universidade.</i></p> <p>6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)</p> <p><i>R: Não. Só se precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.</i></p> |
|---|

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?

R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: Nenhum.

6.7. Os participantes não ficam expostos publicamente?

R: Não. A privacidade é garantida. Os dados podem ser publicados ou apresentados em eventos, mas o nome e a imagem dos voluntários são sigilosos e, portanto, só serão conhecidos pelos pesquisadores.

6.8. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?

R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.

6.9. Qual a “lei” que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R.: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Ambas podem ser encontradas facilmente na internet.

6.10. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?

R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

7. CONTATOS IMPORTANTES:**Pesquisador(a) Responsável:****Simone Almeida de Souza**

Endereço: Avenida Contorno

Fone: 77 998628976

E-mail: simonesial15@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

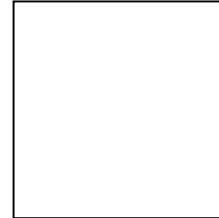
8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

- em participar do presente estudo;
- com a participação da pessoa pela qual sou responsável.**

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)



Impressão Digital

(Se for o caso)

9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DOPESQUISADOR

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Caetité, data

Assinatura do(a) pesquisado

